

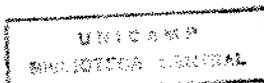
**ANA LÚCIA DE PAULA MÜLLER**

**A GRAMÁTICA DAS FORMAS  
POSSESSIVAS NO PORTUGUÊS  
DO BRASIL**

**Tese apresentada ao Curso de Lingüística  
do Instituto de Estudos da Linguagem da  
Universidade Estadual de Campinas como  
requisito parcial para obtenção do título  
de Doutor em Lingüística.**

**Orientador:  
Prof. Dr. Rodolfo Ilari**

**UNICAMP  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
- 1997 -**



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	UNICAMP
M958g	
V	E
TÍTULO B	31075
PROC.	281/97
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	15/07/97
N.º CPD	

CH-00099105-6

M958g	<p>Müller, Ana Lúcia de Paula Müller</p> <p>A gramática das formas possessivas no português do Brasil/ Ana Lúcia de Paula Müller. -- Campinas, SP:1997.</p> <p>194p</p> <p>Orientador: Rodolfo Ilari</p> <p>Dissertação(doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Português do Brasil. 2. Gramática.</p> <p>3.Pronomes. I. Ilari, Rodolfo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p>
-------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodolfo Ilari

Prof. Dr. Carlos Franchi

Profa. Dra. Charlotte Chambelland Galves

Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão

Este exemplar é a redação final da tese  
defendida por Ana Lúcia de

Paula Müller

e aprovada pela Comissão Julgadora em

20,05,97

Prof. Dr. Rodolfo Ilari

Prof. Dr. José Borges Neto

Mãe,

pra você  
que é bem-humorada  
e que tem muita garra.

## AGRADECIMENTOS

A Rodolfo Ilari, meu orientador, pela paciência e tolerância e com quem esta tese acaba sendo um longo diálogo por escrito.

A Carlos Franchi e Esmeralda Vailati Negrão por... por tanta coisa!

A Carlos Franchi pelo acompanhamento cuidadoso e generoso deste trabalho e por compartilhar comigo e com o grupo de Teoria Gramatical do Departamento de Linguística da USP muito de seu conhecimento e entusiasmo.

A ambos por serem dois casos crônicos de "amor da língua" e provavelmente responsáveis por me contagiarem com esse vírus.

Pela amizade e convivência tanto acadêmica quanto pessoal, sem as quais qualquer um perde a garra e o elán.

Pela paciência de me ensinarem muita, mas muita lingüística.

A Charlotte Galves que , provavelmente sem saber, é responsável por grande parte de minhas questões e de meu percurso bibliográfico.

A Maria José Foltran, Evani Viotti, Susan Franchetti, Paulo Chagas de Souza, Marcelo Modesto, Mirta Groppi, Maria Aparecida Torres Morais, Adriana Almeida, Geiza de Matos Nunes, Maristela dos Santos Prado, Thaís Raposo do Amaral Pinto Chaves e, novamente, ao Franchi e à Esmeralda, enfim, ao nosso grupo de Teoria Gramatical na USP pelas discussões, pela amizade e principalmente pela possibilidade de um ambiente gostoso e estimulante de debate.

A Sergio Mennuzzi pelo debate teimoso e instigante de muitas das idéias defendidas nesta tese.

A meus colegas de Departamento de Linguística da USP pelo ambiente agradável e pela demonstração empírica da possibilidade de convivência pacífica e estimulante entre diferentes paradigmas. Agradeço também por arcarem com

minhas aulas durante um semestre para que eu me dedicasse ao término desta tese.

A meu colega Luiz Tatit, em particular, pela boa vontade e pela "força" com as aulas.

Ao Departamento de Lingüística da USP por financiar minha participação em vários congressos, seminários e cursos durante o período de elaboração da tese, proporcionando-me, assim, a possibilidade constante de aprendizagem, aperfeiçoamento e debate.

Aos funcionários do Departamento de Lingüística da USP, Bem-Hur, Fátima e Érika pela boa vontade e serviços.

A Lígia Negri pela boa vontade em ser minha procuradora oficial e extra-oficial junto à UNICAMP

A meus professores nos cursos para o doutorado, em particular a Eleonora Albano e a Maria Irma Hadler Coudry.

A Giselle Machline de O. e Silva pelo exemplar de sua tese.

A Leland MacLeary pela ajuda informatizada na coleta de dados.

A Maristela e a Ramón pela revisão.

A Isabel Baltasar, bolsista-trabalho, pela ajuda na coleta e fichamento de dados.

À CAPES/PICD pela bolsa de auxílio deslocamento.

A todos na Creche Oeste por cuidarem tão bem de meu filho durante estes anos, dando-me assim tranquilidade para conseguir pesquisar e trabalhar academicamente.

À Dinda por sua generosidade e confiança em mim.

A Ramón pela paciência e pelo companheirismo e ao Guido por ser esta coisa tão linda e estar conosco.

A Ramón (novamente), mãe, Kalú, Nena, nossos amados pequeninhos, Guido, Gabriel, Ângela e Alice, a Dante, Cris e Christof e a todos os meus amigos por me conectarem com a "estação terra" nos períodos mais difíceis da elaboração deste trabalho.

## RESUMO

Esta tese examina a sintaxe e a semântica das formas possessivas no português brasileiro, tratando das seguintes questões: (i) a relação anafórica entre as formas possessivas *seu/dele* e seus antecedentes; (ii) a relação entre o pronome possessivo e os argumentos genitivos de um sintagma nominal; (iii) as diferentes funções sintáticas e semânticas do pronome possessivo conforme sua posição no sintagma nominal.

Este trabalho estabelece que o possessivo de terceira pessoa - *seu* - é uma anáfora, no sentido de que não é capaz de funcionar como um dêitico, i. e., não possui independência referencial. *Seu* comporta-se como uma variável no sentido da lógica e, por essa razão, seus antecedentes são, na maioria dos casos, sintagmas quantificados ou sintagmas genéricos cuja interpretação pode ser traduzida por um quantificador universal. *Dele*, ao contrário, é um pronome que recupera antecedentes referenciais.

A tese demonstra a existência de argumentos genitivos de um núcleo nominal - constituintes sintáticos caracterizados por serem introduzidos por *de*, aceitarem paráfrase com *cujo*, por não permitirem a substituição por um pronome oblíquo e, finalmente, por serem os únicos constituintes pronominalizáveis por um pronome possessivo. Demonstra-se também a existência de uma hierarquia estrutural entre esses argumentos (do argumento mais "externo" ao mais "interno"): possuidor > agente/experienciador > tema. Essa hierarquia é respeitada quando do estabelecimento da interpretação de um pronome possessivo anteposto: o pronome é sempre interpretado como o argumento mais "externo". Existe, portanto, uma relação estrutural entre o pronome possessivo anteposto e os argumentos genitivos de um núcleo nominal.

Finalmente, o papel delimitador/determinante do pronome possessivo anteposto ao núcleo nominal é contrastado ao papel predicativo/atributivo do pronome posposto. O pronome possessivo anteposto é analisado como um argumento do núcleo nominal ocupando uma posição de especificador com escopo sobre o núcleo nominal, seus argumentos e adjuntos. Já o pronome posposto é analisado como um predicado do núcleo, ocupando uma posição de adjunto do nome-núcleo.

# ÍNDICE GERAL

Introdução.....	1
-----------------	---

## Capítulo1 - A Semântica das Relações Anafóricas entre Sintagmas Nominais

Introdução.....	6
1. A que referem e correferem os sintagmas nominais?.....	6
2. As relações anafóricas entre sintagmas nominais.....	20
3. A expressão de relações anafóricas em um modelo da semântica formal.....	22
Conclusão.....	27

## Capítulo 2 - A Sintaxe das Relações Anafóricas entre Sintagmas Nominais

Introdução.....	28
1. A noção sintática de expressão referencial.....	28
2. A teoria da ligação - Chomsky (1981).....	31
3. A teoria da ligação - Chomsky (1986a).....	37
4. A anáfora ligada.....	40
5. Novos desenvolvimentos da teoria da ligação.....	47
Conclusão.....	53

## Capítulo 3 - As Relações Anafóricas entre as Formas Possessivas de Terceira Pessoa e seus Antecedentes

Introdução.....	54
1. As formas possessivas e a recuperação de seus antecedentes.....	54
2. Estudos quantitativos sobre as formas possessivas de terceira pessoa.....	66
Conclusão.....	75

## Capítulo 4 - A Gramática da Retomada Anafórica das Formas Possessivas

Introdução.....	76
1. A forma possessiva <i>seu</i> .....	76
2. A forma possessiva <i>dele</i> .....	87
3. <i>Seu</i> x <i>dele</i> : um caso de substituição?.....	94
4. <i>Seu</i> x <i>dele</i> : um caso de especialização.....	101
Conclusão.....	104

## Capítulo 5 - A Estrutura do Sintagma Nominal com Argumentos Genitivos

Introdução.....	105
1. O argumento genitivo de um sintagma nominal.....	105
2. As interpretações dos argumentos genitivos.....	114
3. A preposição <i>de</i> introdutora dos argumentos genitivos nominais como uma preposição "dummy".....	119
4. A estruturação hierárquica dos argumentos genitivos de um nome.....	123
5. A estrutura do sintagma de determinante.....	131
Conclusão.....	134

## Capítulo 6 - O Pronome Possessivo e a Estrutura do Sintagma Nominal com Argumentos Genitivos

Introdução.....	136
1. A relação entre os argumentos genitivos e os pronomes possessivos.....	136
2. A posição do pronome possessivo na estrutura do sintagma nominal.....	142
3. Discussão de algumas análises correntes do sintagma nominal com argumentos genitivos.....	144
Conclusão.....	151

## Capítulo 7 - O Significado da Ordem dos Pronomes Possessivos no Sintagma Nominal

Introdução.....	152
1. Os tipos de sintagmas nominais possessivizados no português brasileiro.....	152
1.1. O pronome possessivo anteposto ao núcleo nominal.....	153
1.2. O pronome possessivo posposto ao núcleo nominal.....	157
2. A semântica da ordem dos pronomes possessivos no sintagma nominal.....	160
3. A sintaxe da ordem dos pronomes possessivos no sintagma nominal.....	169
Conclusão.....	175
Conclusão.....	177
Referências Bibliográficas.....	186
Abstract.....	194

# INTRODUÇÃO

Imagino que seja este o local para expor os objetivos que me coloquei e a postura teórica que assumi ao escrever esta tese. Bem, na verdade estes pontos não eram tão claros quando comecei a trabalhar, mas foram se revelando à medida que o trabalho avançava. *Ex-post*, eu poderia dizer que a pergunta maior que permeia esta pesquisa é a de como certos significados são expressos pela sintaxe, ou, vice-versa, como a sintaxe determina a maneira pela qual certos significados podem ser expressos. A meu ver, são dois lados da mesma moeda.

Evidentemente, colocar a pergunta desta forma, significa esperar um tipo de relação bastante íntimo entre sintaxe e significado. Mesmo assim, o resultado do trabalho sempre me espantou: em todos os aspectos do funcionamento dos pronomes possessivos que investiguei, encontrei marcas sintáticas dos fenômenos semânticos que ocorriam com as formas possessivas. Imagino que um cientista que acredita haver vida em outros planetas, certamente não deixaria de se maravilhar ao efetivamente deparar-se com vida em outros planetas.

Meu objetivo inicial foi o de estudar as relações anafóricas entre sintagmas nominais no português brasileiro. O assunto foi propositalmente escolhido por encontrar-se na fronteira entre a sintaxe e a semântica. A questão semântica que eu desejava investigar era o conteúdo semântico das relações anafóricas - ou seja, qual a relação entre a denotação do antecedente e a denotação do anafórico; e a questão sintática era quais as coerções sintáticas para o estabelecimento de diferentes tipos de relações anafóricas.

A tese investiga essas questões no funcionamento das formas possessivas no português brasileiro, em particular das formas de terceira pessoa *seu* e *dele*. Tenta determinar como estas buscam seus antecedentes e qual a contribuição para o significado de sua posição na estrutura do sintagma nominal. Ou, olhando de uma outra perspectiva, a tese tenta investigar como a estrutura sintática determina o tipo possível de recuperação de antecedente e o significado possível para uma forma possessiva.

Como já deve ter sido possível perceber, esta tese é um tanto esquizofrênica, pois olha para o mesmo objeto a partir de duas perspectivas diferentes: a do semanticista e a do sintaticista. Para investigar o comportamento das formas possessivas no português do Brasil, faço uso de dois paradigmas teóricos, a semântica de valor de verdade e a teoria gerativa. Evidentemente, esses dois paradigmas me parecem compatíveis.

Da semântica de valor de verdade a tese assume o pressuposto de que sintaxe e semântica, em algum nível, andam juntas e que estruturas sintáticas possuem um significado por se estruturarem daquela forma e não de outra. Assume também que o significado, em última instância, é uma relação entre linguagem e o mundo - algum mundo - externo a ela.

Com a teoria gerativa, a tese vê a lingüística como uma ciência empírica e acredita que as hipóteses devem ser confrontadas aos dados e às conseqüências internas e externas que implicam dentro de um paradigma teórico. A argumentação, a maneira de trabalhar os dados e as referências bibliográficas<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> É possível que alguma bibliografia relevante tenha me passado despercebida. Acho que isto é, até certo ponto, inevitável. Tenho de registrar aqui, no entanto, que, infelizmente, não pude incorporar devidamente à discussão textos recentes como Cerqueira (1996) e Mennuzzi (1996), pois no momento que tive acesso a eles a tese já estava praticamente estruturada.

mais específicas são gerativistas e no paradigma gerativista, a tese insere-se dentro da Teoria dos Princípios e Parâmetros.

De qualquer modo, esta tese não se pretende teórica. É produto de um caso de "amor da língua", não de amor a uma teoria ou às teorias em geral. É descritiva - pretende compreender melhor um aspecto do português brasileiro. Espera, entretanto, não ser descritiva no sentido ingênuo, e pretende fazer uso de teoria para tentar explicar fatos de nossa língua. Não pretende fazer uso de fenômenos da língua para discutir teoria.

Como disse, o fato de encontrar marcas sintáticas de fenômenos semânticos como referencialidade e tipo de denotação de um sintagma nominal me encantou. Estas noções devem ser muito importantes para a espécie humana para que a evolução tenha chegado ao ponto de dar-nos a capacidade de marcá-las estruturalmente, de gramatizá-las. É possível também, como gostaria o gerativismo, que a esta altura elas já tenham se tornado sintaticamente autônomas e a maneira pela qual podemos expressar diferentes tipos de referência nos seja dada pela sintaxe. É possível...

Antes de entrar numa apresentação mais detalhada do conteúdo da tese, gostaria ainda de dizer que a tentativa de compatibilizar duas maneiras de se olhar um objeto não é fácil. É um caminho arriscado também. Corro o risco de parecer superficial aos pesquisadores de cada um dos paradigmas. Evidentemente, espero que, ainda assim, essa tentativa de síntese tenha sido produtiva e que tenha conseguido desifrar alguns aspectos do comportamento do português do Brasil.

Os capítulos I e II apresentam o pano de fundo teórico do trabalho, discutem as noções de denotação e referência ancoradas na tradição lógica da

filosofia e apresentam como os paradigmas da semântica de valor de verdade e da sintaxe gerativa tratam, respectivamente, das relações anafóricas.

O capítulo III discute e interpreta dados de pesquisas empíricas sobre a relação entre as formas possessivas *seu/dele* e seus antecedentes e conclui pela especialização de *seu* para a retomada de antecedentes não referenciais - genéricos e quantificados - e *dele* para a retomada de antecedentes referenciais.

O capítulo IV discute os fatores sintáticos e semânticos que determinam a escolha entre *seu* e *dele* na retomada anafórica de um antecedente de terceira pessoa. Argumenta que existem fatores semânticos (a "referencialidade" do antecedente) e sintáticos (a existência ou não de c-comando entre antecedente e pronome) que determinam a escolha da forma possessiva e conclui que *seu* funciona como um reflexivo que atua sobre um nome.

O capítulo V define o que seria um argumento nominal genitivo e investiga a estrutura de um sintagma nominal com argumentos genitivos. Estabelece a existência de uma hierarquia estrutural entre os três tipos de argumentos genitivos. O capítulo VI parte da descrição de um sintagma nominal com argumentos genitivos para investigar a estrutura do sintagma nominal possessivizado. Tenta compreender a relação entre a estrutura do sintagma genitivizado com o pronome possessivo anteposto ao núcleo nominal e com suas possíveis interpretações.

E o capítulo VII discute a relação entre o papel semântico do pronome possessivo, sua posição estrutural (anteposto ou posposto ao núcleo). As diferenças de interpretações são correlacionadas à diferentes posições estruturais e funções sintáticas.

Finalmente, os principais pontos e questões do trabalho são apresentados e discutidos na conclusão.

## CAPÍTULO I

# A SEMÂNTICA DAS RELAÇÕES ANAFÓRICAS ENTRE SINTAGMAS NOMINAIS

### Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar resumidamente o paradigma semântico que será assumido no estudo do comportamento anafórico das formas possessivas. Esta exposição tem como único objetivo delimitar o *background* em que será realizado o trabalho e apontar para as questões teóricas que serão discutidas. Não se trata, portanto, de uma exposição exaustiva do paradigma apresentado.

A seção 1 trata das noções teóricas de referência e de correferência e das denotações possíveis para sintagmas nominais. A seção 2 discute as relações anafóricas possíveis entre sintagmas nominais e a seção 3 apresenta, em linhas gerais, como essas relações são tratadas na Gramática de Montague, um modelo que, sabidamente, se insere no do paradigma da semântica de condições de verdade.

### 1. A que referem e correferem os sintagmas nominais?

Quando se trabalha dentro dos paradigmas da semântica formal e da gramática gerativa - paradigmas fortemente influenciados pela tradição lógica na filosofia moderna<sup>1</sup> (e que atualmente também influenciam esta tradição

---

<sup>1</sup>A tradição lógica na filosofia moderna "define-se por situar no núcleo da reflexão filosófica o tema da estrutura essencial do discurso sobre o ser" (Santos, 1994, p.15). Os pilares desta reflexão, na filosofia moderna, encontram-se em Frege, em Russell e no Wittgenstein do *Tractatus* (ver Santos, 1994, para uma apresentação detalhada e esclarecedora da tradição lógica no estudo da linguagem).

filosófica), falar de **referência** é trabalhar com uma noção que tem sido exaustivamente discutida e que adquiriu, dentro dessa tradição, um significado bastante preciso e talvez um tanto distante de sua utilização na linguagem coloquial.

A discussão que situa essa noção de referência entre as demais dimensões da significação é introduzida na filosofia moderna por G. Frege no final do século XIX. Em seu artigo "Über Sinn und Bedeutung", esse autor dedica-se a explicar por que enunciados de identidade como os exemplos (1) e (2) podem trazer informação relevante sobre a realidade.

(1) A Estrela da Tarde é a Estrela da Manhã. (Frege [1885])

(2)  $2 + 2 = 4$

Note-se que Frege está interessado no uso da linguagem para descrever fatos ou estados de coisas externos à linguagem - fatos do "mundo real" como é o caso na sentença (1), e fatos matemáticos, que para ele têm uma existência própria, como na sentença (2). Para esse filósofo, as sentenças (1) e (2) contêm informações sobre a organização de fenômenos, cuja descrição independe da organização interna da linguagem. Para esse filósofo, portanto, são inúteis soluções lingüísticas como as que fazem uso do conceito de sinonímia para a explicação da identidade.

A solução de Frege é postular para os sintagmas nominais uma diferença entre seu sentido (*Sinn*) e sua referência (*Bedeutung*). O sentido é o modo de apresentação através do qual uma expressão indica sua referência, o modo como uma expressão nos apresenta a entidade que ela nomeia.

A discussão sobre a referência surge, portanto, vinculada à questão do conteúdo informativo de um enunciado, do estado de coisas que ele descreve. Surge, conseqüentemente, vinculada à questão da verdade ou falsidade de um enunciado.

Grande parte da discussão sobre a referência na tradição lógica na filosofia moderna se dá dentro de parâmetros colocados pelos famosos artigos "On Denoting" de B. Russell [1905] e "On Referring" de P. F. Strawson [1950]. Russell, naquele artigo, apresenta sua teoria das *denoting phrases* - sintagmas nominais como *um homem, algum homem, qualquer homem, todo homem, o atual rei da Inglaterra, o atual rei da França, o centro de massa do sistema solar no primeiro instante do século XX*<sup>2</sup> - vinculando-a a um recurso de interpretação que ficaria conhecido como "definição contextual" e que vem claramente apontado na seguinte passagem:

"This is the principle of the theory of denoting I wish to advocate: that denoting phrases never have any meaning in themselves, but that every proposition in whose verbal expression they occur has a meaning"(Russell [1950]).

Para Russell, uma sentença da forma (3) abaixo afirma que existe pelo menos uma entidade denotada por  $\phi$  e que esta entidade é única e que esta entidade é  $\psi$ . Acarreta, portanto, a existência de  $\phi$ , pois caso não exista a entidade que é descrita pela descrição definida 'o  $\phi$ ', a sentença é falsa. As 'denoting phrases' de Russell são sintagmas nominais com determinantes definidos ou indefinidos e são opostas aos nomes próprios, os quais, para o autor, designam diretamente um indivíduo.

(3) O  $\phi$  é  $\psi$ .

Já a teoria de Strawson poderia ser resumida da seguinte forma: um enunciado de tipo (3), tanto quanto sua negação, pressupõe, e não acarreta a existência de  $\phi$ . Se  $\phi$  não existe, o enunciado (3) não é verdadeiro nem falso, ou seja, só se pode dizer de um enunciado como (3) que ele é verdadeiro ou falso

---

<sup>2</sup> Exemplos do próprio autor. Todas as traduções feitas nesta tese são minhas.

se ele realizou uma referência. Strawson chama a atenção para o fato de que verdade e falsidade são atributos de enunciados, não de sentenças.

Uma das principais questões que preocupa ambos os filósofos nestes artigos diz respeito ao conteúdo informativo de uma sentença declarativa cuja expressão referencial não possui referente. Este ponto se torna extremamente relevante para a tradição lógica porque seu pano de fundo é o uso da linguagem para fazer afirmações sobre o mundo - afirmações estas que podem ser julgadas verdadeiras ou falsas e que têm, portanto, um valor informativo.

Atualmente penso que a noção mais aceita na semântica filosófica é a de que a *referência* é um aspecto do enunciado que depende do contexto - uma relação entre o falante e os objetos/aspectos do mundo sobre os quais este está falando. É essa a definição adotada, por exemplo, por Lyons (1977, p.20) em seu consagrado manual de introdução à semântica. Mais especificamente, quando se trata de entidades, *referir* significa apontar para uma entidade/objeto/indivíduo determinado no "mundo" através do uso de "expressões referenciais". Este "mundo", que contém os objetos sobre os quais falamos, pode ser "o mundo real" ou mesmo qualquer mundo sobre o qual somos capazes de falar, qualquer "mundo possível"<sup>3</sup>.

As chamadas "expressões referenciais" são, então, sintagmas nominais considerados capazes de realizar esta função tão específica que é a de referir a entidades determinadas no mundo - os **nomes próprios**, os **pronomes**, as **descrições definidas** (os sintagmas nominais definidos) e as **descrições indefinidas** (os sintagmas nominais indefinidos). Expressões referenciais discutidas dentro deste paradigma ocupam tipicamente a posição de sujeito em sentenças afirmativas cujo predicado é formado pelo verbo *ser* seguido de um adjetivo em função predicativa e são exemplificadas pelas palavras em negrito em (4)-(5) abaixo.

(4) **O atual rei da França** é careca. (Russell,[1905])

---

<sup>3</sup>A noção de *mundo possível* é formalmente definida em lógica.

(5) **O assassino de Smith** é louco. (Donnellan, 1966)

A questão de como as expressões lingüísticas são capazes de referir ao mundo é tão importante e tão presente para uma filosofia ou semântica preocupada com a verdade ou a falsidade de uma sentença que chega-se muitas vezes como que a atribuir, ainda que implicitamente, um poder mágico à linguagem - é como se as expressões referissem por si próprias, como se a simples existência ou o simples proferimento de uma sentença contendo uma expressão referencial bastasse para torná-la capaz de atingir a referência.

É fácil perceber que isso não é verdadeiro: sentenças apresentadas completamente fora de contexto dificilmente levarão o leitor/ouvinte à identificação de algum indivíduo determinado no mundo. É o que, aliás, ocorre com essas sentenças (1)-(5) acima, que foram aqui objeto de citação e descrição, e não foram usadas para referir. Mas, mesmo quando o falante tem a intenção de referir, pode ocorrer que sua audiência não identifique a entidade por ele apontada, ou até que a identifique erroneamente; ou mesmo, que a audiência não identifique a intenção de referência do falante e que a questão de identificar um referente nem se coloque.

Um ato de referência pode falhar antes de mais nada no caso clássico discutido por Russell e Strawson - o caso em que inexiste um referente para o sintagma nominal utilizado. O exemplo clássico seria a sentença (4) usada em qualquer momento deste nosso século.

Coisas mais "estranhas" podem acontecer com as expressões referenciais - elas podem servir para fazer referência a entidades que na verdade não correspondem à descrição que a expressão faz delas (cf. Donnellan, 1966). Poderia ser o caso da sentença (5), usada para apontar para um certo indivíduo sentado no banco dos réus ao qual a maioria das pessoas atribui o assassinato de Smith, mas que é, na verdade, inocente. Esse caso é chamado por Donnellan de **uso referencial** de uma descrição definida.

Existem também usos de expressões referenciais que parecem ser muito mais descritivos do que referenciais, como seria o caso se a mesma

sentença (5) fosse utilizada por um locutor que só sabe do assassino de Smith que ele é o assassino de Smith e que o julga louco pela maneira como o assassinato foi cometido. É o que Donnellan chama de **uso atributivo** das descrições definidas.

Parece, portanto, relevante separar entre a referência potencial das expressões, a qual está determinada lingüisticamente pelos itens lexicais que as compõem e por sua estrutura interna, e o **uso** dessas expressões para apontar uma entidade determinada no mundo, para efetivar um **ato de referência**. Para evitar esta confusão entre "referência potencial", que é uma propriedade da expressão lingüística, e "referência efetiva" que é o resultado do uso de uma expressão lingüística em contexto, vou usar o termo **denotação**<sup>4</sup> para indicar as entidades a que uma expressão teria o potencial de referir, e reservar o termo **referência** para a(s) entidade(s) apontada(s) por uma expressão lingüística dentro de um determinado contexto de uso.

Cabe lembrar aqui que, fora da tradição lógico-filosófica, as palavras "referir" e "referência" têm normalmente um sentido mais amplo. *Referir* aplicado ao uso de uma expressão lingüística significa usualmente *falar sobre* (cf. Ducrot, 1984). E este algo sobre o que se fala pode ser desde um **indivíduo determinado** - um referente no sentido clássico - até um **evento**, ou até mesmo um **modo** de se fazer alguma coisa, um **predicado**, uma **propriedade**, uma **classe** de indivíduos, etc. . As expressões em negrito nas sentenças abaixo, supostamente utilizadas em contextos apropriados, ilustram alguns "atos de referência" num sentido mais amplo. Em (6) a expressão estaria sendo usada para referir a um **evento**, no caso, o subir do balão. Em (7) o falante referir-se-ia provavelmente a uma **pessoa**. Já na sentença (8), o falante pode estar se referindo ao **modo** como um indivíduo dança. Em (9) a "referência" é a uma **propriedade**, em (10) a um **predicado** e em (11) a uma **classe** e não a cada um dos membros desta classe.

(6) **O subir do balão** foi lindo!

---

<sup>4</sup> Este termo é bastante usual em trabalhos de semântica formal e me foi diretamente sugerido pelos trabalhos de Russell [1950], Donnellan (1966) e Lyons (1977).

(7) **O motorista** estava distraído, concentrado na solução de um problema de trigonometria.

(8) Repare! Ela dança **como um elefante**.

(9) **A bondade** é uma virtude rara.

(10) **Falar** é fácil, difícil é fazer.

(11) **As baleias** estão em extinção.

Descobrir **sobre o que fala** um enunciado não depende apenas do enunciado proferido, mas também do contexto, o qual inclui as intenções do falante. Nos casos mais simples, o referente e o 'assunto' de um enunciado coincidem. A sentença (7) acima, por exemplo, ao invés de estar sendo usada para referir ao *motorista*, poderia estar sendo enunciada para "referir" à maneira que o motorista está vestido, ou mesmo sobre o caráter um tanto formal do motorista. Estes "assuntos possíveis" são referências a entidades extra-lingüísticas, mas não são, certamente, referências "clássicas" a objetos ou indivíduos particulares de "algum mundo", pois não se assimilam à análise clássica de uma proposição enquanto composta de um predicado e de expressões referenciais.

Embora nossos enunciados usualmente falem de entidades exteriores à linguagem, sejam elas consideradas parte do "mundo real" ou de outros mundos possíveis, as "coisas" sobre as quais falamos, entretanto, não se restringem apenas a objetos individualizados em algum mundo. Como vimos, a linguagem é utilizada para **falar sobre** muito mais do que entidades individualizadas do "mundo exterior". A linguagem pode até ser usada para referir-se a si mesma, como na sentença (12) ou possibilitar uma auto-referência como em (13), onde o referente (a sentença como um todo) entra dentro do próprio enunciado.

(12) "Resulta numa falsidade quando precedida por sua citação" resulta numa falsidade quando precedida por sua citação." (Hofstadter,1989)

(13) Eu sou mentirosa.

A possibilidade de auto-referência cria *loops* interpretativos - paradoxos que tornam impossível a determinação do valor de verdade de certas sentenças. O fato de a linguagem natural gerar paradoxos como estes é um problema conhecido e espinhoso para a lógica, para a matemática ou para um modelo formal de interpretação semântica, mas os falantes de qualquer língua parecem conviver com ele sem maiores problemas e conseguem até tirar certas vantagens dessas possibilidades.

Por outro lado, não parece ser relevante para um estudo da semântica das línguas naturais saber como **o mundo realmente é**, ou se uma descrição do mundo apenas em termos de predicacões e entidades é suficiente para representá-lo. O que seria relevante para a semântica é o estudo de **como** a linguagem fala do "mundo", como esta linguagem possibilita certos tipos de representação deste e de outros mundos. Neste sentido é que podemos dizer que a semântica faz aparecer na linguagem uma "ontologia possível", ou, em outras palavras, realiza uma investigação sobre as entidades às quais as expressões lingüísticas nos permitem referir.

Se nos restringirmos às denotações possíveis para os sintagmas nominais, um exame inicial já nos mostra que mesmo estas expressões não denotam apenas entidades individuais do "mundo", mas também outros tipos de entidades. Observe as sentenças (14)-(20):

(14) **Eu** sou lingüista.

(15) **Borges** falará sobre a referência dos nomes próprios.

(16) A secretaria da ABRALIN entregou o certificado ao **Diretor do IEL**.

(17) **Um senhor muito rico** financiou o evento.

(18) Jorge **nos** deu um livro.

(19) **Todos os lingüistas presentes** são membros da ABRALIN.

(20) **Alguns sócios da ABRALIN** pagaram a anuidade.

Numa leitura bastante usual destas sentenças, por exemplo, no contexto de um congresso de lingüística, os sintagmas nominais em negrito têm como referência indivíduos concretos do mundo. E mesmo no caso das sentenças (17), (19) e (20), onde ocorrem o artigo indefinido *um* e os quantificadores *todos* e *alguns* respectivamente, penso que estas sentenças, proferidas neste contexto, poderiam ser interpretadas como falando sobre indivíduos determinados, sendo capazes, portanto de alcançar a "referência" no sentido clássico.

Por outro lado, sentenças como (19) e (20) são tratadas pela semântica de inspiração lógica como sentenças quantificadas, o que significa que os quantificadores *todos* e *alguns* "dizem" quais os objetos que devem preencher as variáveis a eles presas. As formas lógicas aproximadas destas sentenças no cálculo de predicados estão em (19') e (20'). Outras traduções são possíveis em outros tipos de linguagens lógicas e serão introduzidas quando necessário. Se é que se pode aplicar a noção de referência para estes casos, os objetos aos quais os predicados destas sentenças se referem são objetos selecionados, não por uma ação dêitica, mas por uma operação de enumeração ou de seleção de objetos de um conjunto.

(19')  $\forall x$  ( lingüista presente (x) membro da ABRALIN (x))

(20')  $\exists x$  (sócio da ABRALIN (x) & pagar a anuidade (x) )

Observem-se agora as sentenças (21)-(23):

(21) **O diretor do IEL** é eleito entre seus pares.

(22) **Um cão** é sempre um companheiro fiel.

(23) Carlos gosta de **pizza**.

Mesmo imaginando-se que estas sentenças sejam proferidas em um contexto idêntico ao das sentenças (14)-(20), já não se poderia dizer que os sintagmas nominais referem no sentido clássico. Se quisermos entender que estes sintagmas denotam alguma coisa, essa alguma coisa não será certamente a entidade individualizada e concreta que pertence ao conceito clássico de referência. Sem nos preocuparmos com os compromissos ontológicos de nossa afirmação, poderíamos dizer que, nestas sentenças, os sintagmas nominais fossem usados, ao que tudo indica, para referir a entidades de outra natureza, tais como **espécies**, **tipos** ou talvez **classes**.

Greg Carlson (1977, 1982) realiza uma análise dos *bare plurals* no inglês que é importante para a compreensão das denotações dos sintagmas nominais como em (21)-(23). O autor chama de *bare plurals* aos sintagmas nominais plurais não precedidos de determinantes, como os sintagmas em negrito nas sentenças (24) e (25). Em português, parece-me que o plural genérico seria mais natural nestes exemplos. Entretanto, apesar de sua artificialidade, vou manter o *bare plural* nos exemplos referentes à discussão do trabalho de Carlson, pois a descrição empírica dos tipos de sintagmas genéricos no português do Brasil exigiria um estudo empírico que está fora do escopo desta tese. As diferentes leituras dos *bare plurals* têm se constituído em um quebra-cabeças para os semanticistas. Carlson divide as leituras possíveis destes sintagmas em dois tipos básicos: genérica, como em (24), ou existencial como em (25).

(24) **Cavalos** são mamíferos.

(25) **Transeuntes** recusaram ajuda ao ferido.

A leitura genérica seria aproximadamente descrita como incorporando um quantificador do tipo universal, como a sua paráfrase em (24') e a leitura existencial como incorporando um quantificador equivalente ao plural do artigo indefinido, como a sua paráfrase em (25').

(24') **Todos os cavalos** são mamíferos.

(25') **Alguns transeuntes** recusaram ajuda ao ferido.

O primeiro problema, para o qual o autor chama atenção, seria o de determinar exatamente quais os quantificadores envolvidos nas leituras dos *bare plurals*, pois nem todos os seus usos se assimilam aos do quantificador universal ou ao de um quantificador existencial plural, como ilustram as sentenças em (26)-(29).

(26) **Cavalos** comem milho (a maioria dos cavalos).

(27) **Cavalos** amamentam seus filhotes (mais fraco que a maioria dos cavalos, pois exclui, pelo menos, os machos e os filhotes).

(28) **Cavalos** estão em extinção (nenhum tipo de quantificador se aplica, não se trata de indivíduos).

(29) **Cavalos** estavam em todo lugar (alguns cavalos, mas não sempre os mesmos).

Carlson mostra que, além do problema anterior, em ambas as leituras, postular um quantificador não realizado foneticamente não funciona porque os *bare plurals* comportam-se tanto sintaticamente quanto semanticamente como nomes próprios. Um dos fatos levantados pelo autor é o comportamento do *bare plural* em contextos opacos. Em uma sentença como (30), os sintagmas nominais em negrito podem ser interpretados como possuindo escopo largo ou escopo estreito. A tradução lógica das duas leituras que então se fazem do artigo indefinido está em (30').

(30) Maria quer falar com **um pesquisador de baleias**.  
**alguns pesquisadores de baleias**.  
**muitos ...**  
**doze....**

(30') (a)  $\exists x (x : \text{pesquisador de baleias})$  [Maria deseja falar com x]

(b) Maria deseja falar com [  $\exists x (x : \text{pesquisador de baleias})$  ]

Em (30') (a) o pesquisador de baleias existe e é intenção de Maria falar com ele; já em (30') (b) falar com um pesquisador de baleias está embutido em um desejo de Maria e este pesquisador não precisa necessariamente existir. A mesma ambigüidade afeta os outros quantificadores em (30). Por outro lado, a sentença equivalente com *bare plural* não apresenta a ambigüidade de (30), possuindo apenas a leitura com o escopo estreito. Ou seja, (31) não possui uma leitura na qual *economistas progressistas* necessariamente existem e são determinados, comportando-se como um nome próprio como na sentença (32). Tanto o nome próprio quanto o *bare plural* não geram leituras ambíguas.

(31) Maria deseja falar com **economistas progressistas**.

(32) Maria deseja falar com **Carlos**.

Outro fato que mostra que os *bare plurals* se comportam como nomes próprios e não como sintagmas quantificados são casos de retomada pronominal como exemplificados em (33) e (34). As sentenças em (a) são equivalentes às sentenças em (b), onde se substitui o pronome por seu antecedente.

(33) a. **Cachorros** são animais inteligentes. **Eles** são também os melhores amigos do homem.  
b. **Cachorros** são animais inteligentes. **Cachorros** são também os melhores amigos do homem.

(34) a. **João** é inteligente. **Ele** é o melhor amigo de Maria.  
b. **João** é inteligente. **João** é o melhor amigo de Maria.

O mesmo não acontece quando temos retomada pronominal de sintagmas quantificados como em (35) e (36). Nestes casos as sentenças em (a) não são equivalentes às sentenças em (b).

(35) a. **Vários animais** entraram na sala. **Eles** sentaram-se.  
b. **Vários animais** entraram na sala. **Vários animais** sentaram-se.

(36) a. **Um homem** entrou. **Ele** sentou-se.  
b. **Um homem** entrou. **Um homem** sentou-se.

Baseando-se no contraste entre sentenças habituais/genéricas como (37) e (38) (a) e sentenças episódicas como (37) e (38) (b), Carlson mostra que ambas podem ser ditas de nomes próprios e de "bare plurals" e entender a ambigüidade entre as leituras genéricas e existenciais do "bare plural" não como inerente a esses constituintes, mas como resultante da maneira como diferentes tipos de predicados selecionam diferentes aspectos do significado do sintagma que tomam como argumento.

- (37) a. João escreve poesia.  
b. João está escrevendo um poema.
- (38) a. Cães correm em círculos.  
b. Cães estão correndo em círculos.

Um **indivíduo**, para Carlson, é "um conceito que relaciona instancicações espaço-temporais enquanto instancicações de um mesmo indivíduo" (1982, p. 164). Indivíduos, portanto, são princípios de organização e não corpos materiais. A essas instancicações de um indivíduo no espaço-tempo, Carlson chama de **estágios**. Estágios são instancicações de um indivíduo no espaço-tempo. Uma sentença como (37) (a) predica algo do indivíduo João, já (37) (b), predica algo de um estágio de João, uma instancicação deste indivíduo em um ponto determinado do espaço-tempo.

Os "bare plurals" são analisados por Carlson como nomes próprios de **espécies** ("kinds"), as quais são analisadas da mesma forma que os indivíduos como "o que quer que seja que liga um conjunto de coisas de uma espécie, tornando-as instancicações desta mesma coisa" (1977, p. 451)<sup>5</sup>. Um **estágio** de uma espécie é uma instancicação dessa espécie em um ponto determinado do espaço-tempo. O acarretamento/pressuposição de existência que parece ocorrer na leitura existencial do "bare plural" deve-se ao fato de que um predicado episódico predica de um estágio de uma espécie e um estágio de uma espécie é instanciado por um ou mais indivíduos daquela espécie.

---

<sup>5</sup> "... whatever it is that ties a bunch of things of that kind together, making them realizations of the same thing".

A sentença (38) (a), por exemplo, predica da espécie cães. Já a sentença (38) (b) predica de um estágio dessa espécie e esse estágio é realizado por alguns cães efetivos.

## 2. As relações anafóricas entre sintagmas nominais

Quando se examinam as relações anafóricas entre sintagmas nominais observa-se que nem todas poderiam ser descritas como relações de correferência, se entendermos correferência à maneira "clássica", como referência de duas expressões lingüísticas a uma mesma entidade do mundo. A seguir, apresento alguns tipos de relações anafóricas usualmente encontradas entre sintagmas nominais.

Na sentença (39), dando-se a *dele* uma interpretação não-dêitica, temos a possibilidade de uma relação clássica de correferência entre os sintagmas nominais em itálico, pois ambas as expressões podem ser usadas para referir a um mesmo indivíduo. Já os exemplo em (40) envolve quantificação sobre variáveis, o que representa relações de correferência para cada um dos indivíduos que são mauricinhos.

(39) *Jorge* acha que a namorada *dele* é o máximo.

(40) *Todo mauricinho* acha que *sua* namorada é o máximo.

Na verdade, a noções de correferência e de quantificação que aqui aparecem, de certa maneira, como opostas, devem ser pensadas como duas maneiras de se formar uma proposição a partir de um predicado<sup>5</sup>. No caso do exemplo (39), temos que o predicado de dois lugares em "x acha que a namorada de y é o máximo" é "fechado" pela escolha de uma entidade do

---

<sup>5</sup> Estou me referindo aqui a um predicado no sentido fregeano, como um tipo de função a ser preenchida por argumentos.

mundo ("Jorge") para preencher o lugar vazio x e também pela escolha de uma entidade para preencher o lugar vazio y (coincidentemente o mesmo "Jorge"). No caso do exemplo (40), trata-se de identificar previamente x a y, ou, em outros termos, prender ambas as variáveis ao mesmo quantificador, ou ainda, dizer que para todo x que seja mauricinho, x acha que x é o máximo. Trata-se da criação de um predicado reflexivo antes da identificação dos argumentos que deverão o preenchê-lo (R. Ilari, *comunicação pessoal*).

Nesta tese, a noção de correferência é muitas vezes contrastada com a noção de variáveis presas por um quantificador. Por essa razão, é importante lembrar que se trata de uma oposição entre dois recursos, duas maneiras de se preencher os argumentos de um predicado e não de uma oposição entre apontar ou não para os mesmos objetos.

Um outro tipo de relação anafórica que foge à relação clássica de correferência está representado nas sentenças (41) e (42). Elas contêm exemplos do que se costuma chamar de "uso genérico" do artigo definido e exemplificam o que se poderia chamar de "relação de correferência entre espécies".

(41) *Os computadores e seus recursos facilitam nossas vidas.*

(42) *Alguns povos veneram o tigre porque ele simboliza força e agilidade.*

Já nas sentenças (43)-(45), as relações anafóricas estabelecidas entre os sintagmas nominais nestas sentenças dificilmente poderiam ser chamadas de relações de correferência, pois cada uma das ocorrências dos sintagmas nominais refere-se a entidades de tipo semântico diferente. No caso de (43) temos uma relação entre uma *espécie* e alguns de seus *estágios*. Em (44), temos esta mesma relação só que em ordem inversa, o que parece ser bem menos usual. Já em (45), o que parece ocorrer é uma relação anafórica entre duas entidades diferentes de uma mesma espécie.

(43) Dante odeia os *guardadores de carro* porque *eles* roubaram seu toca-fitas.

(44) João caça *sabiás*, mesmo sabendo que *eles* estão em extinção.

(45) A lagartixa tinha perdido *o rabo*, mas *ele* já cresceu de novo<sup>7</sup>.

Ficam aqui registradas certas "pistas" que podem guiar na investigação das relações anafóricas estabelecidas entre sintagmas nominais no português do Brasil. A semântica não parece impor uma exigência estrita de correferência "clássica" às relações anafóricas sintaticamente permitidas entre sintagmas nominais. Como se pode perceber, não existe necessidade de que dois sintagmas nominais em relação anafórica denotem os mesmos objetos do mundo.

### 3. A expressão de relações anafóricas em um modelo da semântica formal

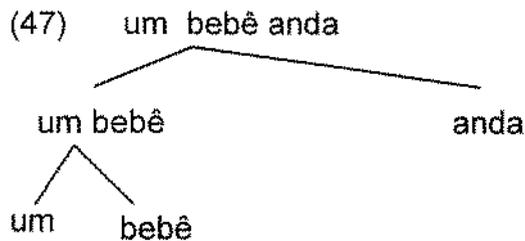
A **semântica formal** é uma semântica fortemente calcada nos estudos de linguagens lógicas e de suas interpretações. Baseia-se no conceito de **verdade** para explicar o significado de sentenças. O significado de uma sentença é identificado às suas **condições de verdade**. Intuitivamente: compreender o significado de uma sentença é ser capaz de imaginar como teria de ser o mundo (algum "mundo") para que esta sentença fosse verdadeira.

Explicar o significado de uma sentença dentro desta teoria é mostrar como o significado dos itens lexicais que compõem uma determinada sentença, organizados segundo uma certa estrutura sintática, dão origem às condições de verdade específicas desta sentença. Dizendo de outro modo: a construção do

---

<sup>7</sup> Exemplo adaptado de um que me foi citado por José Borges Neto, a quem agradeço.





Como se pode verificar (46) segue exatamente a estrutura sintática da sentença. Abaixo de cada nóduo encontra-se representado o "significado" do constituinte (para o qual se usa a notação  $[[ \quad ]]$ ) e o tipo semântico correspondente à categoria sintática deste constituinte (para o qual se usa a notação  $\langle \quad \rangle$ ).

O operador  $\lambda$ , que aparece em (46), é um operador que permite expressar a formação de conjuntos sem que seja necessária a listagem de cada um de seus elementos. O conjunto dos jogadores de futebol, por exemplo, pode se expresso através de uma lista como em (48), ou através da notação predicativa como em (49). Este operador nos dá uma maneira de se especificar conjuntos predicativamente, (50) é, deste modo, equivalente a (49). Podemos então formar expressões como (51), a qual denota o conjunto das propriedades que João possui, ou seja, *P tal que João P é verdadeira*.

(48) JF = {Müller, Romário, ...}

(49) JF = { x tal que x é jogador de futebol }

(50)  $\lambda x$  [ x é jogador de futebol ]

(51)  $\lambda P$  [ João P ]

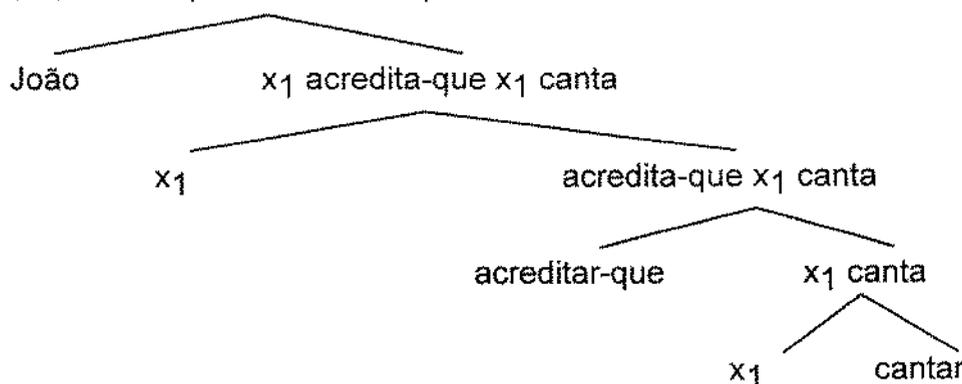
Existem dois tipos semânticos básicos dos quais todas os outros são derivados, exatamente e e f. Nesta discussão da Gramática, como o significado

é equivalente à referência,  $[[\text{bebê}]]$ , por exemplo, denota o conjunto dos bebês e possui o tipo  $\langle e,t \rangle$ , o que quer dizer que funciona como uma função que leva entidades -  $e$  - a valores de verdade -  $t$ . O artigo definido está traduzido por  $\lambda P \lambda Q \exists x ( P(x) \ \& \ Q(x) )$  e seu tipo semântico é  $\langle \langle t, \langle e,t \rangle \rangle, \langle e,t \rangle \rangle$ , que se interpreta como um operador que toma um predicado ( um  $\langle e,t \rangle$  ) e o transforma em um outro operador de tipo  $\langle t, \langle e,t \rangle \rangle$ , o qual toma predicados como argumentos e gera valores de verdade - um sintagma nominal. A tradução lógica do artigo indefinido pode ser lida aproximadamente como: "P é um predicado e Q é um predicado tal que existe um x tal que ( P(x) & Q(x) ) é verdadeira".

Neste formalismo existem duas maneiras de se representar relações anafóricas. Uma delas, que representa o caso das variáveis ligadas por um quantificador, se dá através da introdução de variáveis coindexadas cujas ocorrências são ligadas por um mesmo operador. A sentença (52), por exemplo, teria em (53) uma de suas representações sintáticas possíveis dentro do formalismo da Gramática de Montague<sup>10</sup>.

(52) João<sub>1</sub> acredita que *pro*<sub>1</sub> canta<sup>11</sup>

(53) João<sub>1</sub> acredita que x<sub>1</sub> canta



<sup>10</sup> Como minha preocupação aqui é exemplificar como funcionaria a representação de relações anafóricas neste formalismo, deixo de lado questões como se esta é a melhor representação sintática da sentença. Também deixo de analisar a conjunção *que* enquanto constituinte e passo a considerá-la como parte do verbo *acreditar*. Estas simplificações afetam a questão central a ser examinada neste exemplo.

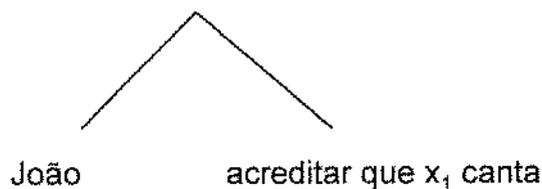
<sup>11</sup> O símbolo *pro* no paradigma da Gramática Gerativa simboliza uma posição vazia de sintagma nominal que é semanticamente interpretada como um *pronome*.

A representação em (54) mostra como o significado do constituinte  $x_1$  *acredita-que* ( $x_1$  *canta*) une-se o significado de *João* através do uso do cálculo  $\lambda$ . (54) (a) nos diz que devemos substituir por  $j$  todas as ocorrências de  $x_1$ . Temos em (54) (b) o resultado final que nos diz que a entidade  $j$  acredita que a entidade  $j$  canta. Não discutirei os detalhes da construção do significado da sentença (52) - esta segue os constituintes sintáticos da mesma forma que o exemplo discutido com base na sentença *Um bebê anda*. Entre as muitas simplificações feitas nesta representação semântica, deixou-se de lado a leitura *de dicto* da oração subordinada.

- (54) a.  $(\lambda x_1 [ [ \text{acreditar} (\text{cantar} (x_1) ) (x_1) ] ] ) (j)$   
 b.  $[ [ \text{acreditar} (\text{cantar} (j) ) ] ] j$

Uma outra forma de representar ligações anafóricas no formalismo de Montague, seria, a estrutura sintática resumida em (55), cujo significado está expresso em (56) a qual nos diz que a entidade  $j$  acredita que a entidade denotada deiticamente por  $x_1$  canta - (55) e (56) podem ser consideradas representações da sentença *João, acredita que ele, canta*. No caso de coincidência em que  $x_1$  apontasse para a entidade  $j$ , teríamos correferência.

(55) João acredita que  $x_1$  canta



(56)  $[ [ \text{acreditar} (\text{cantar } x_1) ] ]$

Temos então, neste formalismo, duas maneiras de expressar relações anafóricas. Na primeira, ilustrada por (53), a expressão da relação anafórica se dá através de um quantificador que determina que as variáveis idênticas que se encontram sob o escopo de um mesmo quantificador devem ser preenchidas de maneira idêntica. Trata-se de um processo de ligação de variáveis, que prende variáveis idênticas a um mesmo quantificador. A segunda, ilustrada por (55), expressa o fato de que não existe uma "reflexivização" prévia do predicado, em nosso exemplo, ... *acredita que ... canta*, e que a possibilidade de correferência é resolvida no uso.

### **Conclusão**

Neste capítulo discuti a questão dos tipos de denotações dos sintagmas nominais dentro do paradigma de uma semântica de tradição lógica. A possibilidade de sintagmas nominais denotarem diferentes tipos de entidades semânticas e, conseqüentemente, de estabelecerem relações anafóricas entre entidades semânticas distintas serão relevantes para a discussão dos tipos de relações anafóricas estabelecidas entre as formas possessivas e seus antecedentes.

## CAPÍTULO II

# A SINTAXE DAS RELAÇÕES ANAFÓRICAS ENTRE SINTAGMAS NOMINAIS

### Introdução

Este capítulo trata dos limites sintáticos ao estabelecimento de relações anafóricas entre sintagmas nominais. Descreve a Teoria da Ligação de Chomsky (1981) e (1986a) que é o tratamento "clássico" dado a esta questão pela Teoria dos Princípios e Parâmetros. Apresenta também visões alternativas dentro do paradigma gerativista: Reinhart (1983) e (1986) e Reinhart & Reuland (1993). Mais uma vez, é importante lembrar que se discutem aqui apenas as questões da teoria que serão relevantes para os problemas tratados nesta tese.

### 1. A noção sintática de expressão referencial

O conceito de *expressão-r* é intuitivamente pouco claro na Gramática Gerativa e não coincide com o da semântica filosófica. A maneira como é compreendido varia bastante na literatura gerativista e muitas vezes é pouco explícita. Manuais como o de Haegemann (1991) ou Raposo (1992) definem as *expressões-r* como "expressões inerentemente referenciais" e exemplificam com nomes próprios e descrições definidas. Chomsky (1981) inclui sob o rótulo de *expressão-r* nomes próprios, sintagmas nominais definidos, indefinidos, quantificados e *expressões-wh*, i.e., todos os sintagmas nominais cujo núcleo é um nome. Inclui também vestígios de movimento-*wh* (sentença (1)) e vestígios de içamento de quantificador (sentença (2) (a), cuja forma lógica está expressa em (b)). Por outro lado, *pronomes* e *anáforas*, como *ele* e *se* em (3) respectivamente, não são considerados *expressões-r*.

- (1) *Quem* [você acha que *t* ganhou o presente]?<sup>1</sup>
- (2) a. Jorge acha que é capaz de convidar *qualquer pessoa* para a festa.  
b. [*Qualquer pessoa* [Jorge acha que é capaz de convidar *t* para a festa]]
- (3) Jorge, *ele se* acha o máximo.

Como se vê, o conceito chomskiano de *expressão-r* inclui itens lexicais com comportamento semântico bastante distinto, como nomes próprios e vestígios presos a quantificadores, e, por outro lado, exclui itens semanticamente "referenciais" como os pronomes. Os vestígios de movimento-*wh* e de içamento de quantificador, classificados como *expressões-r*, são chamados de *variáveis* pela teoria gerativa. Chomsky (1981) justifica a decisão de equiparar o comportamento de uma variável ao de um nome:

"Note that the treatment of variables as analogous to names is natural if we regard the device of quantification as an idealization of coordination beyond listable domains, that is, to domains of infinite size or unknown membership. ..." (p.102).

Trabalhos mais recentes, no entanto, tentam libertar a noção de *expressão-r* e de referencialidade de qualquer conteúdo semântico e formalizar sua definição. Reinhart & Reuland (1993), por exemplo, insistem que as relações entre a sintaxe e a referência devem ser pensadas de modo que, a partir de certas propriedades sintáticas de sintagmas nominais (doravante também SN's), estes podem ser usados para referir e não ao contrário. Em outras palavras, não é a capacidade de referência de um SN que determina suas propriedades sintáticas, mas são suas propriedades sintáticas que determinam sua capacidade de referência.

---

<sup>1</sup> *t* (do inglês *trace*) é usado para simbolizar o vestígio deixado por uma expressão que se moveu.

"Thus R should be a purely syntactic property. Having this property is a necessary condition for an expression to function as an independent argument,... what could it be? ..." (p. 697)

Os autores então definem formalmente a propriedade +R(Referencial) como a propriedade que possui uma expressão nominal de ser completamente especificada para seus traços- $\phi$  - traços de gênero, número e pessoa - e para caso estrutural, que é o caso atribuído em estrutura-S às posições de sujeito e de objeto de uma oração, independentemente do processo de atribuição de papel temático.

"An NP is +R if and only if it carries a full specification for  $\phi$  features and structural Case" (p. 697)

SN's plenos, como *o professor de matemática* ou *todos os artistas*, em (4) e (5) respectivamente, sempre serão [+R], pois possuem traços- $\phi$  e são especificados para caso inerente (*nominativo*, em nossos exemplos). Já vestígios de SN's ou anáforas como *t* e *se* em nossos exemplos, não são especificados para traços- $\phi$  e talvez nem para caso estrutural, sendo, portanto, [-R].

(4) [O professor de matemática]<sub>1</sub> foi despedido t<sub>1</sub>

(5) [Todos os artistas]<sub>1</sub> se<sub>1</sub> adoram.

Por outro lado, vestígios de movimento-wh (exemplo (6)) ou de alçamento de quantificador em forma lógica (exemplo (7)) são necessariamente especificados para caso e para traços- $\phi$ .

(6) Quem<sub>1</sub> você acha que t<sub>1</sub> é bonita?

(7) a. Jorge convidou alguns amigos.

b. Alguns amigos<sub>1</sub> [Jorge convidou t<sub>1</sub>]

## 2. A teoria da ligação - Chomsky (1981)

O paradigma conhecido como Gramática Gerativa, em seu modelo de Princípios e Parâmetros, proposto pela primeira vez em Chomsky (1981), adota uma teoria na qual partir de um algoritmo formal de representação de sentenças (a Teoria X-barras) e das informações contidas no léxico, vários módulos entram em ação para definir se as formas geradas pelo algoritmo formal são ou não gramaticais, isto é, são ou não parte do conjunto das sentenças possíveis de uma determinada língua. Os diferentes módulos que compõem a teoria tratam de fenômenos como a anáfora, o caso, os papéis temáticos e a regência, entre outros.

A Teoria da Ligação é um dos módulos deste modelo de gramática. Ela tenta determinar as condições colocadas pela sintaxe, isto é, pela estrutura das sentenças, à ocorrência de relações anafóricas entre sintagmas nominais. Esta teoria descreve as relações anafóricas estruturalmente permitidas entre sintagmas nominais, um deles considerado como o *antecedente*. As condições que descrevem a possibilidade sintática de uma relação de dependência referencial entre dois sintagmas nominais são estabelecidas a partir de uma classificação do sintagma anafórico e não a partir do *status* de seu antecedente. É o tipo de 'anafórico' - se este é um *pronome*, uma *anáfora* ou uma *expressão-r* - que determina a possibilidade e o tipo de dependência referencial permitida estruturalmente. Para a Teoria da Ligação, o tipo de sintagma nominal que está funcionando como antecedente é irrelevante.

No modelo, as formas pronominais já vêm marcadas do léxico como *pronomes* ou *anáforas*. Intuitivamente, *anáforas* são os itens lexicais que, por não possuírem conteúdo referencial intrínseco, exigem um antecedente. Existem dois tipos de *anáfora*: *anáforas* com traços fonológicos, como exemplificado pelo reflexivo *se* em (8) (a) e *anáforas* que são vestígios de movimento de sintagmas nominais, como exemplificado pelo vestígio *t* em (8) (b), o qual resulta do movimento do argumento interno do verbo *realizar* para a posição de sujeito da sentença - maneira já "clássica" de se analisar a forma passiva na Teoria dos Princípios e Parâmetros. *Pronomes* são itens lexicais que possuem conteúdo referencial próprio, podendo ou não estabelecer uma relação de dependência referencial com um antecedente. Os *pronomes* também podem ou não possuir traços fonológicos. O pronome sem traços fonológicos é *pro* - tipicamente o sujeito nulo em línguas que obedecem ao parâmetro *pro-drop* como o português no exemplo (9) (a). No exemplo (9) (b), *ele* é um *pronome* com traços fonológicos<sup>2</sup>.

(8) a. *Jorge se odeia.*

b. *O julgamento será realizado t amanhã.*

(9) a. *Jorge acha que pro é o máximo.*

b. *Jorge acha que Carlos não gosta dele.*

Para expressar a possibilidade de relações de dependência referencial entre sintagmas nominais, a teoria faz uso de índices numéricos aleatoriamente atribuídos a cada sintagma nominal em estrutura profunda. Vestígios de movimento mantêm o índice do sintagma movido<sup>3</sup>. Os princípios da Teoria da Ligação determinam, em função da configuração sintática, quais entre as diferentes combinações possíveis de índices atribuídos a sintagmas nominais

---

<sup>2</sup> As categorias vazias na Teoria dos Princípios e Parâmetros são classificadas de acordo com a maneira como se comportam frente aos princípios da Teoria da Ligação. O sujeito vazio - *pro* - é uma categoria pronominal. Já um vestígio de movimento - *t* - de sintagma nominal é uma categoria anafórica.

<sup>3</sup> Índices também são usados para expressar "concordância" entre o sujeito e a flexão verbal correspondente - neste caso a flexão (AGR) recebe obrigatoriamente o mesmo índice atribuído ao sintagma nominal com o qual "concorda".

geram sentenças gramaticais. A teoria não assume qualquer compromisso com a interpretação semântica desses índices, no sentido de que não se pronuncia quanto a estarem em jogo vários sentidos, "clássicos" ou não, de correferência.

Os casos paradigmáticos nos quais o item referencialmente dependente é uma *anáfora* ou um *pronome* estão ilustrados pelas sentenças (10), (11) e (12).

- (10) a. Zelda<sub>i</sub> se<sub>j</sub> adora.  
b. \*Zelda<sub>i</sub> adora ela<sub>j</sub>.<sup>4</sup>

- (11) a. \*Zelda<sub>i</sub> se<sub>j</sub> adora.  
b. Zelda<sub>i</sub> adora ela<sub>j</sub>.

- (12) a. \*Zelda<sub>i</sub> acha que Carlos se<sub>j</sub> adora.  
b. Zelda<sub>i</sub> acha que Carlos adora ela<sub>j</sub>.

A teoria chama a atenção para uma *distribuição complementar* que parece haver entre as ocorrências de *pronomes* e *anáforas*: nos contextos em que a ocorrência da *anáfora* é permitida, a do *pronome* é proibida, e vice-versa.

Para os casos em que a relação anafórica é estabelecida com uma *expressão-r*, algumas sentenças paradigmáticas, como os exemplos em (13), nos mostram que essas expressões têm comportamento diferente tanto dos pronomes quanto das anáforas - comparem-se os exemplos (10) (a) e (11) (a) ao exemplo (13) (a) e os exemplos (12) (a) e (b) ao exemplo (13) (b). (13) (c) mostra que duas expressões-r podem estar coindexadas em uma mesma sentença e que, portanto, a agramaticalidade em (13) (a) e (b) é estrutural.

- (13) a. \*Zelda<sub>i</sub> adora Zelda<sub>j</sub>.

---

<sup>4</sup> O símbolo \* está sendo usado como tradicionalmente na Gramática Gerativa para indicar a agramaticalidade de uma sentença. A gramaticalidade/agramaticalidade destes exemplos é decidida, crucialmente pela correferência/não-correferência indicada pelos índices.

- b. \*Zelda<sub>i</sub> acha que Carlos adora Zelda<sub>i</sub>
- c. Os pais de Zelda<sub>i</sub> adoram Zelda<sub>i</sub>

Os exemplos em (10)-(13) contêm os fatos básicos que a Teoria Gerativa considera necessário explicar. A maneira pela qual a teoria expressa os fenômenos sintáticos de dependência referencial configura um sistema de condições sobre a coindexação, conhecido como "princípios de ligação", originalmente propostos em Chomsky (1981) e apresentados em (14), juntamente com a definição de ligação, apresentada em (15).

**(14) Princípios de Ligação:**

**Princípio A:** Uma *anáfora* deve estar ligada em sua categoria de regência.

**Princípio B:** Um *pronome* deve estar livre em sua categoria de regência.

**Princípio C:** Uma *expressão-r* deve ser livre.

**(15) Ligação:**  $\alpha$  liga  $\beta$  se e somente se: (i)  $\alpha$  c-comanda  $\beta$  e (ii)  $\alpha$  e  $\beta$  estão coindexados

Noções técnicas necessárias para a aplicação destas condições são as de *c-comando*, de *categoria de regência* e de *livre*. Intuitivamente, a *categoria de regência* é a menor categoria que contém um regente para o sintagma nominal e um outro sintagma nominal que poderia funcionar como seu antecedente. Este domínio é usualmente o sintagma nominal ou a sentença que mais imediatamente contém o *pronome* ou a *anáfora* em questão. *Livre*, dentro da teoria, significa não estar ligado, ou seja, não estar coindexado a um sintagma nominal que o c-comande. A noção de *c-comando* expressa uma relação de superioridade estrutural entre dois constituintes. Essas noções estão formalmente definidas em (16) e (17).

(16) Um nóculo  $\alpha$  c-comanda um nóculo  $\beta$  se e somente se o primeiro nóculo ramificado  $\gamma$  que domina  $\alpha$  também domina  $\beta$ <sup>5</sup>.

(17)  $\beta$  é uma **categoria de regência** para  $\alpha$  se é a menor categoria que contém  $\alpha$ , um regente para  $\alpha$ , e um SUJEITO acessível a  $\alpha$ .

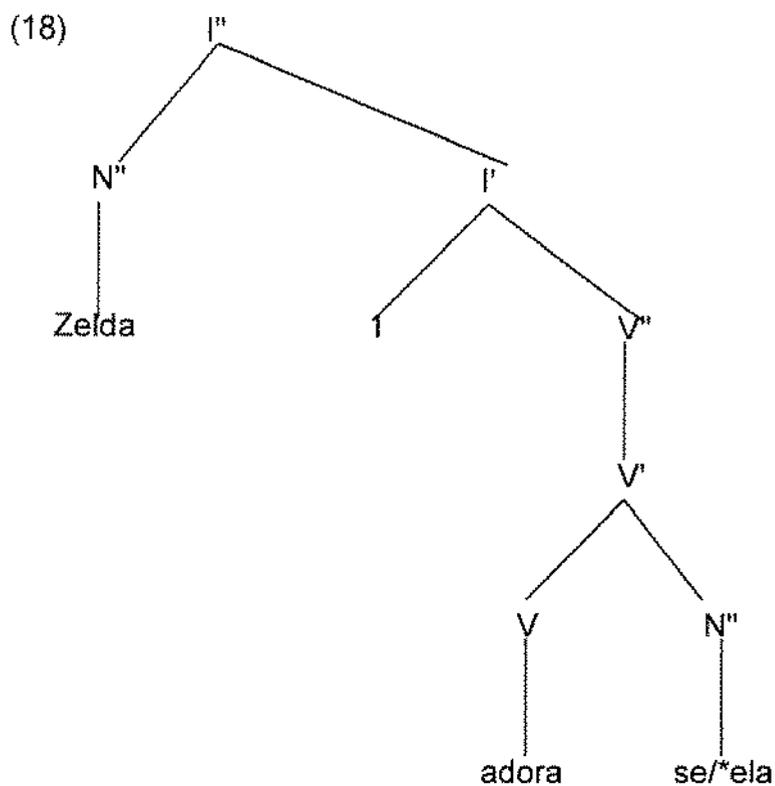
(A noção de SUJEITO abarca o sujeito de orações infinitivas, de sintagmas nominais<sup>6</sup> ou de "small clauses" e inclui também a flexão verbal (AGR). Um sujeito  $\beta$  é **acessível** a um sintagma nominal  $\alpha$  se: (a)  $\beta$  c-comanda  $\alpha$  e (b)  $\beta$  não está coindexado com qualquer categoria que contenha  $\alpha$ ).

Vou ilustrar essas noções nas estruturas (18) e (19). Em (18), o sujeito (*Zelda*) c-comanda o objeto (*se* ou *ela*) e ambos pertencem a I", a menor categoria de regência para o objeto, a qual contém um sujeito (*Zelda*) acessível ao objeto e um regente para esse objeto (o verbo *adorar*). Em obediência ao princípio A, *se* deve estar obrigatoriamente *ligado* (coindexado a um antecedente c-comandante) neste domínio. Por outro lado, em obediência ao princípio B, *ela* deve estar obrigatoriamente *livre* (não coindexado a um antecedente c-comandante) neste mesmo domínio.

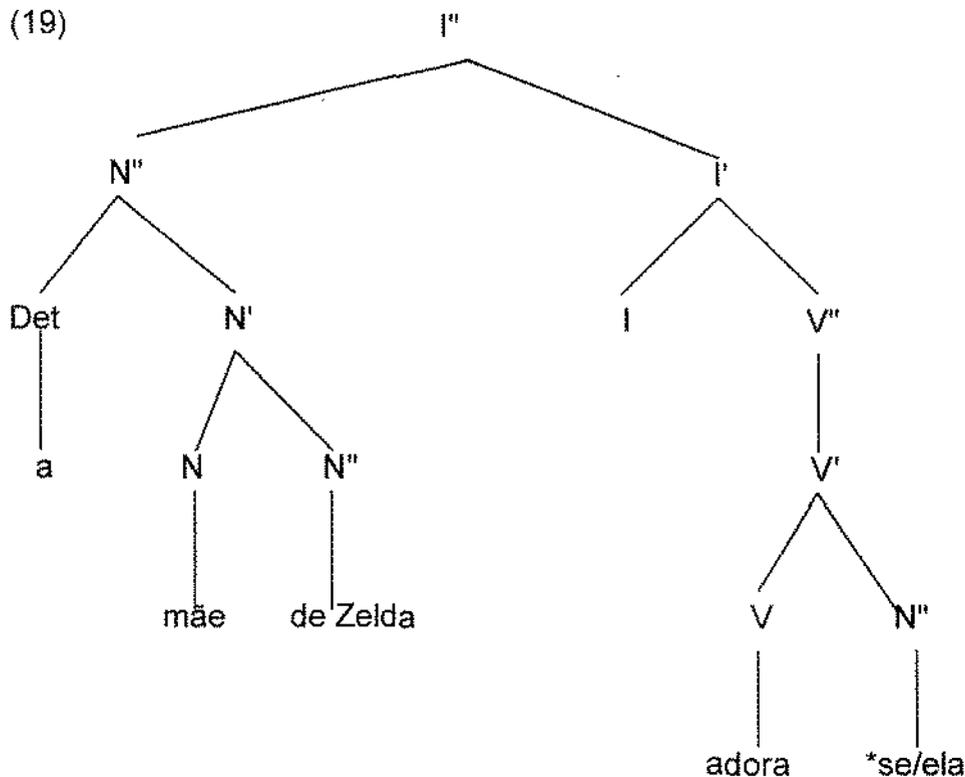
---

<sup>5</sup>Esta é a definição "clássica" de c-comando (cf. Reinhart, 1976).

<sup>6</sup> Como veremos no capítulo III, assim como temos complementos nominais, é possível atribuir-se a função de sujeito a um tipo particular de argumento nominal.



Já (19) ilustra o fato de que, uma vez não havendo c-comando, um pronome pode estar coindexado a um antecedente, mesmo que este pertença à sua menor categoria de regência - o pronome *ele* pode tomar *Zelda* como antecedente nesta sentença, pois o nome próprio não o c-comanda. (19) ilustra também a exigência de c-comando por parte da *anáfora*, pois *se* não pode tomar *Zelda* como antecedente.



### 3. A Teoria da Ligação - Chomsky (1986a)

Chomsky (1986a) tentando solucionar alguns problemas tanto empíricos quanto de elegância interna da teoria, redefine o conceito de "categoria de regência" em termos do conceito de "complexo funcional completo":

"A governing category is a "complete functional complex" (CFC), in the sense that all grammatical functions compatible with its head are realized in it - the complements necessarily, by the projection principle and the subject, which is optional unless required to license a predicate, by definition." (p.169)

De uma maneira simplificada, pode-se dizer que um complexo funcional completo (CFC) é um constituinte que possui um núcleo regente acompanhado de seus complementos e de seu sujeito, quando este existe.

Em casos como (20) (a) e (b), não há uma distribuição complementar entre *anáforas* e *pronomes*, pois ambos podem tomar o sujeito "the children" como antecedente. Para solucionar casos como estes, Chomsky passa a explorar a diferença intuitiva entre *pronomes* e *anáforas*: as *anáforas*, ao contrário dos *pronomes* exigem um antecedente. Desta forma, a categoria de regência para uma anáfora deveria ser definida de maneira tal que contenha obrigatoriamente um antecedente possível para esta anáfora. Ou seja, em (20) (a) a categoria de regência da anáfora deveria ser a sentença inteira e não apenas o sintagma nominal "each other's friends", como implicado pela definição de categoria de regência em (17). Por outro lado, em (20) (b) a categoria de regência do pronome deveria permanecer o sintagma nominal.

- (20) a. the children<sub>i</sub> like [each other's<sub>i</sub> friends]  
b. the children<sub>i</sub> like [their<sub>i</sub> friends]

Tecnicamente este resultado é obtido através de uma redefinição dos princípios A, B e C em termos da noção de indexação compatível com a teoria da ligação (uma "indexação BT-compatível"), a qual apresento em (21). (22) define a categoria de regência  $\beta$  para os diferentes tipos de sintagmas nominais anafóricos.

(21) uma indexação  $I$  é *BT-compatível* com  $(\alpha, \beta)$   
se:

- (A)  $\alpha$  é uma *anáfora* e é ligada em  $\beta$  sob  $I$ ;  
(B)  $\alpha$  é um *pronome* e é livre em  $\beta$  sob  $I$ ;  
(C)  $\alpha$  é uma *expressão-r* e é livre em  $\beta$  sob  $I$ .

(22) Para qualquer categoria de regência  $\beta$  tal que (i) ou (ii), I é BT-compatível com  $(\alpha, \beta)$ :

(i)  $\alpha$  é uma *expressão-r* e (a) se  $\alpha$  é cabeça de sua cadeia ou (b) nos outros casos.

(a)  $\beta$  é toda a expressão

(b)  $\beta$  é o domínio da cabeça da cadeia<sup>7</sup> de  $\alpha$

(ii)  $\alpha$  é uma anáfora ou pronome e  $\beta$  é o menor CFC contendo o regente de  $\alpha$  para a qual existe uma indexação J BT-compatível com  $(\alpha, \beta)$ .

Traduzindo o princípio C, segundo sua nova formulação, vemos que este diz que uma *expressão-r* qualquer deve ser *livre* em  $\beta$  sob uma indexação determinada por (22) (i).  $\beta$  é toda a sentença que contém a *expressão-r* no caso (a) em que esta expressão não é uma variável e nos outros casos tratados em (b),  $\beta$  é o domínio do operador coindexado à variável. Em (23) a expressão-r "um homem", por exemplo, deve ser livre em toda a sentença. Já em (24) a variável  $t$ , que é uma *expressão-r*, deve ser livre no escopo de seu operador, ou seja, no domínio da sentença [Maria perguntou quem João acha que  $t_1$  conhece bem a Ásia].

(23) Carlos acha que um homem não deve usar cores fortes.

(24) Maria perguntou quem<sub>1</sub> [João acha que  $t_1$  conhece bem a Ásia].

A reformulação do princípio A, nos diz que uma *anáfora* deve estar ligada em um domínio  $\beta$ , determinado por (22) (ii), que é o menor CFC

---

<sup>7</sup> Uma cadeia é uma sequência de sintagmas coindexados em que cada elo obedece a uma exigência de c-comando e não existe barreira entre dois elos quaisquer. Cabeças de cadeias bem formadas são necessariamente sintagmas nominais plenos ou pronomes, nunca vestígios de movimento ou anáforas.

contendo um regente para a anáfora para o qual existe uma indexação compatível com a Teoria da Ligação, neste caso com o princípio A. Para (20) (i), por exemplo, o menor CFC contendo o regente de *each other* (o nome *friends*), para a qual existe uma indexação BT-compatível contendo a *anáfora* e seu regente é a sentença inteira, pois *the children* é o antecedente mais próximo possível para *each other*.

Assim reformulado, o princípio B diz que um *pronome* deve estar *livre* em um domínio  $\beta$ , determinado por (22) (ii).  $\beta$  é o menor CFC contendo *their* e seu regente (*friends*) para a qual existe uma indexação BT-compatível: CFC que consiste, neste caso, no próprio sintagma nominal *their friends*, pois nele o *pronome* pode estar *livre*.

#### 4. A anáfora ligada

Gostaria agora de chamar a atenção para a possibilidade de se analisarem os fatos sintáticos sobre a dependência referencial sob um outro prisma, mesmo que ainda dentro do paradigma gerativista. Reinhart (1983) defende que a sintaxe determina apenas quando uma forma pronominal pode ou não ser interpretada enquanto variável presa. Esclareço que estou opondo o termo *preso(a)* ao termo *ligado(a)*. O primeiro está sendo usado no sentido em que se diz na lógica que uma variável está presa. O segundo está sendo usado como definido pela Teoria da Ligação.

Como vimos, os princípios A, B e C de Chomsky criam um sistema que determina três tipos de limites sintáticos para fenômenos de dependência referencial: coindexação obrigatória, coindexação opcional e contra-indexação obrigatória (ver exemplos (10)-(13)). Esse sistema causa alguns problemas semânticos. O primeiro, e o mais sério, é o de como interpretar o sistema de índices em casos como o do exemplo (25), em que os sintagmas coindexados são plurais. Uma sentença como essa admite uma leitura coletiva na qual os quarenta e cinco londrinos suicidaram-se coletivamente (usando, por exemplo, uma câmara de gás); uma leitura recíproca, na qual os quarenta e cinco londrinos mataram-se uns aos outros e uma leitura distributiva, na qual cada um

dos quarenta e cinco londrinos matou a si mesmo. Nos três casos teríamos a mesma coindexação.

(25) [Quarenta e cinco londrinos]<sub>1</sub> mataram-se<sub>1</sub>.

No caso de um antecedente quantificado explicitamente "não-referencial" (exemplo (26) (a)), mas cuja interpretação passa por um percurso sobre as entidades do universo do discurso - o que está sendo expresso pela forma lógica em (26) (b) - como interpretar esta coindexação?

(26) a. Ninguém<sub>1</sub> confia em seus<sub>1</sub> vizinhos.

b. Ninguém<sub>1</sub> [ x<sub>1</sub> confia em seus<sub>1</sub> vizinhos]

Considerem-se ainda os casos de identidade "sloppy"<sup>8</sup> como no exemplo (27). Como explicar que a forma lógica em (27) (c) é a única possível? Ou seja, como dar conta de que *fazer o mesmo* "copia" o predicado da oração anterior, mas não copia os índices de suas posições argumentais, como representado pela forma lógica em (27) (b).

(27) a. [Quarenta e cinco londrinos]<sub>1</sub> mataram-se<sub>1</sub> e [doze parisienses]<sub>2</sub> fizeram o mesmo.

b. Quarenta e cinco londrinos (x<sub>1</sub> mataram-se<sub>1</sub>) e doze parisienses<sub>2</sub> (x<sub>1</sub> mataram-se<sub>1</sub>)

c. [Quarenta e cinco londrinos]<sub>1</sub> (x<sub>1</sub> mataram-se<sub>1</sub>) e [doze parisienses]<sub>2</sub> (x<sub>2</sub> mataram-se<sub>2</sub>)

---

<sup>8</sup> Ver Ilari (1981) para uma análise dos problemas causados por uma tentativa de interpretação semântica do sistema sintático criado pela Teoria da Ligação. Os exemplos (25)-(27) são adaptados de exemplos daquele mesmo artigo.

O segundo problema é a dificuldade de explicação de certos contra-exemplos tais como afirmações de identidade e casos de identidade não intencional (exemplos (28) e (29)).

(28) João<sub>1</sub> é [o professor de lingüística]<sub>1</sub>.

(29) Ao ver o chapéu, [Jorge]<sub>1</sub> pensou que aquele homem deveria ter muito bom gosto. Minutos depois se deu conta de que o chapéu era dele<sub>1</sub>.

A causa desses problemas, segundo Reinhart (1983), está na má colocação da questão central sobre as relações anafóricas - como se a questão fosse a de determinar quando uma forma pronominal pode ou não ser correferente a um sintagma nominal. Como já vimos, as relações anafóricas tratadas pela Teoria Gerativa levam a dois tipos de interpretações possíveis, dependendo do caráter do sintagma nominal antecedente. No primeiro caso, quando o antecedente é um nome próprio ou uma descrição definida, as relações anafóricas com ele estabelecidas são usualmente interpretáveis como relações de correferência.

Todavia, no caso de o antecedente ser um sintagma nominal quantificado, as relações anafóricas estabelecidas entre ele e as outras formas pronominais são explicitadas no componente da forma lógica. Nesse componente todos os sintagmas nominais quantificados são obrigatoriamente movidos para uma posição que lhes dá escopo sobre toda a sentença, deixando *in situ* vestígios a eles coindexados que são, nos termos da classificação adotada, chamados de variáveis. Como resultado do processo de alçamento dos sintagmas nominais quantificados temos, por um lado, a relação entre este sintagma em posição de operador e seu vestígio. Por outro lado, temos a relação entre esse vestígio e as outras formas pronominais a ele coindexadas - caímos aqui novamente no escopo dos princípios A, B e C da Teoria da Ligação.

Tem-se, então, a nível geral da Teoria dos Princípios e Parâmetros, dois tipos interpretações possíveis para as relações anafóricas estabelecidas entre sintagmas nominais: relações de correferência, onde dois ou mais sintagmas apontam para a mesma entidade no "mundo" e relações entre um quantificador e a variável a ele presa, onde o sintagma nominal quantificado poderia, em princípio, determinar quais os objetos que preenchem o valor da variável a ele presa<sup>9</sup>.

Esses dois tipos de relações anafóricas são exemplificados pelas sentenças em (30). Em (30) (a), a coindexação só pode ser interpretada em termos de correferência entre o nome próprio e o pronome. Em (30) (b), a coindexação entre cada aluno e seu vestígio *t* é interpretável como uma relação entre um operador e uma variável a ele presa, já a relação entre esse vestígio e o pronome possessivo é uma relação entre expressões de tipos diferentes: uma *variável* e um *pronome*, como indica a sua representação no componente da forma lógica. Uma relação desse tipo dificilmente poderia ser interpretada como uma relação entre duas variáveis presas a um mesmo quantificador. Temos em (30) (b) um objeto sintático que coindexa duas expressões referenciais (o vestígio e o pronome possessivo) presas a uma terceira expressão referencial (cada aluno), a qual funciona como um operador sobre o vestígio e sobre o pronome, os quais funcionam semanticamente como variáveis. A tradução lógica usual para (b) seria "Para cada aluno *x*, *x* trouxe o livro de exercícios de *x*", onde teríamos duas e não apenas uma variável presa pelo operador.

Resumindo: (30) (b) comportaria duas relações qualitativamente diferentes, o que é contra-intuitivo (R. Ilari, *comunicação pessoal*) e difícil de ser interpretado em uma teoria semântica formalizável.

- (30) a. Jorge<sub>1</sub> trouxe o livro de exercícios dele<sub>1</sub>.  
b. [Cada aluno]<sub>1</sub>, *t*<sub>1</sub> trouxe o seu<sub>1</sub> livro de exercícios.

---

<sup>9</sup> O tipo de relação ou operação semântica que envolve um quantificador e as variáveis a ele presas não é usualmente discutido pela teoria gerativa.

Com o propósito de eliminar da teoria da ligação os problemas causados para a interpretação semântica, Reinhart reinterpreta as condições de ligação (os princípios A, B e C) como um mecanismo sintático capaz de dar às formas pronominais o *status* de *anáfora ligada*. Para a autora, este é o único mecanismo necessário a nível sentencial para se estudar a anáfora. O conceito de anáfora ligada é ao mesmo tempo sintático e semântico. Sintaticamente temos uma anáfora ligada quando um sintagma nominal está ligado<sup>10</sup> a seu antecedente. Semanticamente, temos uma anáfora ligada quando uma forma pronominal é interpretável como uma variável presa por um operador. A condição estrutural para ocorrência da anáfora ligada é a existência de c-comando entre o antecedente e a forma pronominal.

O mecanismo proposto por Reinhart (1983) e reproduzido em (31) reformula os princípios A e B em termos de possibilidade de coindexação - uma coindexação possível indica que as formas pronominais coindexadas a um sintagma nominal pleno podem ser interpretadas como variáveis presas por este sintagma, o qual funciona como um operador<sup>11</sup>.

(31) PROCEDIMENTO DE COINDEXAÇÃO (opcional):

Coindexe uma forma pronominal  $\alpha$  com um SN  $\beta$  em posição argumental que o c-comande. Condições:

(a) se  $\alpha$  é uma anáfora,  $\beta$  deve estar dentro de sua categoria de regência;

(b) se  $\alpha$  é um pronome,  $\beta$  deve estar fora de sua categoria de regência.

Neste sistema um pronome livre pode ainda ser correferente a um SN, dependendo de condições semânticas e pragmáticas. Uma vantagem do

---

<sup>10</sup> Lembrar mais uma vez que aqui *ligado* é um termo técnico da teoria da ligação.

<sup>11</sup> A relação de c-comando parece funcionar também em lógica para marcar o escopo de quantificadores (ver Chierchia & McConnell-Ginnet, 1990, cap.3).

sistema é a diferenciação de comportamento dos SN's plenos e dos pronomes. Os primeiros nunca podem comportar-se como variáveis presas.

O funcionamento do sistema é ilustrado na análise das sentenças (32) a seguir. Na sentença (32) (a), o sintagma nominal *a ministra* c-comanda a anáfora *se* e está dentro de sua categoria de regência. Ambos podem ser coindexados pela aplicação de (31) (a) obedecendo, portanto, às condições para a ocorrência da anáfora ligada, como se pode ver em (b) através de um teste com a ocorrência de uma identidade "sloppy", cuja tradução lógica encontra-se em (c). Segundo Reinhart, um teste para verificar se uma forma pronominal está se comportando como uma variável presa é acrescentar uma segunda "sentença-também" que contenha uma elipse que inclua o pronome que se deseja checar. Caso essa forma possa ser lida como anafórica a um SN pertencendo à sentença acrescentada, tem-se uma identidade chamada "sloppy" ("fajuta") e fica demonstrado que o pronome pode ter uma leitura de variável presa.

- (32) a. [A ministra]<sub>1</sub> se<sub>1</sub> adora  
b. A ministra<sub>1</sub> se<sub>1</sub> adora e Collor<sub>2</sub> também (se<sub>2</sub> adora)  
c.  $\lambda x$  (x adora x) (a ministra) e  $\lambda x$  (x adora x) (Collor)

Já no caso da sentença (33) (a), a coindexação não é possível, pois, apesar de Zelda c-comandar *ela*, encontra-se dentro da categoria de regência do pronome. Esta impossibilidade de coindexação indica que a anáfora ligada não pode ocorrer, o que pode ser verificado em (b), cuja forma lógica está expressa em (c)<sup>12</sup>.

- (33) a. Zelda confia nela  
b. \*Zelda confia nela<sub>1</sub> e Maria<sub>2</sub> também (confia nela<sub>2</sub>)  
c. \* $\lambda x$  (x confia em x) (Zelda) e  $\lambda y$  (y confia em y) (Maria)

---

<sup>12</sup> Parece haver falantes que aceitam a leitura "sloppy" expressa em (35) (b) e (c). Como estou apenas apresentando a proposta de Reinhart, não discutirei esses casos.

Já a correferência entre *Zelda* e o *pronome* na sentença (33) (a) não é uma impossibilidade dada sintaticamente para o sistema de coindexação em (31), o que é confirmado pelo fato de que podemos encontrar contextos em que a correferência entre *ela* e *Zelda* é aceitável, como mostra o exemplo (34).

(34) Todo mundo confia em Zelda. Até Zelda confia nela.

Já na sentença (35) o SN *Zelda* c-comanda *pro* e não pertence à categoria de regência do pronome. Portanto, a anáfora ligada é possível, como se pode ver em (35) (b), cujas traduções lógicas estão em (c), - ou seja, (35) (a) pode ser interpretada tanto como estabelecendo uma relação entre um operador e as variáveis a ele presas, como expresso em (c).

- (35) a. [Zelda]<sub>1</sub> adora quando *pro*<sub>1</sub> tira férias  
b. Zelda<sub>1</sub> adora quando *pro*<sub>1</sub> tira férias e Maria também.  
c. ( $\lambda x$  (x adora quando x tira férias) (Zelda)) e ( $\lambda x$  (x adora quando x tira férias) (Maria))

Gostaria de chamar a atenção para um fato que não é explicitado por Reinhart, mas que considero decorrente de sua proposta: a existência do fenômeno da "anáfora ligada" é usualmente admitida apenas para o caso de antecedentes quantificados. É importante perceber, todavia, que essa relação pode ocorrer com qualquer tipo de antecedente, desde que sejam dadas as condições estruturais apropriadas e um contexto que possibilite a interpretação ligada. Observe as sentenças (36) e (37) abaixo<sup>13</sup>. A sentença (36) é ambígua entre uma interpretação presa em que muitas pessoas votaram no pai de Sofia ,

---

<sup>13</sup> As sentenças (36) e (37) são de Reinhart (1986).

mas que ela foi a única que votou no próprio pai (interpretação (36) (a)) e outra interpretação de correferência, na qual o pai de Sofia teve apenas um voto - o de sua filha (interpretação (36) (b)). A sentença (37) também é ambígua entre uma interpretação de variável presa (37) (a), onde várias mulheres estariam cansadas de seus maridos, inclusive Linda, e outra interpretação de correferência na qual várias pessoas estão cansadas do marido de Linda ((37) (b)).

(36) Só Sofia<sub>1</sub> votou em seu<sub>1</sub> pai.

- a. Só Sofia é um x tal que (x votou no pai de x)
- b. Só Sofia votou no pai de Sofia

(37) Até Linda<sub>1</sub> está cansada de seu<sub>1</sub> marido.

- a. Até Linda é um x tal que (x está cansada do marido de x)
- b. Até Linda está cansada do marido de Linda

A ambigüidade causada por sentenças desse tipo foi originalmente percebida por Geach (1962) e subseqüentemente também estudada por Ducrot (1972). O que nos interessa em Reinhart, neste caso, é a possibilidade de apontar os limites sintáticos para se expressar duas relações semânticas de tipos diferentes: a relação aqui chamada de correferência e a relação entre variáveis presas por um mesmo quantificador.

## 5. Novos desenvolvimentos da teoria da ligação

Reinhart & Reuland (1993) fazem uma revisão da Teoria da Ligação propondo uma nova forma de encarar as relações anafóricas dentro da Teoria Gerativa. Os autores tentam recuperar a visão mais tradicional de que a reflexivização é uma propriedade de predicados e de que "o cerne do fenômeno reside na natureza da relação expressa pelo verbo". Para os autores, os princípios A e B devem ser reinterpretados enquanto condições para a boa

formação de predicados reflexivos, os quais são definidos como predicados que possuem dois ou mais argumentos idênticos.

Vou agora apresentar resumidamente este modelo. Os autores reclassificam as expressões anafóricas, que na teoria da ligação "clássica" são pronominais ou anafóricas, segundo duas propriedades: a primeira é chamada de "função reflexiva" - a capacidade de transformar predicados transitivos em predicados reflexivos, ou, dito de outro modo, de impor identidade a dois ou mais argumentos de um mesmo predicado; a segunda propriedade, já descrita na seção 1, é a de "independência referencial", definida sintaticamente como uma completa especificação da expressão para os traços de pessoa, gênero e número (traços- $\phi$ ) e para caso estrutural. Essa reclassificação está expressa no quadro apresentado em (38) e resulta em três tipos de expressões anafóricas: anáforas SELF, anáforas SE e pronomes.

(38)	SELF	SE	pronomes
função reflexiva	+	-	-
independência referencial	-	-	+

Anáforas são ainda as expressões nominais referencialmente defectivas [-R], em consonância com a discussão em Chomsky (1986a). As anáforas SELF, as quais possuem função reflexiva, são anáforas que buscam seu antecedente necessariamente dentro de um domínio local e configuram-se como expressões morfológicamente complexas. Este tipo de anáfora obedece aos princípios A e B devidamente reformulados segundo os novos pressupostos assumidos pelos autores e é exemplificado pelo inglês *himself*, o holandês *zichzelf* e, provavelmente, pelo português *si mesmo* (veja exemplos em (40) e (41)).

Os princípios A e B são reformulados de maneira a explicitar formalmente a intuição de que um predicado reflexivo deve estar devidamente

marcado enquanto tal. Os novos princípios A e B propostos por Reinhart & Reuland estão apresentados em (39).

(39) Condições (cf. Reinhart & Reuland, 1993, p.678)

A: Um predicado sintático reflexivamente marcado é reflexivo

B: Um predicado semântico reflexivo é reflexivamente marcado.

A condição A exige que um predicado marcado por uma anáfora SELF seja semanticamente reflexivo, ou seja, se uma anáfora SELF é argumento de um predicado, esta deverá estar obrigatoriamente coindexada a outro argumento deste mesmo predicado. Desta forma explica-se a gramaticalidade de (40) (a) e (41) (a) e a agramaticalidade de (40) (b) e (41) (b). As sentenças em (a) são gramaticais porque um predicado reflexivamente marcado pela anáfora SELF (os predicados *hurt* e *enganar*) são reflexivos, i.e., possuem argumentos idênticos. As sentenças em (b) são agramaticais porque predicados reflexivamente marcados pela anáfora SELF não são reflexivos. A condição B, por sua vez, exige que um predicado semanticamente reflexivo marque essa relação através do uso de uma anáfora SELF. Desta forma explica-se a agramaticalidade das sentenças em (40) (c) e (41) (c), as quais não marcam devidamente, através de uma anáfora SELF, que seu predicado é reflexivo.

- (40) a. John<sub>1</sub> hurt himself<sub>1</sub>  
b. \*John<sub>1</sub> thinks that the children hurt himself<sub>1</sub>  
c. \*John<sub>1</sub> hurt him<sub>1</sub>

- (41) a. João<sub>1</sub> enganou a si mesmo<sub>1</sub>  
b. \*João<sub>1</sub> acha que as crianças enganaram a si mesmo<sub>1</sub>  
c. \*João<sub>1</sub> enganou a ele<sub>1</sub>

As definições formais das noções de predicado sintático, predicado semântico, predicado reflexivo e predicado reflexivamente-marcado são apresentadas em (42).

(42) Definições (cf. Reinhart & Reuland, 1993, p.678)

a. O predicado sintático formado de (um núcleo) P é P, todos os seus argumentos sintáticos, e um argumento externo de P (sujeito).

Os argumentos sintáticos de P são projeções às quais P atribui papel  $\theta$  ou caso.

b. O predicado semântico formado de P é P e todos os seus argumentos no nível semântico relevante<sup>14</sup>.

c. Um predicado é reflexivo se e somente se dois de seus argumentos estão coindexados.

d. Um predicado (formado de P) é reflexivamente-marcado se e somente se ou P é lexicalmente reflexivo, ou um dos argumentos de P é uma anáfora SELF.

Muitas das condições sobre boa formação das ligações anafóricas são transferidas da Teoria da Ligação às restrições sobre formação de cadeias argumentais (cadeias-A): uma cadeia argumental deverá conter exatamente um elemento que é ao mesmo tempo [+Referencial] e marcado para caso. Essa condição está formalmente expressa em (43). A cabeça da cadeia deverá ser o elemento marcado pelo traço [+R]. E como a teoria da ligação não exige mais comando entre antecedente e anáfora, a agramaticalidade de uma sentença como (44) deve-se, não a uma violação da Teoria da Ligação, mas a uma violação da exigência de que a cabeça de uma cadeia deve possuir o traço [+R].

---

<sup>14</sup> Este nível é, aparentemente, o nível da sintaxe lógica onde se explicitam as relações função-argumento correspondentes à estrutura sintática.

ou seja deve ser referencial. A necessidade de c-comando entre uma anáfora e seu antecedente existe apenas para as anáforas SE e é condição sobre a boa formação de cadeias<sup>15</sup>, não uma exigência da teoria da ligação.

(43) Condição geral sobre cadeias-A:

Uma cadeia -A máxima ( $\alpha_1, \dots, \alpha_n$ ) contém exatamente um elo -  $\alpha_1$  - que é ao mesmo tempo +R e marcado para caso.  
(cf. Reinhart & Reuland, 1993, p.678)

(44) \*Si mesmo fez mal a João

As anáforas SE que são anáforas morfologicamente simples não obedecem a restrições de localidade, não obedecendo, portanto, aos princípios A e B. As restrições sintáticas impostas ao comportamento das anáforas SE, devem-se então a restrições sobre a formação de cadeias argumentais e a sua exigência de antecedente para que seus traços- $\phi$  possam ser determinados. Em relação à teoria da ligação, portanto, uma anáfora SE comporta-se de maneira semelhante a um pronome, como exemplificado pela sentença (45) (a) do holandês na qual tanto a anáfora SE quanto o pronome podem tomar o sujeito da sentença anterior como antecedente. Já a sentença (45) (b) é agramatical com o pronome ou com a anáfora SE, sendo gramatical com a anáfora SELF.

(45) a. Jan zag [jou achter zich/hem staan] (exemplo (9) de Reinhart & Reuland, 1993)

Jan viu [você atrás SE/ele ficar-em-pé]

b. Jan haat zichzelf/\*zich/\*hem (exemplos (17) de Reinhart & Reuland, 1993)

---

<sup>15</sup> A definição generalizada de cadeia (cf. Chomsky, 1986a) exige que cada elo seja governado por seu antecedente, e, conseqüentemente, exige c-comando entre cada elo e o elo antecedente.

## Jan detesta SELF/\*SE/\*ele

Os autores chamam a atenção para outro aspecto do comportamento das expressões anafóricas: todas elas podem apresentar o comportamento chamado tradicionalmente de logofórico. Qualquer tipo de anáfora pode ser usado logoforicamente, a qualquer distância, desde que não esteja sob o escopo dos princípios A ou B. Assim, (46) (a) é gramatical, enquanto (46) (b) é agramatical por violar o princípio B como reformulado pelos autores, que diz que predicados marcados como reflexivos por uma anáfora SELF têm que ser reflexivos, pois em (b) *myself* marca reflexivamente o predicado formado pelo verbo *give*. Em (a) *myself* não marca o predicado, pois o argumento de *give* é *Brenda and myself* e não *myself*.

- (46) a. She gave Brenda and myself a dirty look  
b. \*She gave myself a dirty look

Finalmente, o procedimento de ligação deverá ser entendido como uma forma de atribuição do conteúdo referencial necessário para a interpretação das anáforas. Uma anáfora é obrigatoriamente uma variável ligada apenas quando está coindexada a um co-argumento. Nos outros casos a ligação, ou seja, nos termos da teoria da ligação "clássica", a existência de c-comando e coindexação entre dois sintagmas nominais e o conseqüente comportamento de anáfora ligada, pode ou não ocorrer.

A proposta dos autores parece bastante promissora. No entanto, repensar o que esta nova proposta traz para a análise das expressões anafóricas do português é um projeto ainda a ser realizado, pois não é óbvio como dividir nossas anáforas entre os tipos SE e SELF<sup>16</sup>. Nossos pronomes "reflexivos" de primeira e segunda pessoas, por exemplo, são morfologicamente simples e não obedecem a restrições de localidade, como evidencia (47). Nosso

---

<sup>16</sup> Mennuzzi (1995a), (1995b), (1995c) e (1996) parece ter iniciado esse projeto.

se, no entanto, apesar de morfologicamente simples, obedece a restrições de localidade, como evidência (48).

- (47) a. Eu me machuquei  
b. Eu acho que Maria me machucou

- (48) a. Você/Maria<sub>1</sub> se<sub>1</sub> machucou  
b. \*Você/Maria<sub>1</sub> acha que Carlos se<sub>1</sub> machucou

Mais ainda, Reinhart & Reuland (1993) deixam explicitamente de lado as anáforas possessivas (ver nota 4, p. 658) que são as que nos interessam nesta tese. De qualquer modo, quando surgir a discussão particular do comportamento das formas possessivas em relação à Teoria da Ligação, tentarei incorporar esta nova proposta à discussão.

## **Conclusão**

Neste capítulo apresentei as condições sintáticas para a ocorrência de relações anafóricas intersentenciais na Teoria Gerativa. Apresentei também o conceito de anáfora ligada de Reinhart (1983) e (1986) segundo a qual o papel de certos tipos de expressões anafóricas é transformar predicados transitivos em predicados reflexivos, e que esta reflexivização obedece a certos princípios sintáticos. Estes pontos se mostraram importantes na determinação do papel das formas possessivas *seu/dele* na recuperação de seus antecedentes.

## CAPÍTULO III

# AS RELAÇÕES ANAFÓRICAS ENTRE AS FORMAS POSSESSIVAS DE TERCEIRA PESSOA E SEUS ANTECEDENTES

### Introdução

Este capítulo dedica-se a discutir estudos baseados em *corpora* de língua oral sobre a alternância *seu* x *dele* no português do Brasil. O objetivo é mostrar que existe uma relação entre o tipo semântico do sintagma nominal antecedente e a escolha de uma ou de outra forma.

O capítulo discute também o possível desaparecimento do *seu* de terceira pessoa de nossa língua, e opta por uma hipótese de especialização dessa forma na recuperação de sintagmas nominais não referenciais.

### 1. As formas possessivas e a recuperação de seus antecedentes

O ponto de partida para pensar a distribuição das formas possessivas de 3ª pessoa foram os resultados da pesquisa de Adriana Almeida<sup>1</sup> (1993). Esse trabalho investiga as formas possessivas *seu(s)*, *sua(s)* em seu uso de terceira pessoa e a forma *dele(s)*, *dela(s)* no português de São Paulo em relação ao tipo semântico de seu antecedente. O *corpus* utilizado para a pesquisa de Almeida compõe-se de doze inquéritos do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta do Brasil (Projeto NURC) : DID 18, DID 124, DID 137, DID 161, DID 234, DID 251, D2 62, D2 255, D2 333, D2 360, D2 396 e EF 377 - todas feitas no estado de São Paulo. Como se sabe, "O Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta do Brasil (Projeto NURC) tem por

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma pesquisa de iniciação científica realizada com bolsa do convênio USP/CNPq, sob orientação de Esmeralda Vailati Negrão e minha.

finalidade documentar e descrever a norma objetiva do português culto falado no Brasil" (Castilho & Preti, 1986:2) e refere-se a um *corpus* que consiste em um conjunto de gravações realizadas na década de 70, em cinco capitais brasileiras, registrando a fala de pessoas nascidas nessas capitais, de diferentes faixas etárias e com nível de instrução universitário, expostas a três situações discursivas: aulas e conferências (Elocuções Formais - EF), entrevistas (Diálogo entre Informante e Documentador - DID) e diálogos (Diálogos entre Dois informantes - D2)<sup>2</sup>.

Nesses doze inquéritos foram levantadas todas as ocorrências de terceira pessoa das formas possessivas *seu(s)*, *sua(s)* e *dele(s)*, *dela(s)*, correlacionando-as a seus sintagmas nominais antecedentes. O antecedente em questão foi buscado no texto como um todo e não apenas na sentença que continha a forma possessiva. Quando o antecedente imediato era uma forma pronominal, a busca prosseguia até o encontro do sintagma nominal pleno capaz de esclarecer o conteúdo semântico desse antecedente.

A substituição de *seu(s)/sua(s)* por *dele(s)/dela(s)* tem sido assumida como um fato consumado nos trabalhos sobre aquelas formas<sup>3</sup>. Os trabalhos de uma orientação a que poderíamos chamar de funcionalista<sup>4</sup> dão como causa dessa substituição a grande ambigüidade da forma *seu*, que afeta tanto a recuperação da pessoa do antecedente (este pode ser de segunda ou de terceira pessoa) quanto o gênero e número deste, contrapondo-se à univocidade da forma *dele*. Já os trabalhos de orientação gerativista<sup>5</sup> afirmam que essa substituição seria causada pelo enfraquecimento geral da concordância no português brasileiro (doravante também PB). Discutirei essas questões ao longo do trabalho.

Os resultados da pesquisa de Almeida mostram as duas formas possessivas ocorrendo com freqüência significativa no *corpus* examinado, conforme se pode ver na tabela 1, em que a freqüência de *seu* é de 44,2% e a

<sup>2</sup> Para maiores detalhes sobre o Projeto NURC ver Castilho & Preti (1986).

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, o debate entre Mary A. Kato e Mario A. Perini na revista D.E.L.T.A., vol. 1, nºs 1 e 2 (1985), os trabalhos de Gisele Machline de O. e Silva (1982), (1984), (1991) e (1996) e o trabalho de Vicente Cerqueira (1993).

<sup>4</sup> Este é o caso de Perini (1985), Silva (1984, 1991) e Castilho (1992).

<sup>5</sup> Ver o trabalho de Cerqueira (1993) e os outros trabalhos em Roberts & Kato (1993).

de *dele* é de 55,8%. Estes dados são interessantes porque evidenciam que, pelo menos para o *corpus* examinado e para a época que documenta, a forma *seu* estava longe da extinção, pois as freqüências de ambas as formas estão bastante próximas.

Tabela 1			
Freqüência das formas possessivas de terceira pessoa.			
forma possessiva	<i>seu</i>	<i>dele</i>	TOTAL
número ocorrências	73	92	165
percentagem	44,2%	55,8%	100%

Fonte: Elaborada a partir do *corpus* de Almeida (1993).

Uma objeção poderia ser levantada: os dados do *corpus* são "velhos" de mais de duas décadas e são todos da cidade de São Paulo. No entanto, além do fato de que a descrição deste *corpus* se justifica em si mesma e de que não há muitos *corpora* de língua oral disponíveis para a pesquisa, a comparação com as freqüências encontradas em levantamentos com outra composição social (Silva, 1982), com levantamentos mais recentes (Silva, 1996) e em um *corpus* nacional formado a partir do *corpus* do Projeto NURC (Neves, 1993) mostra resultados coerentes<sup>6</sup>. Meu intuito ao usar levantamentos empíricos não é uma argumentação basicamente quantitativa. O uso de *corpora* de língua oral nesta tese serve principalmente como ponto de partida para as questões que devem ser explicadas e como maneira de evitar que eu me prenda apenas a dados de intuição que às vezes confundem ou deixam alguns fatos de lado. Nesse sentido, os dados do *corpus* de Almeida são coerentes com minha intuição de falante nativa e com as intuições de outros falantes nativos com os quais os chequei.

O levantamento deixou de lado o *seu* que retomava um *você* indeterminado que ocorreu com bastante freqüência no *corpus* e está ilustrado

---

<sup>6</sup> Estes levantamentos serão comentados no decorrer do capítulo.

em (1). Foram também excluídas três ocorrências de *por sua vez*, uma ocorrência de *na sua maioria* e uma ocorrência da expressão *na dele*, ilustradas em (2), (3) e (4). As exclusões destes casos de "frases feitas" alteram as frequências obtidas em menos de 1%.

(1) "**você** no teatro é tudo ... **você** vai interpretar os maiores gêneros de vida **você** vai conseguir focar para **sua** própria vida..." (NURC/SP-161).

(2) "a roda virando movimenta o eixo dela que **por sua vez** movimenta outras engrenagens..." (NURC/SP-18).

(3) "os rapazes berram e berram porque to/... **na sua maioria** são pais de família ..." (NURC/SP-360).

(4) "...às vezes a cidade é pequena o sujeito conhece o problema do outro mas também vive **na dele** com se diz na gíria né?" (NURC/SP-255)

Como um primeiro exame dos dados do *corpus* de Almeida apontava para uma possível correlação entre a escolha da forma possessiva *seu* ou *dele* e o tipo de denotação do sintagma nominal antecedente, a autora classificou os sintagmas nominais antecedentes conforme seu tipo semântico, ou seja, conforme o tipo de denotação que possuíam em seu respectivo contexto. A grade conceitual utilizada por Almeida para classificar o tipo semântico de cada sintagma nominal antecedente foi a seguinte: (i) sintagmas nominais específicos: nomes próprios e sintagmas nominais com referência específica, como ilustram (5) e (6); (ii) sintagmas nominais não-específicos: sintagmas nominais definidos e indefinidos que não possuem uma referência específica, mas sim hipotética, como ilustram (7), (8) e (9); e (iii) sintagmas nominais genéricos: sintagmas nominais que têm por referência uma classe e não um ou mais indivíduos ou entidades específicas, como ilustram (10) e (11). A análise das ocorrências (5)-(11) aqui apresentada é a de Almeida.

(5) "... foi a primeira peça que o **Ziembinski** apresentou em toda a vida **dele** na carreira **dele**..."(NURC/SP-161)

(6) "L2 ... então eles não aceitam muito **a pajem** né para eh... aliás não é pajem é arrumadeira mas

L1 ()

L2 quer dizer não é só não vive em função deles mas de manhã a única função **dela** é me ajudar com eles..." (NURC/SP-360)

(7) "... **O CIDADÃO**... não adianta... quer ir a um clube e não pode quer ir fazer uma viagem e não pode... principalmente que... em se falando de viagem existem outros problemas piores... é o medo... de um bandido ... de um desgraçado ... acabar com a vida da família **dele** num desastre... numa estrada" (NURC/SP-161)

(8) "você vê nas ruas eh:: os tipos mais disparatados desde **o inglês tradicional** com **seu** chapéu: ..." (NURC/SP-137)

(9) "... às vezes **um estudan::um rapaz** que paga **seus** estudos com sacrifício ele não pode ter dinheiro nunca para ir ao teatro..."(NURC/SP-161)

(10) " ... **o telégrafo** vai até perdendo **sua** importância" (NURC/SP-255)

(11) "acho que **a televisão brasileira** ... irá encontrar **seu** caminho" (NURC/SP-255)

Os tipos semânticos dos sintagmas nominais foram então colocados em correspondência com a forma possessiva utilizada para sua retomada e os resultados obtidos, expressos na tabela 2, são indício de que essas formas

estariam se especializando segundo o eixo semântico da referencialidade. Nessa classificação, Almeida deixou de lado o pronome possessivo *seu* cujo antecedente era um nome próprio de instituição (10 ocorrências), porque esse tipo de nome próprio possui um comportamento semântico bastante diferente do nome próprio de pessoa, e é na quase totalidade de suas ocorrências (9 em 10) retomado pela forma *seu*.

<b>Tabela 2</b>			
Tipo semântico do sintagma nominal antecedente e forma possessiva correspondente a sua retomada			
	ANTECEDENTE		
	ESPECÍFICO	NÃO-ESPECÍFICO	GENÉRICO
<i>dele/a/(s)</i>	76%	54%	6%
<i>seu/a/(s)</i>	24%	46%	94%

Fonte: Almeida (1993)<sup>7</sup>.

Os resultados obtidos na tabela 2 são muito claros nos dois extremos do que se poderia chamar de "níveis de referencialidade": os sintagmas nominais específicos são mais freqüentemente retomados pela forma *dele* (76% das ocorrências), ao passo que os sintagmas nominais genéricos são em sua esmagadora maioria retomados pela forma *seu* (94% das ocorrências). Numa primeira análise dessa tabela, poderíamos dizer que a forma *seu* retoma sintagmas nominais genéricos, enquanto que a forma *dele* tende a retomar sintagmas nominais referenciais.

Já as percentagens referentes aos sintagmas nominais não-específicos são mais difíceis de interpretar, pois são aproximadamente iguais para ambas as formas possessivas. Nesta classificação foram incluídos tanto alguns sintagmas nominais quantificados, como é o caso de (12), quanto alguns

<sup>7</sup> Lamentavelmente, o trabalho de Almeida apresenta apenas as percentagens, omitindo os números absolutos.

sintagmas nominais cujas denotações escapam às classificações usuais, como (13) (a) e (14) (a). O critério empírico utilizado para classificar os sintagmas nominais em (13) (a) e (14) (a) como não-específicos e não como genéricos foi a possibilidade de substituição do artigo definido pelo artigo indefinido sem alteração de significado, como se pode ver em (13) (b) e (14) (b), juntamente com a idéia de que esses sintagmas ao invés de denotarem o conjunto de todos os indivíduos de uma espécie, ou mesmo a espécie a enquanto um todo ("kind") denotavam algo como indivíduos prototípicos de uma determinada espécie. Já para alguns SN's quantificados, como em (12), a idéia foi que, apesar de não serem específicos, esses sintagmas eram, de alguma forma, "referenciais" e não genéricos.

(12) "há **30% dos alunos** que dispõem de boas escolas...  
próximas à **suas** casas..." (NURC/SP-255)

(13) a. "o **indivíduo** põe um capital todo **dele** em  
investimentos..." (NURC/SP-62)  
b. **um indivíduo** põe um capital todo **dele** em  
investimentos...

(14) a. "o **artista que pode se ver diariamente numa  
telenovela ... ela** verá logo **seus** cacóetes..."  
(NURC/SP-333)  
b. **um artista que pode se ver diariamente numa  
telenovela ... ela** verá logo **seus** cacóetes...

Esta classificação dos sintagmas nominais em relação ao tipo de referência que realizam é um tanto problemática tanto teórica quanto empiricamente. No plano teórico, a discussão sobre a denotação dos sintagmas nominais tem uma história longa e rica<sup>6</sup>. Quanto aos problemas empíricos dessa classificação, eles aparecem porque nem sempre é evidente como classificar a denotação de um sintagma nominal em um determinado contexto. No trecho em

---

<sup>6</sup> Ver discussão do tema no capítulo I.

(15), por exemplo, o sintagma nominal (SN) *um cinturão de couro* seria um específico ou um não-específico? Já em (16) *o sujeito* seria não-específico ou genérico?

(15) "... um índio ... que foi trazido ... de uma reserva ... do norte do Canadá ... para Ottawa se não me engano ... uma das cidades canadenses... levaram esse índio para ver tudo pela primeira vez que ele tinha contacto com uma cidade ... no mundo do ocidente ... quer dizer ele passou por aquilo olhando .. de repente ele parou embasbacado ... ficou olhando ... o quê? ... um indivíduo subindo num poste elétrico ... para consertar fios ... coisa equivalente ... esse indivíduo tinha **um cinturão de couro**... não sei se vocês já viram isso nas ruas de São Paulo... não é? tem **um cinturão de couro** que tem nos calcanhares uma espécie de esporão no... no -- eu acho que isso não há mais nas ruas de São Paulo porque ..."(NURC/SP)<sup>9</sup>

(16) "**o sujeito** monta uma fábrica na beira de um rio né? ... quer dizer em primeiro lugar... entende? vêm as **suas** preocupações pessoais ..."(NURC/SP)

Evidentemente, os problemas que estou levantando são de certa forma relativos à classificação utilizada: genérico, não-específico, específico. Não pretendo afirmar aqui que essas questões não têm solução possível. As soluções passariam por uma melhoria da grade classificatória usada por Almeida e por uma reclassificação do *corpus*. Essas tarefas, que não serão empreendidas no corpo desta tese, no entanto, estão longe de serem triviais, pois, pelo menos aparentemente, nenhuma das classificações teóricas conhecidas dá melhor conta dos dados do que a adotada por Almeida. E, apesar de não ser totalmente satisfatória, a classificação adotada é bastante útil para uma primeira abordagem dos dados, indicando a possibilidade de uma

---

<sup>9</sup> Exemplo retirado de Ilari (1993).

relação entre o tipo de denotação do sintagma nominal antecedente e a escolha de uma ou de outra forma possessiva.

Para tentar um primeiro esclarecimento sobre o comportamento das denotações dos sintagmas nominais e sua relação com a seleção de um determinado tipo de possessivo, vou examinar mais atentamente o caso em que a relação anafórica se estabelece entre uma forma possessiva e um antecedente quantificado. A atenção dada a esse caso se deve ao fato de que os sintagmas nominais quantificados são, na quase totalidade de seus usos, não-específicos, pois não selecionam entidades determinadas, únicas e localizáveis no universo do discurso. Esses sintagmas são, portanto, bastante interessantes para um exame mais aprofundado da relação entre o tipo de denotação do antecedente e a forma possessiva que é escolhida para retomá-lo, exatamente na faixa em que os resultados de Almeida (1993) se mostram nebulosos.

<b>Tabela 3</b>			
Antecedentes quantificados e a forma possessiva correspondente.			
FORMAS POSSESSIVAS	seu(s)/sua(s)	dele(s)/dela(s)	TOTAL
número	10	0	10
de ocorrências	100%	0%	100%

Fonte: Elaborada a partir do *corpus* de Almeida, 1993.

A tabela 3 mostra que este caminho "semântico" que atenta para a natureza do antecedente e da relação parece apropriado, pois a homogeneidade dos seus resultados chama a atenção: sempre que o antecedente é um sintagma nominal quantificado, a forma possessiva escolhida para retomá-lo foi a forma *seu*. Nesses casos, vemos que o funcionamento de *seu* funciona como variável presa por um quantificador, pois semanticamente os sintagmas nominais quantificados como, por exemplo, "todo mundo", "cada um" e "30% dos alunos", determinam os valores que podem ser atribuídos aos

elementos pronominais sob seu escopo. As ocorrências estão listadas em (17)-(24):

(17) "aquilo que a gente vê em filmes ou em fotografias: **todo mundo** ali à beira da calçada tomando **seu** chopes tomando **sua** cerveja..." (NURC/SP-137)

(18) "tem que **cada um** pegar **sua** lancheira..." (NURC/SP-360)

(19) "... **cada um** dentro... do seu gosto não seria da **sua** especialização ainda mas do **seu** gosto né? (NURC/SP-251)

(20) "...então **todo artista** deve sabe: : ah: :o conteúdo da peça... e o que vai aconteê/e conhecer bem a peça...e...com **seu** talento..."(NURC/SP-161)

(21) "... a gente observa assim **cada um** TEM...o **seu** gosto sabe?...cada um tem as **suas** características embora...mesMo mei::o mesma educação..."(NURC/SP-360)

(22)"L1...embora eles sejam de times contrários...eles...**cada um** torce...

L2 para o **seu**

L1 para o **seu** e não há incompatibilidade assim..."(NURC/SP-360)

(23) "então **cada indivíduo**...realiza o **seu** teste e:: obtém uma nota..."(NURC/SP-377)

(24) "há **trinta por cento de alunos** que::dispõem de boas escolas...próximas às **suas** casas..."(NURC/SP-255)

A interpretação dos resultados da tabela 2 à luz da relação entre sintagmas quantificados e a preferência pela retomada pela forma *seu* (tabela 3), é um tanto mais complexa<sup>10</sup>. Vamos tentar interpretar suas partes bem comportadas: a retomada dos sintagmas nominais específicos e dos sintagmas nominais genéricos.

Os SN's classificados como específicos denotam sempre indivíduos determinados e conseqüentemente é muito improvável que precisem ser analisados, à semelhança do que ocorre com os sintagmas nominais quantificados, como operadores que prendem variáveis - eles estabelecem usualmente uma relação de correferência com o possessivo. Desta forma, temos uma primeira pista para interpretar a preferência desses sintagmas por uma retomada com *dele* (76%), a forma referencial por excelência<sup>11</sup>.

Já uma primeira explicação para o comportamento dos genéricos (94% de ocorrências com retomada por *seu*) seria o fato de que estes nunca são referenciais no sentido de que nunca apontam para um indivíduo determinado e, portanto, não poderiam ser retomados pela forma *dele*. Uma característica comum dos sintagmas nominais quantificados e dos sintagmas nominais genéricos é a sua ausência de especificidade.

O comportamento do genérico é muitas vezes explicado pelos semanticistas como equivalente a uma quantificação universal. Em (25) (a), por exemplo, o SN "**o telegrama comum**" seria interpretado como "**todo telegrama comum**", o que está expresso na forma lógica em (25) (b), e a variável passa a percorrer todos os membros da classe dos telegramas comuns. Esta suposta explicação é apenas uma primeira pista para a compreensão da semelhança de comportamento entre SN's quantificados e SN's genéricos; nem todos os semanticistas concordam com a possibilidade de se analisar o genérico como

---

<sup>10</sup> Na verdade, seria interessante refazer tabela 2 separando-se os quantificadores, mas, devido a forma de apresentação dos dados na tabela de Almeida, isto não foi possível. De qualquer modo, classificar a parte dos sintagmas nominais quantificados não afetaria as percentagens obtidas na tabela 2 de modo significativo, pois o número de ocorrências de sintagmas nominais quantificados é baixo (10), em relação ao número total de ocorrências (165).

<sup>11</sup> Sobre o pronome *ele* como estritamente referencial, ver Galves, 1986 e a seção 2 do capítulo IV.

um quantificador universal<sup>12</sup>, pois essa análise certamente não funcionaria para todos os tipos de sintagmas nominais usualmente classificados como genéricos. A sentença (26), por exemplo, não é falsa embora o predicado *pisar na Lua* não seja verdadeiro de todos os homens.

Uma explicação possível para a semelhança entre o comportamento dos sintagmas quantificados e genéricos no *corpus* estudado é que a classificação dos sintagmas nominais em genéricos, não-específicos e específicos, feita por Almeida, talvez tenha separado exatamente os dois tipos de genéricos exemplificados por (25) e (26), juntando os primeiros aos genéricos e os outros com aos não-específicos. A classificação de Almeida talvez tenha considerado como genéricos apenas os tipos de genéricos que são equivalentes a uma quantificação e como não-específicos, outros tipos de genéricos como por exemplo os “stages”, no sentido de Carlson (1977, 1982), uma vez que esse tipo de genérico implica na existência de pelo menos algumas instâncias da classe mencionada.

- (25) (a) “o **telegrama comum** vai perder toda a **sua** importância diante do telefone, não é?” (NURC/SP)  
(b)  $(\forall x$  (telegrama comum:x) x vai perder toda a x importância diante do telefone...

(26) **O homem** pisou na Lua em 1969<sup>13</sup>

A hipótese que irei defender neste e no próximo capítulo, baseada nos fatos empíricos expostos acima, é a de que há uma **especialização** entre as formas possessivas de 3ª pessoa - **seu** é a forma lexical escolhida para funcionar como variável presa; e **dele**, a forma escolhida para expressar correferência.

---

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, Carlson (1977) e (1982) e Heim (1982).

<sup>13</sup> Exemplo (4) de Lopes (1992.).

## 2. Estudos quantitativos sobre as formas possessivas de terceira pessoa

Passo agora a discutir outros levantamentos empíricos sobre a alternância entre *seu* e *dele*.

Neves (1993), em um artigo sobre os possessivos, realiza um levantamento quantitativo da ocorrência de formas possessivas no *corpus* mínimo estabelecido pelo Projeto da Gramática do Português Falado<sup>14</sup>. Este *corpus* mínimo seleciona um inquérito de cada tipo (DID, EF, D2) dos *corpora* do Projeto NURC para as capitais pesquisadas: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo e Porto Alegre. Os resultados de Neves (1993) confirmam nossa afirmação de que, pelo menos para a norma urbana culta falada na década de '70, é bastante arriscado falar em desaparecimento ou mesmo em um processo de substituição da forma possessiva *seu*, em seu uso de 3ª pessoa, pela forma *dele*. Em seu Quadro 2 (p.156, *op. cit.*), que reproduzo abaixo na tabela 4, Neves compara a ocorrência das formas possessivas *seu* e *dele* para os diferentes tipos de discurso documentados pelo Projeto NURC. É surpreendente notar que em nível nacional e em todos os tipos de discurso, mesmo nos mais informais, a forma *seu* é bastante freqüente, formando aproximadamente 70% das ocorrências das formas possessivas de 3ª pessoa no *corpus* estudado.

---

<sup>14</sup> Ver nota 2 sobre o Projeto NURC e, para maiores detalhes sobre o Projeto da Gramática do Português Falado, ver Castilho (1990:19).

Tabela 4			
Ocorrência de formas possessivas de 3ª pessoa no corpus mínimo.			
TIPO DE INQUÉRITO	seu	dele	TOTAL
EF	67 90.5%	7 9.5%	74
D2	20 33.3%	40 66.7%	60
DID	55 74.3%	19 25.7%	74
TOTAL	142 68.3%	66 31.7%	208

Fonte: Quadro 2 em Neves, *op.cit.*, p. 156.

Silva (1982) e (1984), em um estudo sociolinguístico sobre a distribuição das formas possessivas *seu* e *dele*, encontra 25% de ocorrências da forma *seu* no total das formas possessivas de 3ª pessoa, percentagem ainda bastante significativa e da qual não se pode inferir o desaparecimento desse possessivo da língua oral no português do Brasil. Esses dados podem ser examinados na tabela 5, que apresenta a percentagem de ocorrência da forma *dele* em relação ao total de ocorrências de *seu+dele*. A percentagem de ocorrências de *seu*, portanto, é o que sobra. O *corpus* oral de Silva (1982) e (1984) é também da década de '70 e compõe-se de "... gravações de Maria Martha Pereira Scherre realizadas a partir de entrevistas a Universitários e as do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) feitas para a pesquisa "Competências Básicas do Português" (Silva, 1984:57) - uma composição bem diversa da dos *corpora* do Projeto NURC utilizados nos mencionados trabalhos de Almeida e Neves.

Tabela 5		
Aplicação de <i>dele</i> . Diferença entre dois <i>corpora</i> orais.		
Universitários	Alfabetizandos	total
229/296=77,4%	256/351=72,9	485/647=75%

Fonte: Elaborada a partir da Tabela 3.1 de Silva, 1982:179.

Outro dado interessante da pesquisa de Silva, expresso na tabela 5 acima, é que não há diferença quantitativa significativa entre o uso das duas formas possessivas de 3ª pessoa apesar da diferença de nível cultural dos dois grupos estudados - estudantes universitários e estudantes em vias de alfabetização do MOBRAL. Esse resultado nos permite inferir que a escolha entre *seu* e *dele* não é uma escolha relacionada ao nível cultural do falante. Por essa razão, poderemos relacionar, em muitos casos, os dados de Silva aos outros dados obtidos em pesquisas que fazem uso dos *corpora* do Projeto NURC. A variação nos resultados nas diversas pesquisas deverá ser atribuída a outro tipo de diferenças entre os *corpora* pesquisados, que não o nível cultural. Ela poderá se dever, por exemplo, a fatores regionais ou, muito provavelmente, ao tipo de interação documentada, que favorece o aparecimento de um discurso mais ou menos "referencial".

Já o trabalho de Silva (1991) sobre a relação entre a "definitude" do antecedente e a variação entre *seu* e *dele* foi feito sobre um *corpus* que resultava de reunião de materiais de diferentes origens: 48 entrevistas com adultos, as quais fazem parte do "*Corpus Censo*", 6 entrevistas de São Paulo do Projeto NURC, 24 entrevistas do Rio de Janeiro deste mesmo projeto e mais entrevistas com 18 falantes do MOBRAL. O "*Corpus Censo*" foi coletado no início da década de '80 entre "falantes da norma não culta do Rio de Janeiro" com instrução variando entre o primeiro e o segundo grau (cf. Silva & Scherre, 1996) e os outros *corpora* são dos anos '70, como já sabemos. O *corpus* ao qual se refere o trabalho de Silva (1991) é, pois, bastante heterogêneo tanto do ponto de vista de sua composição social, quanto em relação às épocas em que as gravações foram feitas.

Neste trabalho, Silva elege cinco variáveis lingüísticas<sup>15</sup>: animação (humano, inanimado, animais, conjunto inanimado com elementos humanos), presença do referente (com referente *versus* sem referente), especificidade (específico *versus* não específico), concreto (concreto *versus* abstrato) e forma do referente (formalmente indefinido *versus* formalmente definido). Seus resultados, a meu ver, podem ser interpretados na mesma linha dos obtidos por Almeida (tabela 2), pois os antecedentes "não referenciais" favorecem, no sentido técnico da teoria variacionista, o uso de *seu*. Isto significa que para cada uma das variáveis, as variantes não referenciais tem maior probabilidade de ocorrer com *seu* do que a outra variante. Na tabela 6 estão resumidos os resultados de Silva em relação às variantes que nos interessam (as outras variantes favorecem *dele*).

<p style="text-align: center;"><b>Tabela 6</b>                      Freqüência geral da forma <i>seu</i> em relação ao tipo de antecedente <i>não definido</i>.</p>		
	FREQÜÊNCIA	PROBABILIDADE
INANIMADO	94/145 64.80%	.80
SEM REFERENTE	134/310 43.20%	.72
NÃO-ESPECÍFICO	108/238 45.38%	.62
ABSTRATO	23/32 71.90%	.67
FORMAL-MENTE INDEFINIDO	94/145 64.80%	.83

Fonte: Tabelas 1-5 de Silva, 1991, pgs. 98-100.

<sup>15</sup> Temos aqui um outro uso do termo *variável*. Para a sociolingüística variacionista, *variável* é um fenômeno lingüístico que possui mais de duas formas para um mesmo valor de verdade - suas *variantes*.

De qualquer modo, nos pareceu prudente, num primeiro momento, limitar as conclusões apenas para a cidade de São Paulo, pois não é evidente que as conclusões obtidas para este *corpus* possam ser estendidas, sem o devido cuidado, para todo o Brasil. Essa cautela é justificada pela observação dos dados de Neves, nos quais a proporção de ocorrências das formas *seu* e *dele* é muito díspar entre as diferentes cidades e para os diferentes tipos de discurso de uma mesma cidade. Reproduzo os dados de Neves na tabela 7 abaixo. Observem-se, por exemplo, os dados relativos à cidade do Rio de Janeiro: na Elocução Formal (EF) encontramos uma quase totalidade de *seus*, contrastando com uma quase totalidade de *deles* no Diálogo entre dois Informantes (D2) e no Diálogo Informante-Documentador (DID). Por outro lado, em Recife, o Diálogo Informante-Documentador (DID) apresenta 100% de *seus*. A única percentagem que se mantém razoavelmente constante para os diferentes tipos de discurso é a de São Paulo, onde se tem uma média de aproximadamente 32% para *seu* e 68% para *dele*.

Tabela 7						
Distribuição por cidade das ocorrências de formas possessivas de terceira pessoa no corpus mínimo.						
		RJ	SSA	RE	POA	SP
EF	seu	92.00%	100.00%	80.00%	100.00%	40.00%
	dele	8.00%	0.00%	20.00%	0.00%	60.00%
D2	seu	33.33	0.00%	46.15%	33.33%	30.56%
	dele	66.67%	33.33%	53.85%	66.67%	69.44%
DID	seu	0.00%	76.00%	100.00%	0.00%	25.00%
	dele	100.00%	24.00%	0.00%	100.00%	75.00%

Fonte: Quadro 3, Neves, 1993:157.

Esta tabela mostra que o uso de médias nacionais abarcando todos os tipos de diálogos para tirar conclusões sobre o comportamento do fenômeno é um método pouco válido neste caso, pois a média nacional não é representativa dos diferentes comportamentos que aparecem expressos na tabela 7.

A tabela 8, construída a partir de dados em Silva (1991), ilustra o mesmo problema apontado acima, só que desta vez em relação ao tipo de *corpus* estudado. Para uma mesma faixa etária, com exceção da faixa entre 14 e 25 anos, os resultados para a freqüência do uso de *seu* variam muito conforme o *corpus*. A inclusão de dados do Projeto NURC, mais que faz dobrar o número de ocorrências de *seu* em relação aos dados do Projeto Censo. É bom lembrar que os dados do Projeto Censo diferenciam-se dos dados do Projeto NURC, não apenas por serem uma década mais recentes, mas também, pela composição social e regional diferente da população pesquisada: seus informantes possuem escolaridade entre primeiro e segundo graus e são todos do Rio de Janeiro, enquanto que os informantes do Projeto NURC, considerados nesta tabela, são todos universitários, apesar de também procedentes do Rio de Janeiro. Na faixa etária dos maiores de 50 anos, por exemplo, existe uma variação que vai de 0% no *corpus* do MOBRAL, 16,3% no *corpora* CENSO+NURC (Rio de Janeiro) e 9,4% no *corpus* CENSO.

<b>Tabela 8</b>			
Uso da forma <i>seu</i> quanto à faixa etária em alguns <i>corpora</i> .			
	+ de 50 anos	26-49 anos	14-25 anos
só CENSO	29/308=9,4%	29/258=11,2%	12/266=4,5%
CENSO+NURC (só Rio de Janeiro)	67/411=16,3%	134/454=29,5%	12/278=4,3%
MOBRAL	0/13=0,0%	24/742=3,2%	15/240=6,3%

Fonte: Elaborada a partir da tabela 10, Silva, 1991.

Em relação à questão de se temos na alternância *seu/dele* um caso de variação estável ou de mudança, Silva (1991) e, mais recentemente, Silva (1996), conclui pelo desaparecimento de *seu*. A argumentação da autora calca-se principalmente na baixa ocorrência percentual de *seu*: 25% nos *corpora* de Silva (1982) e (1991) e 15% no *corpus* de Silva (1996). Entre os *corpora* de Silva (1982) e Silva (1996), há uma década de diferença. Já o *corpus* utilizado

em Silva (1991) mistura dados das duas décadas. Considerando-se apenas os dados relativos a Silva (1982) e (1985), se ambos os *corpora* representam um mesmo dialeto e, se os outros fatores de influência possíveis foram mantidos constantes, a conclusão da autora seria legítima. Parece haver uma tendência, pelo menos à diminuição da freqüência do uso de *seu* para a norma urbana não culta do Rio de Janeiro.

Os dados que relacionam a faixa etária à freqüência de uso de *seu* podem ser observados na tabela 8. O exame da freqüência da variante *seu* em relação ao que os sociolinguístas chamam de tempo aparente, entretanto, não nos oferecem evidências conclusivas a favor da hipótese da mudança. Para o *Corpus Censo* não encontramos o padrão crescente esperado em relação à diminuição da faixa etária - a faixa etária do meio usa mais *seu* do que as faixas extremas. No caso do *corpus* misto Censo+NURC ocorre a mesma coisa. Só no caso do *corpus* *MOBRAL* ocorre uma variação decrescente do uso de *seu* em relação à idade, e, mesmo neste caso, o número de ocorrências de *seu* é tão baixo que a variação me parece pouco significativa.

A ocorrência comparativamente baixa do pronome *seu* de terceira pessoa nos *corpora* de Silva (1982) - 25% - em relação aos *corpora* de Almeida (1993) e Neves (1993) - 45% e 68,3% respectivamente - não pode ser explicada como mudança, pois ambos os *corpora* são da década de '70. Essa diferença também não pode ser explicada pela sua composição social, pois os próprios dados de Silva (ver tabela 5) mostram que tanto universitários, quanto analfabetos realizam uma mesma percentagem de *seus*. Restam-nos duas explicações possíveis: ou trata-se de dois dialetos regionais diferentes, ou trata-se de tipos de discursos diferentes.

A tese de que se trata de uma diferença dialetal é difícil de ser sustentada, dado que os fatores que favorecem o uso de *seu* - quantificação, genericidade, ausência de referente, ... - são, os mesmos nos dois dialetos. Parece-me mais razoável atribuir esta diferença ao tipo de discurso documentado nos dois *corpora*. No caso de Silva (1984) e (1996), os *corpora* utilizados foram montados com o objetivo de descrever a norma urbana não culta e suas entrevistas tentam ser o mais informais possível. A minha hipótese é a de que a diferença nos resultados se deve ao fato de que os assuntos

dessas entrevistas são bastante presos aos contextos imediatos em que vivem os entrevistados, evitando a discussão de assuntos mais abstratos<sup>16</sup> causando uma maior ocorrência da forma possessiva *dele* que é a forma especializada em expressar relações de correferência.

Em relação à queda de 25% para 15% na frequência de ocorrência de *seu* entre a década de '70 e '80, esta me parece ainda inconclusiva como prova do desaparecimento de *seu*. Para uma conclusão definitiva de que o uso de *seu* realmente diminuiu, penso que os dados teriam de ser reanalisados em relação ao tipo de antecedentes que retomam, assim teremos certeza de que esses fatos não estão enviesando os resultados. Se, ainda assim, a queda na frequência de *seu* se confirmar, este fato não seria incoerente com a hipótese de um processo de especialização de *seu* enquanto forma de expressar uma variável presa.

Em resumo, os dados de Silva me parecem insuficientes para que se possa afirmar que esteja ocorrendo um desaparecimento da forma *seu* de terceira pessoa e são coerentes com a hipótese de especialização das formas possessivas em relação ao eixo da referencialidade<sup>17</sup>.

Os dados diacrônicos de Silva (1982) e (1984), guardadas as diferenças entre dados orais e escritos, corroboram a hipótese de que a forma *seu* não está desaparecendo de nosso dialeto. Apontam também para o fato de que, se houve mudança nas frequências relativas das formas possessivas *seu/dele*, esta ocorreu em nosso século. A autora selecionou mais ou menos aleatoriamente obras representativas dos séculos XVII ao séc. XIX, "sem pretender um estudo absoluto de cada século, mas apenas a comparação entre

---

<sup>16</sup> Não tive acesso aos *corpora* de Silva, trata-se portanto de uma suposição baseada em meu conhecimento do método utilizado pelos variacionistas, em minha hipótese e em algumas ocorrências citadas em seus trabalhos como (i), (ii) e (iii) abaixo:

(i) A cadela cuidava de seus filhos?(C38015)

(ii) Tinha uma casa e a gente de pirraça jogava pedra e quebrava o telhado dela. (C080632)

(iii) Você vê, uma Beija-Flor entra com não sei quantos componentes... e o limite de tempo deles são curto. (C421391)

<sup>17</sup> M<sup>a</sup>. Aparecida T. Morais me chamou a atenção para o fato de que tendência ao desaparecimento e à especialização de formas lingüísticas não são fenômenos incompatíveis, mas sim fenômenos históricos de co-ocorrência bastante provável.

eles"<sup>18</sup>. Observe-se a tabela 9: não há um padrão de mudança no sentido de um aumento histórico da frequência de *dele*.

<p align="center"><b>Tabela 9</b>                      Aplicação de <i>dele</i>. Diferença entre as frequências dos <i>corpora</i> diacrônicos.</p>				
Câmara do RJ (séc. XVII)	Pe, Antonio Vieira (séc. XVII)	Thomás Antonio Gonzaga (séc. XVIII)	Documentos sobre a Inconfidência (séc XVIII)	Escrava Isaura (séc. XIX)
36/118 30,5%	12/118 10,2%	33/11 28,4%	22/103 21,4%	23/325 7,1%

Fonte: Tabela 3.7, Silva, 1982:185.

Nas próprias palavras da autora e deixando-se de lado sua defesa da forma *dele* como a forma usada para se evitar a ambigüidade:

"Tendo verificado, através da bibliografia, que a forma *dele* sempre existiu e, por nossos dados, que a quantidade dessa forma manteve-se intacta, nos textos, a partir dos séculos XV, concluímos que a forma *dele* sempre serviu como desambigüizadora qualquer que fosse a ambigüidade (objeto/humano para a segunda/terceira pessoa deslocando-se de uma para outra quando fosse preciso." (Silva, 1991:70)

<sup>18</sup> Para os detalhes da composição deste *corpus*, ver Silva (1982:67-68).

## **Conclusão**

Os dados analisados podem ser vistos como coerentes com a hipótese de que ocorre uma especialização das formas possessivas *seu* e *dele* no português brasileiro em relação ao tipo de antecedente a ser recuperado: *seu* é uma forma pronominal com comportamento de variável presa e *dele* é uma forma pronominal livre, capaz de estabelecer apenas relações de correferência.

## CAPÍTULO IV

# A GRAMÁTICA DA RETOMADA ANAFÓRICA DAS FORMAS POSSESSIVAS

### Introdução

Neste capítulo pretendo discutir e fundamentar teoricamente a hipótese de que *seu* e *dele* estão se especializando segundo o eixo da referencialidade. Para isto, analiso o comportamento destas formas em diferentes contextos sintáticos e semânticos. Discuto também diferentes propostas de explicação para o comportamento das formas possessivas de terceira pessoa.

### 1. A forma possessiva *seu*

As formas possessivas causam problemas para a teoria da ligação de Chomsky (1981). Observe-se sua ocorrência nos exemplos (1) e (2). A forma *seu* encontra-se ligada ora dentro ora fora de sua categoria mínima de regência, no caso, a menor oração de cada exemplo contendo o possessivo, e os resultados são, em ambos os casos, sentenças gramaticais. As sentenças (3) (a) e (4) (a) apresentam ocorrências de possessivos cujos antecedentes são sintagmas nominais quantificados. Suas estruturas em forma lógica estão representadas em (3) (b) e (4) (b). Como a expressão quantificada foi movida para uma posição não-argumental, não cai sob o domínio da teoria da ligação. A relação entre o vestígio de seu movimento e a forma possessiva *seu*, entretanto, deve obedecer aos princípios da teoria. No entanto, tanto em (3) (b) quanto em (4) (b) a forma possessiva está ligada ao vestígio do movimento do quantificador tanto dentro quanto fora de sua categoria mínima de regência.

- (1) [O bom profissional<sub>1</sub> ama seu<sub>1</sub> trabalho].
- (2) O mau aluno<sub>1</sub> acha que [a professora deu pouca atenção a seu<sub>1</sub> trabalho]
- (3) a. [I<sup>o</sup>[Todo intelectual]<sub>1</sub> ama seu<sub>1</sub> trabalho]<sup>1</sup>  
 b. [Todo intelectual]<sub>1</sub> [I<sup>o</sup> t<sub>1</sub> ama seu<sub>1</sub> trabalho]
- (4) a. [Todo aluno]<sub>1</sub> acha que a professora deveria dar mais atenção a seu<sub>1</sub> trabalho  
 b. [Todo aluno]<sub>1</sub> [I<sup>o</sup> t<sub>1</sub> acha que [I<sup>o</sup> a professora deveria dar mais atenção a seu<sub>1</sub> trabalho]

Estes resultados são paradoxais, pois o possessivo parece estar obedecendo tanto ao princípio A, quanto ao princípio B, comportando-se ora como *anáfora* e ora como *pronome*.

Raposo (1992) propõe que as formas possessivas no português devem ser analisadas como *pronomes*, estando submetidas, portanto, ao princípio B da teoria da ligação. Ou seja, *seu* deve sempre ser *livre* em sua categoria mínima de regência. Como se explicariam as sentenças (1) e (3) dentro desta proposta? A solução é possível dentro da reelaboração da teoria feita em Chomsky (1986a), onde, como já vimos, o conceito de categoria de regência é redefinido a partir da noção *Complexo Funcional Completo* (CFC). Um CFC é definido como composto de um núcleo, de um sujeito e dos complementos deste núcleo (quando estes existem). Assim, o CFC que contém a forma pronominal *seu* nas sentenças (1)-(4) é o sintagma nominal *seu trabalho*, sendo este sintagma considerado então a categoria mínima de regência do possessivo, pois é a menor CFC em que *seu*, analisado enquanto pronome, pode estar livre. Esta análise pressupõe, como se pode perceber, que a forma possessiva seja analisada enquanto sujeito do sintagma nominal<sup>2</sup>. As sentenças (1)-(4) encontram-se agora de acordo com as previsões da teoria,

<sup>1</sup> As abreviaturas utilizadas são usuais entre os gerativistas e tem os seguintes significados: I é "inflexion" (flexão) e t é trace (traço, vestígio).

<sup>2</sup> A estrutura do sintagma nominal possessivizado será discutida no capítulo VI.

pois *seu* está livre em sua categoria mínima de regência, em obediência ao princípio B.

A análise de Raposo, apesar de funcionar descritivamente, parece trazer certas incoerências quando confrontada com os dados do português do Brasil e com os pressupostos da teoria. A motivação de Chomsky (1986a) para acabar com a distribuição complementar entre *anáforas* e *pronomes* e redefinir os princípios da teoria da ligação em termos de uma "indexação compatível com a teoria da ligação" foi uma diferenciação primeira entre *anáforas* e *pronomes*<sup>3</sup>. *Anáforas exigem* um antecedente, *pronomes podem* tomar um antecedente. Conseqüentemente, *anáforas* e *pronomes* não teriam domínios de ocorrência necessariamente estanques entre si como definidos pelos princípios A e B da Teoria da Ligação como em Chomsky (1981).

Ora, os dados parecem mostrar que o possessivo *seu* **exige** um antecedente. E mais, este antecedente deve c-comandar o possessivo a partir de uma posição argumental.

Dentre as 52 ocorrências de *seu/sua* (apenas o singular foi analisado) do *corpus* levantado por Almeida (1993), temos 34 ocorrências nas quais existe c-comando entre o antecedente e o pronome possessivo (exemplos em (5)), 17 casos de estruturas não subordinadas (exemplos em (6)) e apenas um caso que não se encaixa nestas duas categorias (exemplo (7)). As estruturas não subordinadas são geralmente casos de coordenação, ou alguns sintagmas preposicionais do tipo (com *seus* alunos, sem *seu* talento,...), que seriam analisados como adjuntos<sup>4</sup>. Não vou tentar aqui uma análise destes casos. A intuição me parece ser que estruturas de coordenação, como o exemplificado em (6) (a), e alguns tipos de adjunção, como os exemplificados em (6) (b) e (6)

---

<sup>3</sup> Ver capítulo II, seção 3, para uma breve apresentação da teoria da ligação em Chomsky, 1986a.

<sup>4</sup> Estruturas deste mesmo tipo já foram percebidas por Galves (1984), como favorecendo o objeto nulo, que a autora analisa, naquele artigo, como uma categoria vazia vinculada ao tópico discursivo. Este tipo de estrutura coordenada ou adjunta com objeto nulo obedece, segundo a autora, a uma exigência de não c-comando em relação a seu antecedente sentencial. Estruturas sintáticas coordenadas ou adjuntas como as em (6) e (7) foram pouco estudadas em português, o que me faz pensar que mesmo uma hipótese de existência de c-comando não seria impossível de ser defendida.

(c), são estruturas típicas de ligação de variáveis no sentido da lógica<sup>5</sup>. A sentença (7) também poderia ser analisada como uma coordenação.

(5) a. "...então **cada indivíduo**... realiza o **seu** teste e:: obtém uma nota..." (NURC/SP-377)

b. "... então a gente inclusive::...pede para que o **indivíduo** não perca tempo nesses horários certo?... e **pro** procure almoçar...no **seu** território de trabalho..." (NURC/SP-62)

(6) a. "... então **todo artista** deve sabe::r...o conteúdo da peça... o que vai acontecê/e **PRO**<sup>6</sup> conhecer bem a peça e...com **seu** talento... não estou querendo com isso dizer que sou um grande artista..."(NURC/SP-161)

b. "... hoje a **televisão**...com aquela **sua** telinha mágica..."(NURC/SP-338)

c. "...queixas assim extremamente ácidas sobre o **correio** e sobre **sua** forma de atuação..." (NURC/SP-255)

(7) "**o sujeito** monta uma fábrica na beira de um rio, né? ... quer dizer em primeiro lugar...entende? vêm as **suas** preocupações pessoais o **seu** lucro...entende?" (NURC/SP-255)

Outra razão que torna contra-intuitiva a análise de *seu* como sendo [+pronominal] é o fato de que *seu* não se comporta como um dêitico, pois não pode buscar livremente um antecedente no contexto, como ilustra o exemplo em

---

<sup>5</sup> Agradeço a R. Ilari por me chamar atenção para este ponto.

<sup>6</sup> PRO: abreviatura utilizada na Teoria Gerativa para o sujeito nulo de uma oração com o verbo no infinitivo.

(8). *Seu* não pode, portanto ser *livre*, o que seria a característica essencial de um *pronome*.

(8) (Joana<sub>1</sub> acaba de sair da sala onde esqueceu a bolsa)

Carlos: \*Sua<sub>1</sub> bolsa! Vamos correndo avisar!

Maria: É mesmo. Quem sabe a gente ainda alcança ela<sub>1</sub>.

E, apesar da dificuldade em se ter dados claros sobre a questão, *seu*, não parece possuir outra característica típica dos pronomes que é a de admitir antecedentes disjuntos<sup>7</sup> (*split antecedents*), como mostra (9).

(9) \*João<sub>1</sub> disse a Maria<sub>2</sub> que seu<sub>1+2</sub> professor havia faltado

Cabe, finalmente, chamar atenção para o fato de que o estabelecimento da análise do pronome possessivo *seu* como [+pronominal] para o português brasileiro, induz mais facilmente ao surgimento da hipótese de substituição desta forma por *de+e/e*, também [+pronominal]. Teríamos aí dois itens do mesmo tipo co-ocorrendo com o mesmo significado e com a mesma função anafórica: uma redundância no sistema. Este não é um raciocínio óbvio, pois as redundâncias de um sistema são freqüentemente reaproveitadas, investidas de outras funções<sup>8</sup>. Meu intuito aqui, no entanto, não é apoiar a tese de que uma redundância entre duas formas leva ao desaparecimento de uma delas, mas apenas mostrar que assumir *seu* como [+pronominal] deve ter servido para criar um contexto no qual a hipótese da substituição surgiu mais naturalmente.

---

<sup>7</sup> Examinei o *corpus* de Almeida (1993) e nele não encontrei nenhuma ocorrência de *seu* com "split antecedent". Também não encontrei nenhuma ocorrência de *deles* com "split antecedent". Por outro lado, dados da Tabela IV de Silva (1984) indicam uma probabilidade alta (.93) para a ocorrência de *dele* para o caso de "dois ou mais possuidores tendo um possuído em comum". É possível que esta categoria abarque alguns casos de "split antecedents".

<sup>8</sup> R. Ilari me chamou a atenção para este ponto.

Como ficaria a análise de *seu* na proposta de reformulação da teoria da ligação feita em Reinhart & Reuland (1993)? Como vimos no capítulo II, esses autores classificam as expressões anafóricas em três tipos: SELF, SE e pronomes<sup>9</sup>, segundo sua capacidade de transformar predicados transitivos em predicados reflexivos ("função reflexiva") e segundo sua "independência referencial". De acordo com estes critérios, nosso *seu* de terceira pessoa seria uma anáfora de tipo SE: [-função reflexiva], [-independência referencial]. *Seu* não é uma anáfora SELF porque não transforma um predicado nominal ao qual se aplica em um predicado reflexivo, cujos argumentos de um mesmo núcleo predicator (no caso o nome núcleo) devem estar obrigatoriamente coindexados. Aliás, por ocupar sempre a posição de sujeito do sintagma nominal<sup>10</sup>, *seu* nunca possuirá um antecedente que seja argumento do mesmo predicado ao qual se aplica. Por outro lado, a discussão do exemplo em (8) mostra que *seu* não possui independência referencial, não se tratando, portanto, de um pronome.

Anáforas de tipo SE não estão submetidas ao princípio A na reformulação da teoria da ligação proposta por Reinhart e Reuland (1993). Não precisam, portanto, estar ligadas em sua categoria mínima de regência, o que é compatível com o comportamento de *seu*, como se vê no comportamento dos exemplos (1)-(4). Por outro lado o princípio B, na reformulação dos autores, aplica-se apenas a predicados semanticamente reflexivos obrigando-os a serem sintaticamente marcados. *Seu* pode fazer parte de um sintagma nominal que forma um predicado semanticamente reflexivo, como (10), abaixo. Nestes casos, por não ser uma anáfora SELF e, portanto, não ser capaz de marcar reflexivamente um predicado, obriga o outro argumento a ele coindexado a ser realizado como uma anáfora SELF. Não está, portanto, ele mesmo, sob os escopo do princípio B.

(10) *Todo pintor pensa que seu retrato de si mesmo é melhor que aquele feito por qualquer outro artista*

---

<sup>9</sup> Ver quadro (38), capítulo II.

<sup>10</sup> Ver capítulo V para a discussão da posição estrutural do pronome possessivo.

Como vimos no início do capítulo, *seu* é sempre c-comandado por seu antecedente. Por outro lado, como será demonstrado no capítulo VI, *seu* c-comanda qualquer outro argumento do sintagma nominal a que pertence. Assim, o antecedente de *seu*, *seu* e a anáfora a ele coindexada formam uma cadeia. Em (10), esta cadeia é formada por *todo pintor*, *seu* e *si mesmo*. O comportamento de *seu*, estando fora do escopo dos princípios A e B, será regido apenas pela condição geral sobre cadeias argumentais<sup>11</sup> e pela necessidade de identificação de seus traços- $\phi$  (traços de pessoa, gênero e número do antecedente). A condição geral sobre a formação de cadeias argumentais de Reinhart & Reuland (*op.cit.*) diz que apenas um de seus elos poderá ser ao mesmo tempo independente referencialmente e marcado para caso. Esta condição pode ser cumprida por cadeias formadas com *seu*, pois este elemento, apesar de poder ser considerado como marcado para caso, não é referencialmente independente<sup>12</sup>. Em (10), *todo pintor* é o elemento ao mesmo tempo referencialmente independente e marcado para caso. *Seu* e *si mesmo*, apesar de marcados para caso, não são referencialmente independentes.

Vale aqui uma observação: as definições de Reinhart & Reuland (1993) das noções de "predicado sintática ou semanticamente reflexivos" são construídas em torno da definição de predicado enquanto um núcleo sintático transitivo. Desta forma, *seu* nunca transformará o núcleo nominal em um predicado reflexivo, pois *seu*, como já disse, é sempre sujeito deste núcleo e pode ocorrer sozinho com um núcleo intransitivo.

Numa acepção fregeana de predicado, *seu* certamente pode ser analisado como um possessivo-reflexivo, pois transforma um predicado P do tipo (11) (a) em um predicado reflexivo do tipo (11) (b). A fórmula em (11) (b) expressa rigorosamente a idéia de que a reflexivização de um predicado diminui a sua valência (sua n-adicidade), ou seja, transforma um predicado de n argumentos em um predicado de n-1 argumentos. Para ilustrar a questão tomemos o predicado de dois lugares "dar valor aos títulos de" em (12) (a)<sup>13</sup>. A partir de (12) (a) podemos obter o predicado reflexivo (12) (b). Sentenças

---

<sup>11</sup> Ver definições em (42) no capítulo II.

<sup>12</sup> referência independente significa aqui capacidade de ser interpretado deiticamente.

<sup>13</sup> Ver Ilari (1981) para um tratamento de *seu* dentro desta linha.

formadas a partir deste predicado são ilustradas por (13) (a) e (14) (a), cujas formas lógicas estão expressas em (13) (b) e (14) (b).

- (11) a.  $x P y$   
b.  $\lambda x (x P x)$
- (12) a.  $x$  dá valor aos títulos de  $y$   
b.  $\lambda x (x$  dá valor aos títulos de  $x)$
- (13) a. Carlos<sub>1</sub> dá valor a seus<sub>1</sub> títulos  
b.  $\lambda x (x$  dá valor aos títulos de  $x)$  (Carlos)
- (14) a. [Qualquer corretor da bolsa]<sub>1</sub> dá valor a seus<sub>1</sub> títulos  
b.  $\lambda x (x$  dá valor aos títulos de  $x)$  (qualquer corretor da bolsa)

Analisado desta forma *seu* é uma anáfora que necessariamente transforma um predicado qualquer com poliadicidade maior ou igual a 2 em um predicado reflexivo, pois torna obrigatoriamente idênticos dois argumentos deste predicado. O que diferencia a anáfora-possesiva *seu* de outros reflexivos como *se* e *si mesmo* em português é o fato de que o predicado que *seu* é capaz de tornar reflexivo não é limitado ao domínio de um núcleo sintático e pode se estender sobre várias orações, como ilustram as sentenças em (15).

- (15) a. Carlos<sub>1</sub> dá valor a seus<sub>1</sub> títulos  
b. Carlos<sub>1</sub> quer que Jorge dê valor a seus<sub>1</sub> títulos  
c. Carlos<sub>1</sub> pensa que Maria quer que Jorge dê valor a seus<sub>1</sub> títulos

Este tipo de pro-forma não parece caber no sistema da Teoria da Ligação de Chomsky (1981) e (1986a) se classificada, como usualmente, como

*pronome* ou *anáfora*: *seu* possui um comportamento de variável lógica e não está sujeito aos princípios A ou B. Poderíamos classificá-lo como variável no sentido da Teoria da Ligação, ou seja, [-anafórico] e [-pronominal]. Enquanto variável deveria obedecer ao princípio C, devendo estar *livre* no domínio de seu operador<sup>14</sup>. Esta análise nos obrigaria a pensar todos os antecedentes de *seu*, não só os quantificados, mas também os genéricos e mesmo as expressões-*r*, como operadores movidos em Forma Lógica por uma regra de alçamento.

A descrição de *seu* como uma variável ligada (no sentido de Reinhart, 1983) parece dar melhor conta do comportamento desta forma possessiva no paradigma gerativista. A única exigência estrutural para sua ocorrência, quando não em estruturas de coordenação, é a de *c-comando* entre o antecedente e o possessivo, não sendo relevante a categoria de regência em que se situa o possessivo. Semanticamente *seu* tem sua interpretação presa à do antecedente sob cujo escopo se encontra, funcionando aqui como uma variável no sentido da lógica.

Observem-se as sentenças (16) e (17), onde os antecedentes são obrigatoriamente operadores sobre variáveis. Nestes casos a leitura "ligada" de 3ª pessoa só é possível com a forma possessiva *seu*, ficando agramaticais as sentenças com a forma *dele*<sup>15</sup>.

- (16) a. Quem<sub>1</sub> escolheria lingüística como sua<sub>1</sub> primeira opção?  
b. \*Quem<sub>1</sub> escolheria lingüística como a primeira opção dele<sub>1</sub>?

---

<sup>14</sup> Ver cap. II seção 3 sobre esta questão.

<sup>15</sup> Os julgamentos sobre a gramaticalidade de sentenças semelhantes a (16) e (17) variam. Note, por exemplo, que (i) é, para alguns falantes, bem melhor do que (16) (b) e (17) (b).

O grau variado de aceitabilidade do uso de certos quantificadores e interrogativos com a forma *dele* parece estar vinculado à maior ou menor possibilidade destes receberem uma interpretação referencial (C. Galves, *com. pess.*, me chamou a atenção para este ponto). Voltarei a esta questão na próxima seção. De qualquer modo, estes casos não ocorreram nunca no *corpus* investigado por Almeida (1993) e por mim e são agramaticais para mim e para a maioria dos falantes que consultei.

(i) Por favor me faça uma lista de quem<sub>1</sub> trouxe o ursinho dele<sub>1</sub>.

- (17) a. Ninguém<sub>1</sub> gosta que falem mal de sua<sub>1</sub> família  
b. \*Ninguém<sub>1</sub> gosta que falem mal da família dele<sub>1</sub>

Por outro lado, parece-me importante chamar a atenção para o fato de que existe uma condição estrutural para a existência da *anáfora ligada* ou mesmo para a ligação de variáveis sob o escopo de um mesmo operador que é a existência de uma relação de c-comando entre o sintagma nominal antecedente e a forma pronominal que o retoma. Uma vez dada esta condição estrutural, a possibilidade de uma leitura de anáfora ligada independe do tipo de antecedente. Ela pode ocorrer tanto com expressões referenciais, quanto com expressões quantificadas. A interpretação "sloppy" das sentenças em (18), já discutida no capítulo II, mostra que uma interpretação ligada é possível até quando o antecedente é um nome próprio. Por outro lado, note em (19) que a leitura "sloppy" é impossível com *dele*.

- (18) a. Só *Sofia* votou em *seu* pai  
b. Até *Linda* está cansada de *seu* marido

- (19) Só *Sofia* votou no pai dela... ninguém mais faria uma coisa dessas (votar no pai de *Sofia*/\*votar no próprio pai)

O oposto também é verdadeiro, pois uma expressão quantificada, nem sempre funciona semanticamente como uma expressão não referencial. Ou seja, do mesmo modo que podemos ter uma "expressão referencial" comportando-se semanticamente como uma expressão capaz de ligar variáveis, podemos ter uma "expressão quantificada" comportando-se como uma expressão referencial. Veja o caso das sentenças em (20)<sup>16</sup>. Os predicados "... gostaria de se livrar do marido de ..." e "... reconheceria a namorada de ..." implicam em leituras preferencialmente existenciais para seus sujeitos. Daí a aceitabilidade das sentenças com *dele* ser aqui bem maior do que em (16) e (17).

---

<sup>16</sup> Estas sentenças são de Sérgio Mennuzzi (1996).

(20) a. ?[Muita mulher]<sub>1</sub> gostaria de se livrar do marido  
dela<sub>1</sub><sup>17</sup>

b. ?[Qualquer rapaz]<sub>1</sub> reconheceria a namorada dele<sub>1</sub>  
numa foto

Esta última observação tem por objetivo afirmar que quando encontramos uma ocorrência de *seu* cujo antecedente é uma expressão referencial, ou, por outro lado, uma ocorrência de *dele* cujo antecedente é uma expressão quantificada, o funcionamento de ambos não mudou. O que está acontecendo é que o falante está usando uma expressão referencial em uma estrutura de ligação ou que o falante está usando uma expressão quantificada em uma estrutura de correferência, fatos que podem ser testados pela possibilidade de ocorrência de uma identidade "sloppy". Conforme vimos no capítulo II, seção 4, a possibilidade de identidade "sloppy" é uma maneira de se checar se temos uma interpretação de variável presa, não correferencial. A interpretação da forma lógica de uma sentença com identidade "sloppy" pode ser descrita como uma abstração lambda sobre os sintagmas coindexados.

Nem sempre é fácil testar a possibilidade de ocorrência de identidade "sloppy", porque em certos casos nossas intuições são bastante confusas e não se encontram exemplos nos *corpora* disponíveis. Note-se, entretanto, que uma leitura "sloppy" das sentenças em (21) (b) e (22) (b) é muito mais difícil, se não impossível, do que das sentenças em (21) (a) e (22) (a). As respectivas traduções lógicas da leitura relevante encontram-se em (21) (a') e (22) (a').

---

<sup>17</sup> Há um grau de aceitabilidade crescente entre (i), (ii) e (iii) que parece ir no sentido de uma interpretação mais referencial para uma interpretação menos referencial. O papel da opção vazia no SN possessivizado ainda precisa ser melhor investigado. Ver Negrão (1996) sobre esta questão.

- (i) ?Faça-me uma lista de quem pagou do bolso dele
- (ii) Faça-me uma lista de quem pagou do seu bolso
- (iii) Faça-me uma lista de quem pagou do bolso

- (21) a. João brigou com o *seu* chefe e muitos funcionários fizeram o mesmo  
 a'. [ $\lambda x$  (x brigou com o chefe de x)] (João) e [ $\lambda x$  (x brigou com o chefe de x)] (muitos funcionários)
- b. \*João brigou com o chefe *dele* e muitos funcionários fizeram o mesmo
- (22) a. João dá mais importância a *seu* tennis do que a qualquer outra coisa e qualquer skatista faz o mesmo
- a'. [ $\lambda x$  ( x dá mais importância ao tennis de x...)] (João) e [ $\lambda x$  ( x dá mais importância ao tennis de x...)] (qualquer skatista)
- b. ??João dá mais importância ao tennis *dele* do que a qualquer outra coisa e qualquer skatista faz o mesmo

## 2. A forma possessiva *dele*

Uma proposta que concerne o outro lado da moeda - o funcionamento da forma possessiva *dele* nos é dada por Galves (1984,1986). Galves (1984) chama a atenção para algumas peculiaridades do pronome *e/e* no português do Brasil: uso em posição de objeto e como pronome lembrete nas relativas, ao que podemos acrescentar a possibilidade do pronome *e/e* ser usado reflexivamente no dialeto mineiro do português brasileiro, discutida em Galves (1986). Estes usos estão exemplificados nas sentenças<sup>18</sup> (23)-(25).

<sup>18</sup> As sentenças (23) -(25) são exemplos de Galves (1984) e as (26) e (28) (b) são de Galves (1986).

(23) Encontrei *e/e* ontem

(24) Aí esse rapaz aí que eu conheci *e/e*, *e/e* estava lá na festa

(25) João<sub>1</sub> vê *e/e*<sub>1</sub> no espelho

A autora argumenta que em todos estes casos o pronome lexical "mantém a função que *e/e* tem no seu uso discursivo mais habitual: a de referir a indivíduos" (Galves, 1984:126). As peculiaridades do comportamento de *e/e* no português do Brasil são atribuídas, não a uma possível mudança em seu caráter pronominal, mas à caracterização do português do Brasil como uma língua voltada para o discurso ou uma língua de tópico, a qual é definida de maneira geral como uma língua em que há uma interferência direta do discurso na sintaxe.

Vamos examinar em mais detalhe a argumentação de Galves para o caso particular do uso reflexivo do pronome *e/e*. A argumentação vai no sentido de caracterizar o pronome *e/e* como possuindo um comportamento diferenciado das outras formas pronominais que ocorrem em posição de objeto no português (os clíticos *o/a* e a categoria vazia). Primeiramente, a autora mostra que além da aparente violação ao princípio B feita por sentenças como (26) no dialeto mineiro, violações "mais fracas" deste princípio são admitidas por outros dialetos do português, como mostra (26), onde *e/a* está ligado em sua categoria de regência.

(26) Maria<sub>1</sub> fez a lista dos convidados mas *pro*<sub>1</sub> esqueceu de *PRO*<sub>1</sub> incluir *ela*<sub>1</sub>

Já o mesmo tipo de interpretação "reflexiva" como em (25) ou em (26) não é possível se ao invés do pronome *e/e*, foi usado um clítico ou uma

categoria vazia, como demonstra a agramaticalidade de (27) (a) e (b) e (28) (a) e (b).

- (27) a. \*João<sub>1</sub> vê-o<sub>1</sub> no espelho  
b. \*João<sub>1</sub> vê e<sub>1</sub> no espelho

- (28) a. \*Maria<sub>1</sub> fez a lista dos convidados mas *pro*<sub>1</sub>  
esqueceu de *PRO*<sub>1</sub> inclui-la<sub>1</sub>  
b. \*Maria<sub>1</sub> fez a lista dos convidados mas *pro*<sub>1</sub>  
esqueceu de *PRO*<sub>1</sub> incluir-e<sub>1</sub><sup>19</sup>

Outro argumento citado por Galves em favor da peculiaridade de *ele* no português do Brasil vem de Montalbetti (1984). O trabalho de Montalbetti trata do uso do pronome *ello* em espanhol onde (29) é gramatical e (30) é agramatical. O autor formula uma restrição para o espanhol que descreve o fato de que um pronome não pode ter uma variável como seu antecedente mais próximo. Esta restrição explica a gramaticalidade da sentença (31) que contrasta com a agramaticalidade da sentença (30). Em (30) (b) podemos ver que o pronome *ellos* tem a variável *t* como seu antecedente - o que resulta em agramaticalidade, ao contrário de (29) (b) na qual uma categoria vazia está ligada à variável.

- (29) a. [Muchos estudiantes]<sub>1</sub> creen que e<sub>1</sub> son inteligentes  
b. [Muchos estudiantes]<sub>1</sub> [ t<sub>1</sub> creen que e<sub>1</sub> son  
inteligentes]

- (30) a. \*[Muchos estudiantes]<sub>1</sub> creen que *ellos*<sub>1</sub> son  
inteligentes  
b. \*[Muchos estudiantes]<sub>1</sub> [ t<sub>1</sub> creen que *ellos*<sub>1</sub> son  
inteligentes]

---

<sup>19</sup> e: do inglês "empty", usado para sinalizar a existência de uma categoria vazia.

Montalbetti observa em seu trabalho que no português do Brasil a restrição é mais forte: pronomes lexicais não podem ter uma variável formal (o que em teoria gerativa significa uma categoria vazia resultante de movimento-QU<sup>20</sup> ou de alçamento de quantificador) como antecedente e não apenas como antecedente mais próximo. A restrição para o português brasileiro explica a agramaticalidade tanto de (31) (a) como (31) (b), onde o pronome *e/e* se encontra sob o escopo de um quantificador e está ligado a seu vestígio, que é uma variável. Em (31) (b) o antecedente imediato de *e/e* não é uma variável, mas sim um pronome (*pro*), que por sua vez tem a variável  $t_1$  como seu antecedente imediato, desta forma  $t_1$  é também antecedente de *e/e*. O pronome *e/e*, portanto, não pode estar ligado a um antecedente-QU ou quantificado no português brasileiro, ao contrário do espanhol. Em espanhol apenas a sentença em (32) (a) seria agramatical.

- (31) a. \*Ninguém<sub>1</sub> [ $t_1$  acha que ele<sub>1</sub> é inteligente]  
b. \*Ninguém<sub>1</sub> [ $t_1$  acha que pro<sub>1</sub> disse que ele<sub>1</sub> é inteligente]

- (32) a. \*Nadie<sub>1</sub> [ $t_1$  cree que él<sub>1</sub> es inteligente]  
b. Nadie<sub>1</sub> [ $t_1$  cree que pro<sub>1</sub> dijo que él<sub>1</sub> es inteligente]

Para Galves (1984), *e/e* é autônomo em relação à Teoria da Ligação e busca sempre seu antecedente no contexto, geralmente no tópico. As peculiaridades de seu uso no português brasileiro estariam assim relacionadas a ser esta uma língua de tópico, isto é, uma língua na qual a relação principal de predicação se dá entre o tópico e a sentença. A freqüente presença de *e/e* em posições da sentença em que se esperaria clíticos ou categorias vazias em português brasileiro seria uma marca da estreita relação entre nossa sentença e o tópico<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Movimento QU é o movimento de sintagmas interrogativos (que, quando, quem,...).

<sup>21</sup> Para uma explicação detalhada da relação entre o uso de *e/e* em posição de objeto e como pronome lembrete e da descrição do PB como língua de tópico, ver Galves (1984).

A análise de Galves pode ser repensada no mesmo sentido dos dados e da hipótese apresentada no capítulo anterior. A análise feita naquele capítulo mostra que *dele* é usado tipicamente para estabelecer relações de correferência e, no discurso coloquial, os tópicos mais comuns são referenciais. Mais ainda, não me parece possível recuperar apenas no contexto um sintagma nominal quantificado que opere sobre variáveis. Sentenças como (33) (a) são comuns no português<sup>22</sup>, mas o teste com a identidade "sloppy" em (b) mostra que não há ambigüidade entre um uso correferencial e outro de variável ligada. O particular de nosso pronome *ele* é o fato de ele não poder ser usado enquanto variável.

- (33) a. *Maria confia nela*  
b. \**Maria confia nela e Jorge também (confia nele)*

Mennuzzi (1996) e R. Ilari (*com. pessoal*) levantam a aceitabilidade de sentenças como (34) (b) - (36) (b) como contra-exemplos para a análise de *dele* como uma forma especializada em retomar antecedentes referenciais. Antes de iniciar esta discussão, é importante enfatizar mais uma vez que muitos falantes não aceitam essas formas como gramaticais e que, mais ainda, antecedentes quantificados retomados por *dele* não ocorreram no *corpus* que pesquisei.

- (34) a. *Qualquer lingüista quer ter seus artigos lidos por Chomsky*  
b. ?*Qualquer lingüista quer ter os artigos dele lidos por Chomsky*

- (35) a. *Muita mulher gostaria de se livrar de seu marido*  
b. ?*Muita mulher gostaria de se livrar do marido dela*

- (36) a. *Qualquer rapaz reconheceria a sua namorada numa*

---

<sup>22</sup> Foltran (1996) chama a atenção para este fato.

foto

b. ?*Qualquer rapaz* reconheceria a namorada *dele*  
numa foto

Para aqueles que aceitam as sentenças em (35)-(37) (b), o que parece estar acontecendo aqui é uma "ambigüidade" do sintagma nominal antecedente paralela à ambigüidade encontrada por Carlson (1977) e (1982) entre a interpretação genérica e a interpretação existencial dos 'bare plurals' ilustradas em (37) e (38) respectivamente. (38) significa algo como "a espécie dos gatos é de animais domésticos": esta é a leitura genérica. Já (39) diz que "alguns animais desta espécie vem tentando comer meu canário": é a leitura existencial.

(37) Gatos são animais domésticos

(38) Gatos vem tentando comer meu canário há já algum tempo

Compare a aceitabilidade de (34) (b) com a baixa aceitabilidade (agramaticalidade?) de (39) (b). Em (39) o predicado força uma leitura "genérica" (não referencial), neste caso quantificada. Já o predicado "... *quer ter seus artigos lidos por Chomsky*" favorece ou, pelo menos, permite, uma leitura existencial que pressupõe a existência de lingüistas.

(39) a. *Qualquer lingüista* funcionalista é inimigo dos seus colegas chomskianos  
b. ?\**Qualquer lingüista* funcionalista é inimigo dos colegas chomskianos *dele*

O mesmo contraste aparece entre (35) (b) e (40) (b) e (36) (b) e (41) (b). O que parece acontecer é que certos predicados favorecem uma

interpretação "genérica" do sintagma nominal, outros favorecem uma interpretação existencial e outros ainda permitem ambas as interpretações.

- (40) a. *Muita mulher é a sua pior inimiga*  
b. \**Muita mulher é a pior inimiga dela*

- (41) a. *Qualquer rapaz de mais de 30 anos é responsável por seus atos*  
b. \**Qualquer rapaz de mais de 30 anos é responsável pelos atos dele*

Quero dizer que sentenças como (34) (a) e (34) (b) não são semanticamente equivalentes. Em (34) (a), por exemplo, teríamos uma "verdadeira" quantificação: "Para qualquer lingüista x, x gostaria que Chomsky lesse os artigos de x". Por outro lado, em (34) (b) teríamos algo equivalente a uma leitura não específica, de certa forma "existencial" que poderia ser parafraseada por (42).

- (42) ?*Um lingüista sério certamente quer ter os artigos dele lidos por Chomsky*

O que estou querendo propor tentativamente é que sintagmas nominais quantificados também podem ter uma interpretação de "stage" (estágio), dependendo do predicado que a eles se aplica. Um "stage" de um sintagma nominal é uma instanciação deste sintagma no espaço-tempo. Um estágio de *qualquer lingüista* é uma realização deste sintagma no espaço tempo e que portanto implica na existência de alguns lingüistas.

Na verdade, parece-me haver mais coisas a serem investigadas no comportamento do pronome *ele*, do que apenas classificá-lo como referencial. Este pronome viola o princípio B em sentenças como (23), (25) e (33) (a), mas não é capaz de fazê-lo em sentenças como (43). A possibilidade de violação do

princípio B ou , mais intuitivamente, de um uso reflexivo do pronome *ele*, parece pressupor um contexto do tipo *de dicto*, onde tanto *João* em (25), quanto *Maria* em (33), veriam ou confiariam em algo como suas imagens ou representações. Veriam ou confiariam em imagens ou representações de si próprios.

- (43) a. \**Maria* apresentou *ela* ao Pedro  
b. \**Maria* machucou *ela* novamente

### 3. *Seu* versus *dele*: um caso de substituição?

Nesta seção vou me dedicar a discutir a propalada substituição de *seu* por *dele* no português brasileiro. Como já disse no capítulo anterior, a tese de que estaria havendo uma substituição de *seu* por *dele* no português do Brasil é bastante corrente na literatura. Investigações na linha da sociolinguística quantitativa e do funcionalismo<sup>23</sup> explicam esta substituição em função da multiplicidade de sentidos da forma *seu*, ambígua tanto na recuperação da pessoa do antecedente quanto na recuperação de seu gênero e número, contrapondo-a à não-ambigüidade da forma *dele*.

A argumentação de que a ambigüidade de *seu* seria a causa de sua substituição por *dele* me parece extremamente frágil tanto empírica quanto teoricamente. Argumentações genéricas que explicam mudanças linguísticas como um movimento no sentido da diminuição da ambigüidade, se não forem fortemente fundadas em razões teóricas e empíricas mais particulares, podem ser imediatamente falsificadas por casos de mudança que, pelo menos em um primeiro exame, aumentam a ambigüidade da língua. Exemplos de casos em que, a primeira vista a ambigüidade da língua aumentou seriam alguns fenômenos que são de resto apontados pelos partidários da tese da substituição: o enfraquecimento da concordância do português brasileiro, a perda dos clíticos de terceira pessoa e o nosso crescente uso do objeto nulo.

---

<sup>23</sup> Ver Silva (1982), (1984), (1991) e (1995) para uma visão sociolinguística e Perini (1985) e Castilho (1992) para uma explicação funcionalista.

As percentagens de *seu* encontradas nos estudos empíricos comentados no capítulo anterior (entre 45% e 15%, nos diferente *corpora*) não permitem concluir pelo desaparecimento próximo da forma possessiva *seu* de terceira pessoa de nossa língua oral. À questão quantitativa, deve-se adicionar um fator não computado naqueles levantamentos, com exceção do estudo de Almeida (1993), que é o controle do tipo semântico do antecedente. O tipo de *corpus* coletado, com falas mais ou menos "referenciais" poderá distorcer os resultados.

Uma língua possui outros mecanismos e não depende apenas de marcas lexicais e morfológicas para reduzir a ambigüidade um termo quanto a sua função sintática ou semântica. Como vimos, e os estudos gerativistas esclarecem bastante esta questão, mostrando que existem outras formas de recuperação de um antecedente além de sua substituição por um pronome não ambíguo<sup>24</sup>. Em nosso caso particular, o conteúdo semântico do *seu* de terceira pessoa é recuperado por uma relação de escopo - ele é preso por seu antecedente. Não há também ambigüidade entre uma interpretação presa e uma interpretação dêitica - a interpretação dêitica não é possível para a forma *seu* de terceira pessoa. Mais ainda, a estratégia de substituir o pronome possessivo por *de+pronome oblíquo* (ou mesmo *de+pronome reto*) não é uma opção que exista no sistema da língua para o caso genitivo (ver capítulo V, para uma extensa fundamentação desta posição) e a ausência de substituição de *meu* por *de mim*, *seu* por *de si* ou *de você*, *nosso* por *de nós*, sequer precisa ser explicada por algo como a inércia do sistema se contrapondo à tendência à evitar a ambigüidade, pois sintagmas como *a foto de mim* ou *a foto de nós* são agramaticais.

Finalmente, a especialização do *seu* de terceira pessoa enquanto variável presa poderia, se quiséssemos, ser explicada como uma maneira de se evitar a ambigüidade, o que mostra, mais uma vez, que essa explicação é genérica demais para ser útil.

---

<sup>24</sup> Ver, por exemplo, Jaeggli e Safir (1989) e as referências aí contidas.

Trabalhos de cunho gerativista sobre o português brasileiro assumem também a substituição de *seu* por *dele*<sup>25</sup>. A proposta de Cerqueira (1993) vincula o desaparecimento do pronome possessivo de 3ª pessoa a um processo de enfraquecimento geral da concordância no português brasileiro. O trabalho de Cerqueira é interessante porque insere a discussão sobre o comportamento das formas possessivas na discussão mais geral sobre as características e tendências do português do Brasil dentro da Teoria dos Princípios e Parâmetros.

Baseando-se nos resultados estatísticos de Silva (1982) mencionados na seção 2 do capítulo III, Cerqueira assume que "... a forma *dele* é a preferida no registro oral". Seu trabalho vai "... enfocar o contraste entre *seu* e *dele*, buscando determinar as condições de licenciamento dessas formas no sintagma nominal " ... e explorar a hipótese de que "o avanço da forma *dele* está relacionado a certos processos de mudança que vêm se verificando no PB e que parecem poder ser associados a certas mudanças no sistema de concordância da língua" (p.131). Mais concretamente, a hipótese de Cerqueira é a de que um enfraquecimento no sistema de concordância do português brasileiro tem conseqüências no sistema de concordância interna do sintagma nominal que acabam por favorecer a estrutura possessiva com *dele* e por desfavorecer a estrutura possessiva com *seu*.

A argumentação do autor em favor de sua hipótese organiza-se em duas partes. Primeiro, tem-se uma argumentação geral sobre o enfraquecimento da concordância no português do Brasil, baseada no enfraquecimento da morfologia verbal e no desaparecimento dos clíticos. Em seguida, o autor propõe uma estrutura para o sintagma nominal que, juntamente com a hipótese do enfraquecimento geral da concordância, explicaria a preferência pela forma *dele*. Passo agora a discutir esta argumentação mais detalhadamente.

Cerqueira argumenta que o traço *persona* é cada vez menos capaz de distinguir morfologicamente entre as três pessoas verbais, e que o traço *número* também está sofrendo um processo de enfraquecimento no PB; o autor conclui que possuímos uma concordância bastante enfraquecida tanto sincronica quanto diacronicamente em relação à capacidade de expressar a *persona* do

---

<sup>25</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos em Roberts & Kato (1993).

sujeito e caminhando no mesmo sentido quanto à expressão do número do sujeito. Nossa concordância verbal seria cada vez menos capaz de identificar a pessoa de um sujeito nulo.

Uma concordância assim enfraquecida tornaria bastante difícil a identificação de um sujeito nulo, o que seria bastante coerente com os resultados estatísticos das pesquisas que mostram um grande aumento diacrônico no preenchimento da posição de sujeito a partir do séc. XIX. Para Cerqueira, "a tendência ao preenchimento do sujeito em PB pode ser vista como uma função do enfraquecimento de AGR<sup>26</sup>, ..." (p.138)<sup>27</sup>.

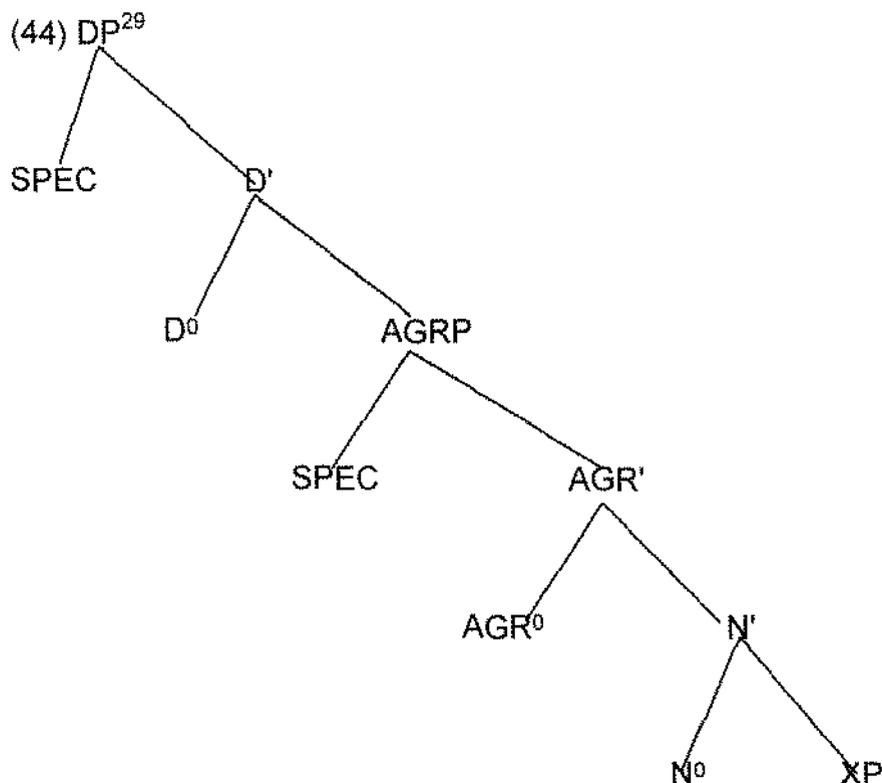
Em sua argumentação sobre os clíticos, o autor baseia-se nos dados de Duarte (1989) (*apud* Cerqueira, , tabela 1, p. 139) que comparam a ocorrência do clítico acusativo de 3ª pessoa, do pronome lexical, da categoria vazia e de sintagmas nominais anafóricos na posição de objeto direto e indicam uma baixíssima ocorrência destes clíticos (4,9%) e uma alta percentagem de ocorrência de objeto nulo (62,6%). Cerqueira conclui que: "Esses dados parecem indicar que o clítico acusativo de terceira pessoa não faz parte da gramática inicial dos falantes do PB sendo adquirido posteriormente" (p.139). Em seguida apresenta o estudo diacrônico de Cyrino (1990) que correlaciona a ampliação dos contextos que passam a admitir objeto nulo em português do Brasil com a perda dos clíticos (especialmente os clíticos de terceira pessoa). Finalmente, o autor relaciona a perda dos clíticos com o "enfraquecimento" geral da concordância em nossa língua, pois para Kato, os clíticos seriam como "*spellouts* do sistema de concordância do objeto (concordância envolvendo AGR-O)" (p.140). A perda dos clíticos, portanto, seria mais uma evidência a favor da hipótese do enfraquecimento da concordância.

---

<sup>26</sup> AGRreement: concordância em inglês

<sup>27</sup> Não se pode negar o fato de que o paradigma verbal do PB está mais "enfraquecido" do que há mais de um século atrás em relação aos morfemas de pessoa e número. A ligação deste fato com a ocorrência de um maior preenchimento da posição de sujeito, entretanto, deve ser examinada com mais cuidado. Parecem existir mais fatores envolvidos aqui do que uma forte tendência ao preenchimento do sujeito. Para um levantamento estatístico cuidadoso sobre a relação entre a concordância e o preenchimento da posição de sujeito ver Negrão (1990) e para uma outra visão sobre as questões aí envolvidas ver Negrão & Müller (1996).

Cerqueira propõe a estrutura em (44) para o sintagma nominal do português do Brasil<sup>28</sup>.



Citando a seguinte afirmação de Chomsky (1986a) "o elemento AGR<sup>0</sup> é responsável por dois processos, a saber, a atribuição de Caso à posição de sujeito de NP<sup>30</sup> e a transmissão dos traços de concordância para o núcleo nominal N<sup>0</sup>" (p.145), Cerqueira prossegue "Assim, essa categoria envolve dois tipos de traços básicos, traços de concordância [+/-] de gênero e número, e

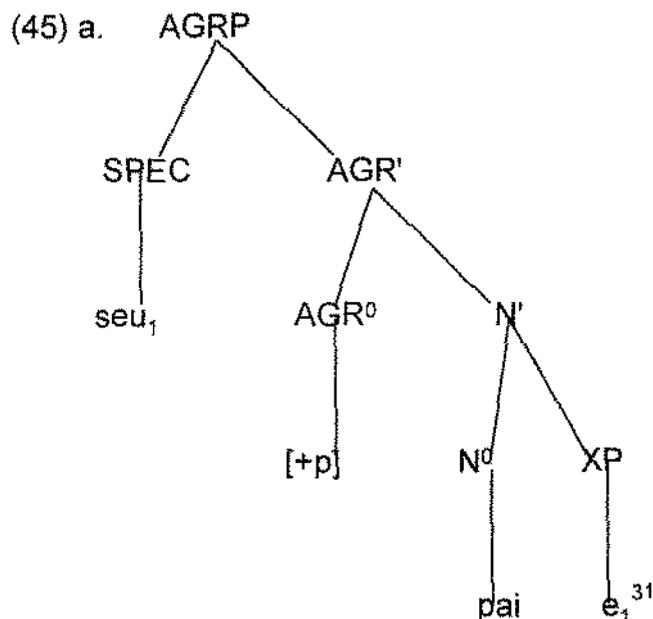
<sup>28</sup> A discussão da estrutura interna do sintagma nominal possessivizado será feita no capítulo V. Portanto, não discutirei aqui a validade da estrutura proposta pelo autor, mas apenas sua relevância para a questão do "enfraquecimento da concordância" e a conseqüente tese da substituição de *seu* por *dele*.

<sup>29</sup> O sintagma nominal é tratado pela teoria X-barra como um sintagma de determinante ("determiner phrase" ou "DP"), pois a categoria funcional determinante é considerada o núcleo deste sintagma e o sintagma nominal é complemento do núcleo determinante. As outras abreviaturas utilizadas nas estruturas de Cerqueira significam: AGR(ement), SPEC(ifier) e XP(frase).

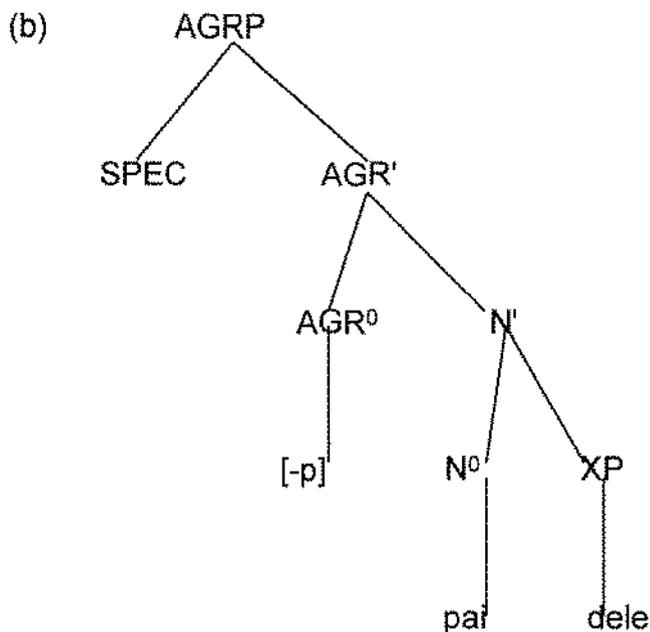
<sup>30</sup> NP é uma abreviação do inglês "noun phrase" - sintagma nominal, para nós. O sujeito de um sintagma nominal é um sintagma nominal considerado argumento do núcleo-nominal que ocupa a seguinte posição estrutural [<sub>SN</sub> SN [N]].

traços de atribuição de Caso [+/-k]. ... Tomando-se AGR<sup>0</sup>, ... , como uma coleção de traços comuns aos sistemas de concordância de sujeito e de objeto, parece natural poder estender os traços de pessoa para AGR<sup>0</sup> no sistema de concordância nominal, ...o que permite dar conta da especificação de pessoa em um sintagma nominal (DP) manifestada explicitamente quando formas possessivas pronominais estão presentes (p.145)." (grifos meus)

Cerqueira passa agora a explicar o "desaparecimento" de *seu* enquanto possessivo de 3ª pessoa pela incapacidade deste AGR<sup>0</sup> nominal de atribuir caso ao possessivo, pois a atribuição de caso dependeria da existência do traço [+pessoa] em AGR<sup>0</sup>. E, como a concordância no português brasileiro está enfraquecida em relação ao traço [+pessoa] temos um AGR<sup>0</sup> nominal também enfraquecido em relação a este traço. Teríamos, então, as estruturas em (45) para os sintagmas nominais possessivos.



<sup>31</sup> e, do inglês "empty", também usado para marcar categorias vazias.



Prosseguindo em sua análise, o autor esboça então duas hipóteses para explicar a permanência do possessivo de 1ª e 2ª pessoas. A primeira hipótese, inspirada em Galves (1993), seria a existência de um AGR misto, especificado apenas para [+pessoa] na 1ª e 2ª pessoas do singular. A segunda hipótese é a de que o enfraquecimento do traço [+pessoa], leva o sistema da língua a reanalisar esse traço, o qual deixa de ser um traço de identificação da pessoa gramatical e passa a funcionar como um dêitico que identifica apenas a 1ª e a 2ª pessoas do discurso: o falante e o ouvinte. Este fato, por sua vez, seria coerente com a análise do português do Brasil como uma língua orientada para o discurso.

A postulação de uma concordância de pessoa no sintagma nominal do português do mesmo tipo que a concordância que encontramos em diversas línguas entre sujeito e verbo e verbo e objeto, me parece pouco fundamentada. O pronome possessivo do português originou-se do pronome possessivo latino, o qual não recebia um caso próprio, mas sim concordava em caso, gênero e número com o substantivo núcleo, daí seu comportamento de adjetivo. Por outro lado, pelo fato de *seu* ser uma anáfora, deve recuperar seus traços de gênero, número e pessoa a partir de seu antecedente através da relação de c-comando. A relação de "concordância" entre *um pronome anafórico* e seu *antecedente* não é, portanto, do mesmo tipo que a concordância entre sujeito-verbo ou verbo-

objeto. Trata-se de "concordâncias" entre categorias sintáticas e tipos semânticos diferentes. Não me parece imediato, portanto, que do enfraquecimento de uma decorra o enfraquecimento da outra.

A relação de concordância sujeito-verbo no português do Brasil, por exemplo, é uma relação que faz com que o verbo através de sua morfologia "copie" os traços de *pessoa* e *número* do sujeito. Neste caso temos um concordância entre um predicado (o Sintagma Verbal ou o Sintagma Flexional) e seu argumento (o SN sujeito). Já a relação de concordância que se dá no interior de um sintagma nominal do português brasileiro é uma relação que, no caso do português padrão, faz com que todos os constituintes do sintagma nominal "copiem" os traços de *gênero* e *número* sintático do núcleo<sup>32</sup>.

Mais ainda, a relação de "concordância" estabelecida entre um possessivo e seu antecedente, pelo menos no caso da terceira pessoa, envolve coisas mais complexas, pois temos tipos diferentes de antecedentes em jogo - sintagmas nominais plenos, vazios e pronomes, cuja interpretação pode ser tanto de variável quanto de expressão referencial. Que o tipo de antecedente influi nesta relação de "concordância" pelo menos no caso da terceira pessoa, é o que pretendo ter mostrado.

#### 4. *seu* x *dele*: um caso de especialização

Ao contrário do que vem sendo afirmado na literatura, não parece estar havendo um processo de substituição definitiva da forma *seu*, pela forma *dele*. Tanto as razões teóricas levantadas neste capítulo quanto os fatos empíricos analisados no capítulo III, nos levam à conclusão de que o que ocorre com as formas possessivas de 3ª pessoa é uma **especialização** - *seu* seria a forma lexical escolhida para funcionar como variável ligada; e *dele*, a forma escolhida para expressar correferência. Esta especialização não é apenas uma especialização "semântica", e muito menos uma mudança no sentido destas

---

<sup>32</sup> Sobre a inexistência de concordância de pessoa entre o sujeito e o núcleo de um sintagma nominal, ver Picallo (1994) e a discussão a seguir.

duas palavras. Ela determina comportamentos sintáticos diferentes e é, por isso, percebida sintaticamente.

Não sei quais seriam as causas para esta especialização, quando ela entrou em nossa língua ou se sempre esteve aí<sup>33</sup>. Também me parece que não há enfraquecimento do que Cerqueira chama de concordância de pessoa no sintagma nominal, pois uma relação abstrata de concordância de pessoa entre o pronome possessivo e o núcleo nominal nunca foi morfológica nem estruturalmente marcada no português brasileiro. Mais ainda, todos os outros pronomes possessivos do paradigma não parecem de forma alguma ameaçados de desaparecimento. E, em relação à retomada do traço de pessoa do antecedente da forma possessiva, não há qualquer enfraquecimento.

Picallo (1994) descreve o comportamento do pronome possessivo no catalão, aproximando-o do comportamento de *pro*, o pronome fonologicamente nulo. A presença do pronome possessivo nesta língua é sempre preferida quando existe um antecedente sentencial (exemplo (46) ou quando o antecedente do pronome é um quantificador (exemplo (47)), um genérico (exemplo (48)), um inanimado ou um coletivo. Existe, como se vê uma semelhança com o caso do português brasileiro<sup>34</sup>.

(46) a. L'Anna<sub>1</sub> diu que en Pere<sub>2</sub> telefona sovint a la  
seva<sub>1/2/1+2</sub>mare<sup>35</sup>  
(Ana diz que Pere telefona freqüentemente à sua  
mãe)

b. L'Anna<sub>1</sub> diu que en Pere<sub>2</sub> telefona sovint a la mare  
d'ella<sub>??1</sub>

---

<sup>33</sup> Há um dado de Silva (1984) sobre *ele* que talvez seja uma pista sobre a ocorrência desta especialização: no século XVIII, o uso de *dele* muda qualitativamente, de anafórico usado categoricamente para a retomada de sintagmas com o traço [-humano], passa a retomar sintagmas [+humano].

<sup>34</sup> Os exemplos (46), (47) e (48) correspondem aos exemplos (8), (15) e (22) de Picallo (1994).

<sup>35</sup> Este exemplo do catalão não é necessariamente um contra-exemplo à minha tese de que *seu* funciona como variável presa, pois o pronome em (46) encontra-se em uma estrutura típica de ocorrência de ligação de variáveis. A possibilidade de "split antecedent" é, no entanto, inesperada para minha hipótese.

d'ell???

d'ells??<sub>1+2</sub>

(Ana diz que Pere telefona freqüentemente à mãe dela/dele/deles)

- (47) a. El temor de tot acusat<sub>1</sub> al seu<sub>1</sub> fiscal  
(O temor de todo acusado a seu promotor)
- b. El temor de tot acusat<sub>1</sub> al fiscal d'ell<sub>1/2</sub>  
(O temor de todo acusado ao promotor dele)
- (48) a. El comportament de l'**os polar** en captivitat  
(O comportamento do urso polar em cativeiro)
- b. El **seu** comportament en captivitat  
(O seu comportamento em cativeiro)
- c. \*El comportament **d'ell**  
(O comportamento dele)

Não vou repetir aqui os detalhes da argumentação da autora, nem tentar recuperar a riqueza de seus exemplos, para isto remeto o leitor ao texto original. Apenas reproduzirei os pontos que considero relevantes para nosso estudo.

A autora explica a dificuldade do possessivo *seu* de funcionar como um dêitico e sua preferência por antecedentes a que poderíamos chamar de não-referenciais, pelo fato de que este pronome possui apenas o traço [+pessoa] - Picallo identifica o possessivo *seu* ao clítico *se*. A intuição é a de que um pronome com antecedente sentencial ou com antecedente não referencial não precisa ter conteúdo referencial e é preferido a um pronome marcado para traços referenciais como *e/le* por um princípio geral de economia que a autora materializa reformulando o "Avoid Pronoun Principle" (Chomsky, 1991, *apud* Picallo). As flexões de gênero e número do possessivo resultam então de um movimento a partir de sua posição temática original para a posição de

especificador da categoria funcional mais alta do "Determiner Phrase", no caso a de Número, para ser identificado por concordância.

Se Picallo está correta, pelo menos quanto ao conteúdo semântico do pronome possessivo e das categorias funcionais presentes em um DP, temos aí mais um argumento contra uma substituição de *seu* por *dele* causada pelo enfraquecimento do traço funcional [+pessoa] no "Determiner Phrase" - este traço seria inerente ao pronome possessivo. Se há enfraquecimento de algum traço do sintagma nominal no português do Brasil este seria mais provavelmente o traço de número.

### **Conclusão**

O capítulo defende a tese de que ocorre uma especialização nos usos das formas possessivas *seu* e *dele* no português brasileiro. *Seu* é a forma escolhida para funcionar como variável presa e *dele* é a forma escolhida para funcionar como forma para expressar uma relação semântica de correferência. Ambas as formas estão submetidas às coerções sintáticas decorrentes deste tipo de funcionamento.

A hipótese de que estaria ocorrendo um processo de substituição de uma forma por outra precisa ser pensada com mais cuidado, pois, um exame mais detalhado dos fatos mostra que há mais fatores envolvidos do que uma simples substituição de formas em variação livre.

## CAPÍTULO V

# A ESTRUTURA DO SINTAGMA NOMINAL COM ARGUMENTOS GENITIVOS

### Introdução

Neste capítulo pretendo realizar uma investigação principalmente empírica sobre a estrutura interna do constituinte nominal contendo argumentos nominais que, segundo critérios que serão logo a seguir expostos, se qualificam como argumentos genitivos. Essas construções estão relacionadas tanto sintática quanto semanticamente aos pronomes possessivos e precisam ser compreendidas para que o papel estrutural do pronome possessivo possa também ser compreendido.

### 1. O argumento genitivo de um sintagma nominal

O objetivo desta seção é o de fornecer uma caracterização dos constituintes aos quais chamarei de argumentos genitivos pós-nominais. O termo *genitivo* será usado de maneira bem mais restrita do que o é usualmente na literatura filológica e lingüística, consistindo basicamente neste trabalho em um termo funcional para recobrir um conjunto de 'funções argumentais' do sintagma nominal que se podem correlacionar por algumas propriedades sintáticas e semânticas, como a associação a determinados papéis temáticos (agente/experienciador, tema, possuidor) e a possibilidade de expressá-las pelos 'pronomes possessivos'<sup>1</sup>.

Num outro sentido, porém o uso do termo "genitivo" terá aqui a mesma abrangência que lhe dão os gerativistas: para a Teoria Gerativa, o caso genitivo é

---

<sup>1</sup> Este ponto me foi inspirado por uma discussão com C. Franchi,

um caso abstrato atribuído a certos argumentos de um núcleo nominal. A teoria gerativa estende a noção de caso a todas as línguas ao assumir que todos os sintagmas nominais devem possuir caso independentemente da realização ou não de uma marca morfológica no sintagma nominal (cf. Chomsky, 1986a, p. 187). O termo caso genitivo será usado aqui neste sentido amplo.

Não se trata pois de um caso morfológico, como é o caso em latim ou em finlandês. Nessas línguas o caso morfológico genitivo tem um emprego muito mais amplo, inclusive como complemento de verbos e adjetivos. Em latim, por exemplo, o genitivo se emprega como complemento do nome<sup>2</sup>: (i) como 'genitivo subjetivo' como em *fuga hostium* - a fuga dos inimigos; (ii) como 'genitivo objetivo' como em *desiderium patriae* - as saudades da pátria; (iii) expressando 'possuidor', como em *patris domus* - casa do pai; (iv) num papel de especificação (*virtutem continentiae non habet* - não possui a virtude do auto-domínio); (v) para indicar as relações de parte/todo/espécie/gênero (*poculum vini bibit* - bebeu um cálice de vinho, *est vir mei ordinis generisque romani* - este é um homem de minha categoria social e de descendência romana).

Num sentido ampliado, pois inclui todos os nomes, deverbais ou não, os equivalentes no português brasileiro aos três primeiros casos certamente serão estudados neste capítulo. Quanto aos outros usos do genitivo latino enumerados acima seria necessário um estudo mais aprofundado para determinar se eles se aproximam ou não da classe de argumentos nominais que vou caracterizar como genitivos.

Existem quatro critérios descritivos (parte deles sugerida por Milner, 1982, "Du génitif possessif comme sujet syntaxique") que permitem uma caracterização mais precisa do que vou chamar de argumento genitivo:

(i) a introdução por *de*;

(ii) a relativização por *cujo*;

---

<sup>2</sup> Os exemplos em latim foram retirados de J. Basselaar (1960).

(iii) a não aceitação de pronomes, com a exceção de *ele* e das "formas de tratamento" *você(s)* e *a gente*

(iv) a possibilidade de substituição por um pronome possessivo.

Os critérios (i) e (ii) estão ilustrados em (1)-(3) abaixo.

(1) o filho *do* vizinho é bonito

"O vizinho cujo filho é bonito"

(2) ah sobre o problema *da:: [dos métodos de ensino]* atualmente (NURC/SP-D2-62:423)

"Os métodos de ensino cujos problemas..."

(3) pouquinho *do ... do relacionamento ... da pessoa ...da apresentação [do indivíduo]* dentro de determinada organização ... (NURC/SP-D2-62:631)

"O indivíduo cuja apresentação..."

Vamos agora ao terceiro critério. Observe-se o Quadro 1, no qual o genitivo tem uma interpretação "possessiva". Neste paradigma incluí também os pronomes retos<sup>3</sup> e as "formas de tratamento" *você(s)* e *a gente*, para obter um quadro mais completo. Com algumas exceções que serão comentadas no decorrer do capítulo, o genitivo pós-nominal em qualquer uma de suas possíveis interpretações não aceita os pronomes tanto do caso reto, quanto do caso oblíquo, como exemplificado em (4)-(6). O genitivo pós-nominal não aceita também a forma reflexiva *de si* (\*televisão de si, \*artigo de si, \*retrato de si)<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Não considerarei o pronome *vós*

<sup>4</sup> Já *si mesmo* é perfeitamente aceitável como "tema". ( "Picasso pintou um belo retrato *de si mesmo*". Não tratarei aqui desta diferença.

Quadro 1		
A aceitação de pronomes pelo argumento genitivo.		
pronomes oblíquos		pronomes possessivos
*a televisão de mim	*a televisão de eu	minha televisão
*a televisão de ti	*a televisão de tu	tua televisão
	*a televisão de nós	nossa televisão
	a televisão dele(s)	sua televisão
	a televisão de você(s)	sua televisão
	a televisão da gente	

(4) \*[A televisão [de mim]] estragou

(5) \*[O artigo [de mim] sobre os genitivos] sairá no próximo número da revista DELTA

(6) \*[Esta apresentação [de mim] escrita por Carlos] ficou péssima

Aceita, no entanto, as chamadas formas de tratamento *você(s)* e *a gente* e o pronome *ele(s)*, como exemplificado em (7)-(9).

(7) Ontem a [televisão [da gente]] estragou e não pudemos ver a novela

(8) [O artigo [dele]] no Estadão estava ótimo

(9) [Esta foto [de vocês]] tirada por Carlos ficou péssima

A agramaticalidade de [de eu] e [de tu] poderia ser atribuída a uma razão independente: essas formas não se empregam com preposição em português. Esse argumento, entretanto, é insuficiente porque o pronome reto *ele* é permitido nos argumentos genitivos, talvez por sua origem histórica distinta. De qualquer modo, os fatos acima mostram que a impossibilidade de uso de formas do caso reto com preposições deve ser consequência de que essas formas são marcadas para caso nominativo e se contrapõem às formas, também marcadas para caso, dos pronomes oblíquos (*mim, ti, si*).

Temos então que a forma *de + pronome* é agramatical para os argumentos nominais a que estou chamando de genitivos, exceto para o pronome *ele* e para as "formas de tratamento" *você(s)* e *da gente*, provavelmente não marcadas para caso<sup>5</sup>. É importante notar que *de + pronome oblíquo* é perfeitamente aceitável em outros contextos como objeto de preposição (*falou de mim, lembrou de mim, depois de mim*), complemento de adjetivo (*orgulhoso de mim*) e partitivo (*metade de mim*). A diferença de comportamento entre estes casos e os que não aceitam *de+pronome*, mostra que se trata de objetos sintáticos distintos que não pertencem à classe que estou chamando de argumento genitivo de um sintagma nominal.

Esta generalização é reforçada pelos dados de Neves (1993), que, em seu levantamento, não encontra em todo o *corpus* mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado qualquer uma das seguintes formas possessivas: *de mim, de ti, de si* ou *de nós*. Por outro lado as formas *dele(s), da gente* e *de você(s)* são registradas. Citando a autora:

"Outra observação importante é que, embora teoricamente se espere que o pronome pessoal de qualquer uma das três pessoas entre nessa expressão da relação possessiva (*de + pronome pessoal*), não houve, em todo o *corpus* mínimo, nenhuma ocorrência dos pronomes pessoais

---

<sup>5</sup> Você tem um grau de aceitabilidade um pouco menor, como se pode notar em ?"Esta foto de você tirada por Carlos ficou péssima". Talvez esteja sendo reinterpretado como pronome marcado para caso nominativo.

de 1ª e 2ª pessoa, nesse tipo de construção. A 2ª pessoa aparece representada, sim, mas na forma de *pronome de tratamento*. A 1ª pessoa do plural, por sua vez, só aparece representada na forma do substantivo *gente* determinado pelo artigo. ... " (Neves, 1993, p.153).

Os genitivos pós-nominais de nomes deverbais - os "clássicos" genitivo objetivo e genitivo subjetivo - podem ser caracterizados pelos mesmos critérios. Para não sobrecarregar o leitor, vou apenas exemplificá-los em (10): introdução por *de* em (a), relativização por *cujo* em (b) e rejeição dos pronomes marcados para caso em (c).

- (10) a. a chegada *da* Xuxa  
b. Xuxa *cuja* chegada ...  
c. \* a chegada de mim

Em alguns casos, para a interpretação em que o genitivo assume o papel semântico de "tema", a agramaticalidade com o pronome oblíquo e com o reflexivo de terceira pessoa não é tão clara ou não ocorre, como mostram (11) e (12). Este fato talvez possa ser atribuído em certos casos ha uma oscilação entre a interpretação do *de* introdutor do argumento interno (o genitivo objetivo) enquanto marcador de caso ou enquanto preposição propriamente dita<sup>6</sup>. Não discutirei essa questão que sem dúvida merece maior atenção, mas que não altera o conteúdo principal da argumentação deste capítulo.

(11) ?Em 1953, Picasso pintou um belo retrato *de mim*

(12) ?Em 1953, Picasso pintou um belo retrato *de si*

---

<sup>6</sup> Para uma defesa da tese de que o *de* introdutor de genitivos 'tema' e 'agente' no sintagma nominal do francês é uma verdadeira preposição e não uma flexão de caso, ver Milner, 1982, seção 3, p. 81

Finalmente, os sintagmas nominais *a* que estou chamando de argumentos genitivos pós-nominais são definitivamente caracterizados pelo fato de que somente eles podem ser substituídos pelos pronomes possessivos. Esta condição está ilustrada em (13), (14), (15) e (16) abaixo. Em (13) ilustra-se a pronominalização por um pronome possessivo de um argumento genitivo; (14) mostra a impossibilidade de possessivização de um sintagma adverbial, aparentemente introduzido pela mesma preposição *de*. Já (15) e (16) mostram que apenas argumentos genitivos podem ser substituídos por um pronome possessivo, pois o argumento partitivo e o argumento introduzido pela preposição *a* não conseguem ser possessivizados.

- (13) a. Em que cinema se podem ver filmes [do famoso diretor brasileiro]?  
b. Em que cinema se podem ver seus filmes?

- (14) a. Em que cinema podemos ver filmes [de mais de 50 anos]?  
b. \*Em que cinema podemos ver seus filmes?

- (15) a. a restituição [de Maria] [à família]  
b. a sua restituição [à família]  
c. \*a sua restituição [de Maria]

- (16) a. o pedaço do bolo  
b. \*o seu pedaço

Neste ponto da discussão, uma distinção entre dois grupos de sintagmas *de+N* relacionados a núcleos nominais se faz necessária<sup>7</sup>:

(i) os que satisfazem exigências temáticas do núcleo, entre eles incluído o "possuidor" - argumentais num sentido a ser precisado na decorrência deste e do

---

<sup>7</sup> Esta distinção foi inspirada por uma discussão com C. Franchi..

próximo capítulo<sup>8</sup>. Em (17), (18) e (19) apresento exemplos de argumentos genitivos do *corpus* do Projeto NURC, respectivamente com os papéis temáticos de *possuidor*, *agente* e *tema*, seguidos de paráfrases que auxiliam a identificação destes papéis temáticos<sup>9</sup>.

(17) ... uma classe lógica se constrói com critérios sempre exteriores à própria classe lógica... se não... há uma espécie de... isto no Oriente há um símbolo clássico... a serpente que morde a própria cauda... ... então **a boca [da serpente]** vai comendo a própria cauda... (NURC/SP-EF 124:420)

"A serpente tem uma boca"

(18) é o caso... do:: ...do filme que eu indiquei da... tirado do **romance [de Marques Rebelo]**... (NURC/SP-D2 333:928)

"Marques Rebelo "fez" (escreveu) o livro

(19) você já está saltando sobre o aspecto lingüístico para chegar nas conseqüências não é?... mas... eles não têm idéia então ninguém se casa por exemplo ... porque não tem **idéia [do futuro]**? ... (NURC/SP-EF-124:23)

"Uma idéia representa o futuro"

(ii) os que simplesmente "qualificam", "especificam ou "modificam" o núcleo nominal e são não-argumentais, isto é, são adjuntos, como nos exemplos (20) e

---

<sup>8</sup> Um predicador - um verbo ou um nome - pode ser "modificado" por argumentos e por adjuntos. Tratam-se de modificações de tipos distintos. Argumentos se caracterizam por completarem "slots" (espaços) de um predicador e, conseqüentemente, não são recursivos. Se pensarmos o predicador como denotando um conjunto, o conjunto delimitado pelo constituinte [predicador+argumento] (no caso discutido [N+argumento genitivo]) é um conjunto de outro tipo, distinto do conjunto denotado pelo constituinte [predicador+adjunto] que seria um conjunto intersecção do conjunto denotado por N e do conjunto denotado pelo adjunto. Por outro lado, a postulação de argumentos de um núcleo nominal nos obriga a deixar de lado a noção de que uma posição argumental deve ser obrigatoriamente preenchida, pois os argumentos de N - a não ser no caso de alguns deverbais - são geralmente opcionais.

<sup>9</sup> Neste ponto da argumentação gostaria de fazer notar que os termos "agente" e "tema" estão sendo usados de maneira intuitiva para expressar os diferentes papéis temáticos atribuídos aos argumentos de um nome.

(21). É fácil verificar que não se trata aqui de argumentos genitivos, apesar de sua forma semelhante. A paráfrase com *cujó* não é possível ou, no mínimo, não preserva o significado (observe-se o comportamento de (20) (a) e (21) (a)) e as substituições pelo pronome *e/e* ou pelo pronome possessivo também são impossíveis, pois não preservam o significado do sintagma (observem-se agora (20) (b) e (c) e (21) (b) e (c)).

(20) através do **radio [de pilha]**... ele pode se ligar ao resto do mundo saber que existem outros lugares... (NURC/SP-D2 255:715)

- a. \*através do rádio *cuja* pilha...
- b. \*através do rádio *dela*...
- c. \*através do *seu* rádio...

(21) ... como é possível passar-se de um universo lingüístico a outro?... compreendem?... eu falo... **uma língua [de derivação indo-européia]** (NURC/SP-EF 124:352)

- a. ... \*(a) derivação indo-européia *cuja* língua
- b. ... \*(a) língua *dela*
- c. ... \*(a) *sua* língua

Neste capítulo, não tratarei, portanto, dos sintagmas adjuntos de um núcleo nominal que possuem, pelo menos aparentemente, a mesma forma *de+N*, mas apenas do que estou chamando de *argumentos genitivos de um nome*. A caracterização desses constituintes nominais, tornar-se-á mais precisa no decorrer do capítulo. Não tratarei também de todos os outros usos da preposição *de* em português, nem discutirei se estes outros usos deveriam ou não ser considerados "genitivos".

## 2. As interpretações dos argumentos genitivos

Podemos pensar o caso genitivo, enquanto atribuído a argumentos de um núcleo nominal, como uma maneira de expressar a relação núcleo-argumento. Descritivamente, um argumento genitivo de um nome não deverbai possui três interpretações principais: *agente*, *tema* e *possuidor* e um argumento genitivo de um nome deverbai tem sua interpretação paralela à do sujeito e à do objeto da oração correspondente (mais comumente, será pois interpretado como *agente*, *experienciador* ou *tema*).

As interpretações de um argumento genitivo de um nome não deverbai podem ser intuitivamente percebidas através dos "testes" propostos por Milner (1982, p. 69) para o francês e exemplificados em (22) - (24): (i) a existência de sentença correspondente com o verbo *ter* para o genitivo possuidor, na qual o argumento genitivo ocupa a posição de sujeito; (ii) a existência de sentença correspondente com o verbo *fazer* para o genitivo agente, onde esse genitivo ocupa a posição de sujeito; (iii) a existência de sentença correspondente com o verbo *representar* para o genitivo tema<sup>10</sup>.

(22) o cortador de grama [do vizinho]  
"O vizinho tem um cortador de grama"

(23) o artigo [daquele autor]  
"Aquele autor fez um artigo"

(24) a imagem [de um santo]  
"A imagem representa um santo"

---

<sup>10</sup> Existe uma discussão na literatura sobre se nomes concretos podem possuir ou não uma estrutura argumental - ver, por exemplo, Napoli (1989) seção 2.3 e as referências aí citadas. Vou assumir, sem discussão, que não existe nenhuma restrição *a priori* que determine tipos de nomes que podem tomar argumentos e que a estrutura argumental de um nome depende de seu significado lexical. Vou assumir também que o "possessivo" é também um argumento do nome, apesar de não ser "subcategorizado" por este. Julgo que este ponto de partida será justificado ao longo deste e do próximo capítulo.

Os "testes" de Milner não se aplicam aos genitivos de nome deverbais classicamente chamados de genitivo subjetivo e de genitivo objetivo e mesmo para os genitivos de nomes não deverbais, esses testes não devem ser tomados como testes conclusivos, mas apenas indicativos, pois seu funcionamento não é claro em muitos casos. Por um lado, o 'teste' para o genitivo possuidor é muito inclusivo. O verbo *ter*, em português, se estendeu para inúmeros outros empregos e não serve para testar a determinação de papéis possuidor/possuído<sup>11</sup>. O sintagma nominal *o professor de artes marciais* na ocorrência em (25), por exemplo, aceita uma paráfrase com *ter*, apesar de não se tratar de um argumento possuidor, mas sim, provavelmente, de um *tema*, como mostra a possibilidade de acrescentar mais um argumento possuidor a este sintagma (*o professor de artes marciais do colégio*). Já a ocorrência em (26) ilustra o fato de que, mesmo quando temos um sintagma claramente argumental, às vezes este não possui uma paráfrase clara entre os testes sugeridos por Milner (1982).

(25) O professor de artes marciais do colégio é agressivo/  
?(as) artes marciais têm um professor agressivo<sup>12</sup>

(26) vocês devem estar lembrados do sucesso... que  
fo/do::daquele menino...como é que ele chama? do **autor**  
[de Ponteio]?(NURC/SP-D2 333:565)/ ??Ponteio representa  
o autor<sup>13</sup>

Por outro lado, "...o verbo *representar*, ao contrário, é excessivamente restritivo, embora sejam raros os sintagmas nominais com núcleo nominal não deverbais que possuam um complemento 'tema' " (C. Franchi, *com. pessoa*). A ocorrência em (27), na qual *Orfeu do Carnaval* parece ser claramente um argumento tema de *lenda*, mostra que a paráfrase com *representar* é duvidosa. O mesmo fato também está ilustrado em (26). Todo problema parece ser que ao

<sup>11</sup> Estas observações inspiram-se em Franchi, C., E.V. Negrão e E. Viotti (1995).

<sup>12</sup> Exemplo de C. Franchi.

<sup>13</sup> O autor fez *Ponteio* seria uma boa paráfrase, mas não serve para explicitar o papel semântico do genitivo [de Ponteio], que certamente não é um agente. O teste de Milner para o genitivo agente consiste em transformar esse genitivo em sujeito do verbo fazer. O nome *autor* na paráfrase acima não é um genitivo, mas sim o núcleo nominal.

abstrair as características semânticas dos substantivos para dar lugar a apenas três relações gerais expressas por *ter*, *fazer* e *representar*, se perdem informações demais (R. Ilari, *com. pessoa*).

(27) ... que foi o autor do roteiro... e que engendrou **aquela idéia tão linda [do Orfeu do Carnaval]**... (NURC/SP-D2 333:741)/?a idéia representa o Orfeu do Carnaval

Nos casos em que *de + constituinte nominal* é um adjunto como em (20) e (21), os "testes" falham, o que é esperado, pois nestes casos não temos um argumento genitivo. O sintagma *de derivação indo-européia* em (21), que repito abaixo, não tem nenhuma paráfrase aceitável entre as sugeridas pelo autor.

(21) ... como é possível passar-se de um universo lingüístico a outro?... compreendem?... eu falo... **uma língua [de derivação indo-européia]** (NURC/SP-EF 124:352)

- a. \*(a) derivação indo-européia tem uma língua
- b. \*uma língua representa (a) derivação indo-européia
- c. \*(a) derivação indo-européia faz uma língua

Por outro lado, uma comprovação de que se trata de interpretações distintas vem do fato de que nenhuma dessas interpretações pode se realizar mais de uma vez dentro de um mesmo sintagma nominal, como ilustrado em (28), onde todos os sintagmas são agramaticais se aos dois genitivos dependentes do mesmo núcleo é atribuída a mesma interpretação. Outra evidência vem da coordenação que só é possível para genitivos do mesmo tipo, como se pode ver em (29). Os sintagmas (c) e (d) são agramaticais porque coordenam argumentos genitivos de tipos diferentes<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Sintagmas do tipo *os parques d[da Cidade [do Porto]]* ou *o filho [do vizinho [da tia [do José]]]*, por serem casos de encaixamento recursivo, não são contra-exemplos para o fato de que o mesmo nome-núcleo não admite mais de um argumento genitivo de um mesmo tipo.

- (28) a. \*o filho [POSSda vizinha] [POSSde Maria]  
 b. \*o livro [AGENTEde Drummond] [AGENTEdo autor mineiro]  
 c. \*a imagem [TEMAde um homem] [TEMAde Santo Antônio]
- (29) a. o livro[POSSda vizinha] e [POSSde Maria]  
 b. o estudo [TEMA de psicologia] e [TEMA de lingüística]  
 c. \*a foto [TEMAde Luiza Brunet] e [POSSdo colecionador]  
 d. \*a demonstração[TEMAdo teorema] e [AGENTEda Maria]

Os genitivos dependentes dos nomes deverbais<sup>15</sup> possuem, como já dissemos, uma interpretação paralela à interpretação do sujeito e do objeto do verbo correspondente. As três características definitórias levantadas por Milner (*op. cit.*) para os genitivos dependentes de nomes aos deverbais são: (i) relação morfológica com um verbo, por exemplo: *crescimento/crescer*, *apresentação/apresentar*; (ii) correlação funcional com esse verbo, ou seja, a relação do nome com seus genitivos é paralela à relação sintática estabelecida pelo verbo correspondente com seus argumentos e (iii) interpretação paralela à da sentença correspondente, quando esta se refere a processos e/ou a eventos. Essas características estão ilustradas em (30) - (33), onde os argumentos da sentença correspondente são sintaticamente e tematicamente paralelos aos argumentos do nome<sup>16</sup>.

---

Alguns casos raros como *o filho da Maria do vizinho* (o filho da Maria com o vizinho, exemplo de R. Ilari) parecem violar a impossibilidade de ocorrência de dois genitivos idênticos. No entanto, nestes casos de posse inalienável parece que um dos argumentos é analisado como tema (argumento interno) e o outro como possessivo (ver Vergnaud & Zubizarreta, 1992, para uma análise da posse inalienável enquanto argumento interno de N).

<sup>15</sup> É importante notar que as nominalizações são um tipo de emprego de certos substantivos, mais que uma classe lexical, pois uma interpretação estativa é muitas vezes possível, como exemplifica a ambigüidade entre uma interpretação de processo e uma interpretação estativa do sintagma "a análise do poema". O assunto é bem mais complexo do que pode parecer por esta breve exposição. Para maiores detalhes ver, entre outros, Vendler [1967], cap. 1 e Grimshaw (1990), cap. 3.

<sup>16</sup> Os termos "argumento interno" e "argumento externo", por outro lado, expressam os argumentos subcategorizados por um nome-núcleo e correspondem às noções de sujeito e complemento do núcleo verbal correspondente. Já o termo argumento "possessivo" é utilizado para expressar o

(30) ... aí a coisa complica um pouco porque ... **a minha visão [do problema de comércio]**<sub>ARGUM. INTERNO</sub> é uma visão assim... que eu acho que não ... não é muito... ortodoxa (NURC/SP-D2 255:1286)

"Eu vejo [o problema do comércio]<sub>ARGUM. INTERNO</sub> como..."

(31) ... e numa linha realmente de **crescimento [do homem]**

<sub>ARGUM. EXTERNO</sub> (NURC/SP-D2-255:728)

"[O homem]<sub>ARGUM. EXTERNO</sub> cresce ..."

(32) ... porque realmente houve assim uma:: ... **uma fuga [do engenheiro]**<sub>ARGUMENTO EXTERNO</sub> da área de produção... dos laboratórios de experiências para... (NURC/SP- D2 )

"[O engenheiro] fugiu da área de produção"

(33) ... bom pode ser que suponhamos que chega no dia 30 ele está a zero ... e **o pagamento [dele]**<sub>ARGUMENTO INTERNO</sub> se atrase... certo? (NURC/SP- EF 338)

"Alguém paga [ele]<sub>ARGUMENTO INTERNO</sub>"

Este paralelismo entre o comportamento do sintagma nominal com núcleo deverbal e a sentença correspondente torna possível a negação do sintagma nominal, como exemplificado pelo sintagma em (34) (a) e (b).

(34) a. **a observância [do regulamento]** pelos funcionários

(exemplo de Milner, *op. cit.*, p. 124)

b. a não-observância do regulamento pelos funcionários

---

argumento que não é subcategorizado pelo núcleo e que tem com o núcleo nominal uma relação temática vaga que cobre o mesmo campo semântico que o verbo *ter* em português.

### 3. A preposição *de* introdutora dos argumentos genitivos nominais como uma preposição "dummy"

Coerentemente com aquilo que expus nas seções anteriores, vou admitir que a "preposição" *de* que precede os sintagmas que caracterizei como argumentos genitivos de um nome é uma preposição "dummy" ou uma simples flexão de caso. Como consequência dessa análise os sintagmas formados por *de*+SN não serão considerados sintagmas preposicionais, mas sim sintagmas nominais. Este enfoque é bastante difundido na literatura gerativista.

"El enfoque más extendido y aceptado sobre la naturaleza sintáctica de los genitivos subjetivos y objetivos de los SNN (...) sostiene la idea de que estos argumentos de N proyectan - al igual que cuando se sitúan en otras proyecciones - un constituyente SN. La preposición *de* que los inicia, entonces, es una preposición espúrea, como tantas otras del español y de otras lenguas (...), que se inserta en algún momento de la derivación para hacer "visible" - esto es, asignar caso - a un SN que de otro modo no lo tendría (Chomsky, 1981), ya que su réctor léxico no tiene capacidad para asignarlo (Chomsky, 1986a), al menos no para asignar caso estructural (Chomsky, 1986a)." (Demonte, 1987, p. 271-272)<sup>17</sup>.

A tese de que o *de* genitivo é uma preposição "dummy" é exaustivamente fundamentada por Giorgi (Giorgi & Longobardi, 1991, cap. 1) para o italiano. A tese se apoia principalmente no comportamento dos argumentos genitivos em relação a Teoria da Ligação de Chomsky, 1981 e 1986a. Como já vimos no capítulo II, os princípios da teoria são definidos em termos da existência

---

<sup>17</sup> Na tradição gerativista N é usualmente analisado como incapaz de atribuir caso, mas capaz de atribuir papel temático.

ou não de c-comando<sup>18</sup> entre o antecedente e a *anáfora*, *pronome* ou *expressão-r*. A autora examina apenas relações anafóricas internas a um mesmo sintagma nominal, como as dos exemplos (35), (36) e (37) que serão discutidos a seguir.

- (35) a. a descrição [<sub>TEMA</sub>de si mesmo<sub>1</sub>] [<sub>AGENTE</sub>de Carlos<sub>1</sub>]  
(exemplo de Giorgi & Longobardi (*op. cit.*, p. 26)  
b. \*a descrição [<sub>TEMA</sub>dele<sub>1</sub>] [<sub>AGENTE</sub>de Carlos<sub>1</sub>]

(36) a descrição [<sub>AGENTE</sub>de Carlos<sub>1</sub>] [<sub>TEMA</sub>da sua<sub>1</sub> mulher]

(37) o retrato [<sub>TEMA</sub>de si mesmo<sub>1</sub>] [<sub>POSS</sub>do colecionador]<sub>1</sub>

Giorgi assume também a existência de uma hierarquia canônica entre os argumentos genitivos de um nome: núcleo > argumento interno > argumento externo > argumento possuidor (ver estrutura (38) na seção 4), ou, expressa em papéis temáticos: tema>agente/experienciador>possuidor. As outras ordens possíveis, como a ordem linear "núcleo - agente - tema" que ocorre em (36), seriam resultado de algum tipo de movimento<sup>19</sup>. Esta hierarquia tem como inspiração a Hipótese da Correspondência Temática, proposta pela autora. Esta hipótese afirma que:

"... Verbs and corresponding Nouns define the same  $\theta$ -role from their grid as the external one. Moreover, such an external  $\theta$ -role is the one assigned outside N', in NPs, or outside VP (or perhaps V' if subjects are always generated in VP, ...) in clauses; the other  $\theta$ -role will be assigned internally,

---

<sup>18</sup> Lembrar que a definição de c-comando utilizada neste trabalho é a seguinte: "Um nóculo A **c-comanda** um nóculo B se e somente se o primeiro nóculo ramificado C que domina A também domina B".

<sup>19</sup> Este capítulo traz a seguir vários argumentos empíricos a favor de ser válida para o português do Brasil a hierarquia assumida por Giorgi.

within N' and VP (V') respectively." (Giorgi & Longobardi, 1991, p.29-30)<sup>20</sup>

A autora mostra que os domínios de ligação para os sintagmas genitivos são determinados como se *de* não fosse o núcleo desse sintagma. Em (35)(a), por exemplo, a anáfora *si mesmo* toma *Carlos* como seu antecedente, o que implica que o princípio A da teoria da ligação está sendo respeitado: o antecedente *Carlos* deve c-comandar a anáfora *si mesmo* e, portanto, a "preposição" *de* não pode ser o núcleo do sintagma *de Carlos*. A gramaticalidade da ligação anafórica entre *Carlos* e *si mesmo* também mostra que ambos pertencem ao menor Complexo Funcional Completo que contém a anáfora e seu antecedente, o sintagma *a descrição [de Carlos] [de si mesmo]*, o qual é formado pelo núcleo *descrição*, o complemento *si mesmo* e o sujeito *Carlos*, pois uma anáfora tem de estar ligada dentro do menor Complexo Funcional Completo que contém um antecedente potencial para essa anáfora.

Por outro lado, (35) (b) é agramatical com o pronome *ele* coindexado a *Carlos*. Podemos concluir então que *Carlos* e *ele* encontram-se, como já se podia prever, ligados dentro do menor Complexo Funcional Completo contendo *ele*, no caso o sintagma nominal *a descrição [dele] [de Carlos]*. Ocorre então uma violação do princípio B, pois o pronome não está livre no menor Complexo Funcional Completo que o contém. Temos aí mais uma evidência de c-comando entre *Carlos* e *ele*, mostrando que *de* não funciona como núcleo de sintagma.

A gramaticalidade de (36) mostra novamente que a preposição *de* não interfere na possibilidade de c-comando entre *Carlos* e *seu*. Devemos lembrar aqui a conclusão do capítulo IV de que *seu* exige c-comando de seu antecedente. Já (37) ilustra mais uma vez o fato de que a preposição *de* não interfere na possibilidade de existência de c-comando entre *o colecionador* e a anáfora *si mesmo* e que ambos os argumentos estão dentro do mesmo Complexo Funcional Completo, obedecendo ao princípio A.

---

<sup>20</sup> Papel  $\theta$ : papel temático; N: nome; SN: sintagma nominal; V: verbo; SV: sintagma verbal.

É claro que toda esta argumentação só funciona se assumirmos a importância da existência de c-comando para o estabelecimento de relações anafóricas e também se assumirmos a existência de uma hierarquia canônica para os argumentos genitivos. Outras propostas para a teoria da ligação dentro da Gramática Gerativa (ver por exemplo, Lebeaux, 1984-1985 e Reinhart & Reuland, 1993) abandonam a centralidade da relação de c-comando para o estabelecimento de relações anafóricas e propõem maneiras alternativas para explicar os fenômenos descritos pelos princípios A, B e C. No entanto, como em nosso caso os exemplos relevantes são todos entre argumentos de um mesmo predicado (o nome-núcleo), a necessidade de c-comando entre o antecedente e o elemento anafórico continua operando, mesmo que assimilada em outras formas alternativas de explicação. Já a existência de uma hierarquia canônica entre os três tipos de argumentos genitivos no português do Brasil será exaustivamente fundamentada no decorrer deste capítulo.

A proposta de Reinhart & Reuland (1993) exige uma reformulação da descrição destes fatos, pois como os argumentos "tema" e "agente" em (35) e os argumentos "tema" e "possuidor" em (37) são argumentos de um mesmo predicado (os nomes *descrição* e *retrato*), eles caem sob o escopo da condição A porque formam um predicado sintático - a condição A exige que um predicado reflexivamente marcado seja um predicado reflexivo. Isto significa que, uma vez que um dos argumentos é uma anáfora reflexiva (em nosso caso, *si mesmo*), esta deve estar obrigatoriamente coindexada a um outro argumento do mesmo predicado. Nosso *si mesmo*, portanto, seria uma anáfora SELF que forma uma cadeia com seu antecedente. A existência de c-comando entre a posição de *agente* e a de *tema*, no exemplo (35) é dada então pelo fato de que o *agente* é necessariamente a cabeça da cadeia (*Carlos* é o elemento ao mesmo tempo [+referencial] e marcado para caso) formada pelo antecedente e a anáfora e pelo fato de que tem de haver c-comando entre os diferentes elos de uma cadeia<sup>21</sup>. O mesmo se dá entre o *possuidor* e o *tema*.

Os autores levantam também a possibilidade de sintagmas nominais não formarem predicados sintáticos (Reinhart & Reuland, 1995). Sob esta hipótese, nossos exemplos (35) e (37) estariam submetidos apenas à condição B,

---

<sup>21</sup> Ver capítulo II, seção 5 para uma síntese da proposta de Reinhart & Reuland (1993).

que exige que predicados semanticamente reflexivos sejam reflexivamente-marcados, no caso, através do uso de uma anáfora SELF. De qualquer modo, teríamos aqui também uma cadeia formada entre os dois argumentos genitivos dos nomes-núcleos.

No caso do exemplo (36), *Carlos* e *seu* não são argumentos de um mesmo predicado e não estão, portanto, sob o escopo das condições A e B como reformuladas por Reinhart & Reuland. No entanto, se considerarmos *seu* como [-referencial] e [-reflexivo], temos que este forma uma cadeia com *seu* antecedente e que, portanto, existe uma relação de c-comando entre *Carlos* e *sua*.

Outros argumentos a favor da análise do *de* genitivo como uma preposição "dummy" ou como um mero marcador de caso são levantados por Milner (1982)<sup>22</sup>. O autor chama a atenção para o fato de que *de* tem emprego partitivo, distinto das outras preposições, como em *muitos de nós* e em *um quilo de sal*. E mais, *de* não possui paráfrase por qualquer locução preposicional, não possui qualquer conteúdo lexical e, por outro lado, *de* faz parte de quase todas as locuções preposicionais (*embaixo de, depois de, a respeito de, ...*).

#### 4. A estruturação hierárquica dos argumentos genitivos de um nome

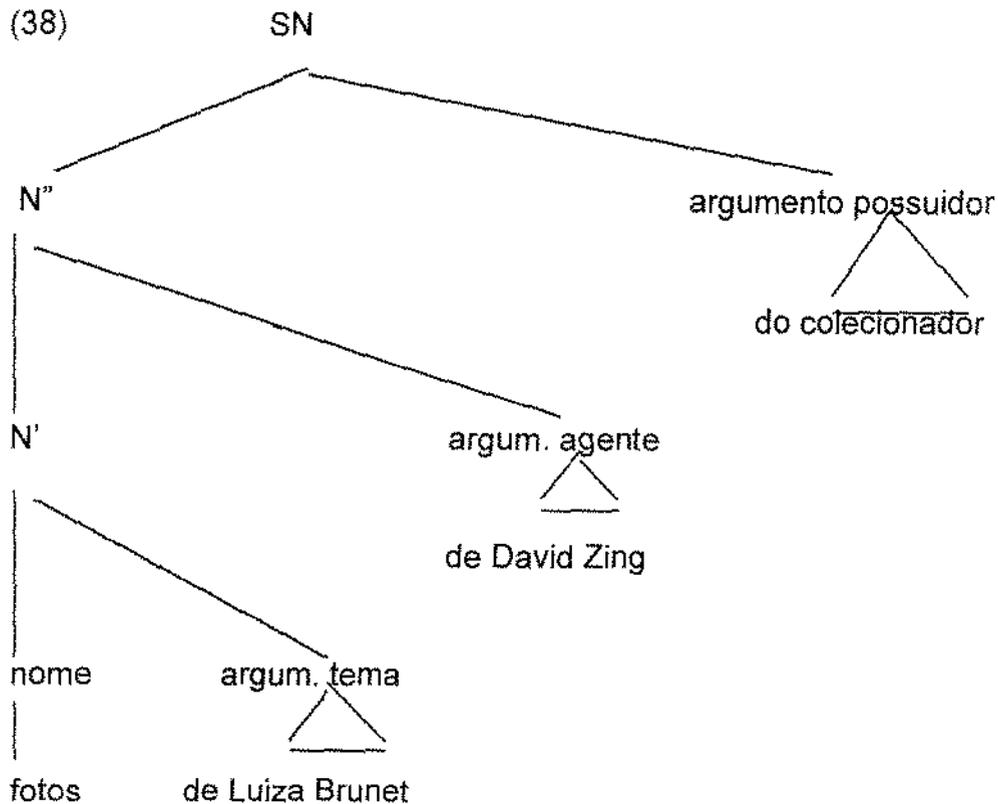
Passemos agora ao comportamento sintático e semântico dos genitivos pós-nominais. Esse comportamento evidencia uma estrutura hierarquizada em três níveis para o sintagma nominal, com o argumento possuidor ocupando a posição mais alta, o argumento externo (usualmente, o "agente") a posição intermediária e o argumento interno (usualmente, o "tema"), a posição de irmão do núcleo nominal. Esta estrutura está esquematizada em (38) abaixo e exemplificada pelo sintagma *fotos de Luiza Brunet de David Zing do colecionador*. Nela se desconsidera a posição dos outros constituintes possíveis do sintagma nominal<sup>23</sup>. Como consequência desta análise, a ocorrência de outras ordens na estrutura superficial de um sintagma nominal com argumentos genitivos será

---

<sup>22</sup> Apoiado, segundo o autor, em tese exposta oralmente por Benveniste em um de seus cursos no Collège de France.

<sup>23</sup> A estrutura em (38) pretende apenas ilustrar a hierarquização dos argumentos nominais. Não pretende discutir a estrutura do sintagma de determinante ("determiner phrase").

analisada como resultado de movimentos de algum tipo a partir desta estrutura profunda.



Uma das evidências da existência da hierarquia em (38) é o comportamento dos diferentes genitivos em relação à teoria da ligação. O exemplo (35) (a), repetido abaixo em (39), mostra que o antecedente da anáfora *si mesmo* recebe a interpretação de agente, com o qual ocupa, como consequência da existência de c-comando, a posição mais externa. O mesmo fato está ilustrado no exemplo (40). Considerando que o pronome possuidor de terceira pessoa *seu* necessita de um antecedente que o c-comande<sup>24</sup>, temos que, em (41), apenas a interpretação (a) é possível para os argumentos do nome *descrição*, evidenciando posição hierárquica mais alta. E no exemplo (42) o

<sup>24</sup> Ver capítulo IV sobre esta questão.

argumento possuidor tem de estar estruturalmente mais alto do que os argumentos tema ou agente para que o sintagma seja gramatical<sup>25</sup>.

(39) a descrição [TEMAde si mesmo]<sub>1</sub> [AGENTEdo Carlos]<sub>1</sub>

(40) os desenhos [AGENTEde Flávio de Carvalho]<sub>1</sub> [TEMA de si mesmo]<sub>1</sub><sup>26</sup>

(41) a. a descrição [AGENTEdo porteiro]<sub>1</sub> [TEMAda sua<sub>1</sub> mulher]

b. \*a descrição [TEMAdo porteiro]<sub>1</sub> [AGENTEda sua<sub>1</sub> mulher]

(42) a. as fotos [TEMA/AGENTEde si mesmo]<sub>1</sub> [POSSUIDOR do colecionador]<sub>1</sub>

b. \*as fotos [POSS de si mesmo]<sub>1</sub> [TEMA/AGENTEdo colecionador]<sub>1</sub><sup>27</sup>

Outros fenômenos que exigem c-comando, como a vinculação entre variáveis sob o escopo de um mesmo quantificador e a identidade "sloppy", confirmam a existência da hierarquia estrutural *argumento possuidor*>*argumento externo*>*argumento interno* entre os genitivos.

Em (43) e (44) (a) e (b) o quantificador ocupa sempre uma posição mais externa, mais alta do que *si mesmo* ou *seu*, pois um quantificador necessariamente c-comanda as variáveis a ele presas.

<sup>25</sup> Os exemplos mais claros são com a anáfora *si mesmo*. A agramaticalidade de exemplos como (41)(b) e (42)(b) é contestada por alguns falantes. Isto pode se dever ao fato de que o pronome *seu* não é uma anáfora estrita e pode buscar seu antecedente fora do menor Complexo Funcional Completo. O antecedente de *seu*, nos casos em que o falante aceita os sintagmas em (b) como gramaticais, estaria sendo recuperado fora do menor Complexo Funcional Completo.

<sup>26</sup> Exemplo de Rodolfo Ilari, *comunicação pessoal*.

<sup>27</sup> Não é claro para mim se a interpretação [AGENTE]<sub>1</sub> [POSS]<sub>1</sub> é possível.

- (43) a. a descrição [AGENTE de cada aluno]<sub>1</sub> [TEMA de si mesmo]<sub>1</sub>  
 b. a descrição [AGENTE de cada aluno]<sub>1</sub> [TEMA de seu<sub>1</sub> professor]
- (44) a. o retrato [TEMA de si mesmo]<sub>1</sub> [POSSUIDOR de cada colecionador]<sub>1</sub>  
 b. o retrato [TEMA de seu<sub>1</sub> modelo favorito] [POSSUIDOR de cada colecionador]<sub>1</sub>

Em (45) (a) a possibilidade da leitura “sloppy” mostra que o argumento externo (o agente) c-comanda o argumento interno (o tema), (45) (b) mostra que somente a leitura “sloppy” é possível, ou seja, *seu* não funciona como um pronome dêitico. A existência de c-comando e, portanto, de uma hierarquia entre o genitivo possuidor e o genitivo tema é ilustrada com a leitura “sloppy” de (46).

- (45) a. Eu te mostrei o retrato [AGENTE de Picasso]<sub>1</sub> [TEMA do seu<sub>1</sub> professor], não o [AGENTE de Magritte]<sub>2</sub> (de seu<sub>2</sub> professor)  
 b. \* Eu te mostrei o retrato [AGENTE de Picasso]<sub>1</sub> [TEMA do seu<sub>1</sub> professor], não o [AGENTE de Magritte]<sub>2</sub> (de seu<sub>1</sub> professor)
- (46) Foi arrematada no leilão a foto [TEMA de si mesmo]<sub>1</sub> [POSSUIDOR do colecionador]<sub>1</sub>, mas não a [do artista]<sub>2</sub> (de si mesmo)<sub>2</sub>

A presença de um genitivo mais alto na estrutura bloqueia o acesso da negação aos outros genitivos. A presença do argumento externo em (47) torna o sintagma nominal inacessível à ação da negação. Em (48) (b), o que eu não vi, foram apenas as fotos das capitais feitas por aquele fotógrafo, e não nenhuma foto de qualquer capital. Em (48) (a) e (b) ilustra-se o mesmo fenômeno entre os

genitivos possuidor e o tema: a presença do genitivo possuidor torna o sintagma nominal inacessível à negação<sup>28</sup>.

- (47) a. Eu não vi as fotos [TEMA de qualquer capital do Brasil]  
b. Eu não vi as fotos [TEMA de qualquer capital do Brasil] [AGENTE daquele fotógrafo famoso]

- (48) a. Eu não vi as fotos [AGENTE de qualquer fotógrafo antigo]  
b. Eu não vi as fotos [AGENTE de qualquer fotógrafo antigo] [POSSUIDOR daquele colecionador]

Apesar de os julgamentos de gramaticalidade em português sobre as seqüências de dois ou mais genitivos variarem e de que essas seqüências são bastante raras, as combinações entre os diferentes genitivos nos fornecem mais dados empíricos sobre a estrutura de um sintagma nominal genitivizado. Em (49) apresento uma ocorrência do *corpus* do Projeto NURC que mostra a possibilidade de co-ocorrência de pelo menos dois genitivos pós-nominais. (50) ilustra a hierarquia entre os genitivos mostrando-nos que o genitivo possuidor se ordena obrigatoriamente no final e que, no entanto, a ordem superficial entre *agente* e *tema* parece ser livre<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> Casos como (i) e (ii), onde a negação afeta apenas um ou outro dos sintagmas genitivos não são contra-exemplos para minha argumentação, pois neste caso não temos dois argumentos de um mesmo núcleo nominal mas sim um argumento contido dentro de outro argumento e, portanto, argumentos de núcleos diferentes, como mostra representação entre chaves.

(i) Eu não vi a reportagem [da vitória [do Senna]], vi a reportagem da [sua morte]

(ii) Eu não vi a reportagem [da vitória [do Senna]], vi a reportagem [da vitória [do Damon Hill]]  
(exemplos de Rodolfo Ilari, *comunicação pessoal*)

<sup>29</sup> Casos como (I) e (ii) (exemplos de R. Ilari, *com. pess.*) parecem violar a regra de que o argumento possessivo deve sempre ocupar a posição mais externa. Não sei exatamente o que está em jogo, talvez [da Biblioteca Nacional] e [do MASP] sejam adjuntos locativos e não argumentos genitivos. Veja em (I') e (ii') que os mesmos sintagmas tornam-se agramaticais quando substituídos por um possuidor humano.

(I) o manuscrito [da Biblioteca Nacional] [do Cancioneiro Português Medieval]

(I') \*o manuscrito [do colecionador] [do Cancioneiro Português Medieval]

(ii) os quadros [do Masp] [de Di Cavalcanti]

(ii') \*os quadros [do colecionador] [de Di Cavalcanti]

(49) a interpretação [AGENTE de la] [TEMA de Ponteio] (NURC/SP-D2-333)

(50) a foto	[de teu filho]	[de meu irmão]
	agente	possuidor
	tema	possuidor
	*possuidor	agente
	*possuidor	tema
	tema	agente
	agente	tema

Os movimentos de um argumento genitivo para fora de seu sintagma nominal apresentam evidência adicional para a existência da hierarquia estrutural. Este comportamento está ilustrado em (51), (52) e (53) em relação às clivadas. As sentenças (51) (a) e (b) e (52) (a) e (b) mostram a possibilidade de clivagem dos genitivos tema, agente e a sentença (53) a possibilidade de clivagem do genitivo possuidor. As sentenças correspondentes em (51)-(52) (a') e (b'), mostram que a clivagem dos mesmos genitivos agente ou tema se torna impossível quando da presença de outro genitivo que ocupa posição mais alta na estrutura.

- (51) a. Meu primo viu as fotos [da Luiza Brunet] na Playboy  
 b. Foi [da Luiza Brunet] que meu primo viu as fotos<sup>30</sup>

a'. Meu primo viu as fotos [da Luiza Brunet] [de David Zing]

<sup>30</sup> A aceitabilidade de (51) e (52) (b) varia entre os falantes. No entanto, suas correspondentes em (b') tem um grau de aceitabilidade bastante menor.

b'. \*Foi [da Luiza Brunet ] que meu primo viu as fotos  
[de David Zing]

- (52) a. Maria leu um manuscrito [de Newton]  
b. Foi [de Newton] que Maria leu um manuscrito

a'. Maria leu um manuscrito [de Newton]  
[do colecionador]  
b'. \*Foi [de Newton] que Maria leu um manuscrito  
[do colecionador]

- (53) a. Você viu o carro novo [da Maria] lá fora  
b. Foi [da Maria] que você viu o carro novo lá fora

As sentenças (54)-(56), mostram o comportamento dos genitivos em relação ao movimento-QU. As sentenças (a) e (b) ilustram a possibilidade de interrogar os três tipos de genitivos e as sentenças correspondentes em (a') e (b'), mostram que a interrogação já não é mais possível quando da presença de um genitivo em posição mais externa.

- (54) a. Carlos viu uma foto de Luiza Brunet na Folha  
b. [De quem] você viu uma foto na Folha?

a'. Carlos viu minha foto de Luiza Brunet na Folha  
b'. \*[De quem]<sub>TEMA</sub> você viu uma foto [de David  
Zing]<sub>AGENTE</sub> na Folha?

- (55) a. Você está lendo um manuscrito [de Newton]  
b. [De quem] você está lendo um manuscrito?

a'. Você está lendo um manuscrito [de Newton]  
[do colecionador]  
b'. \*[De quem]<sub>AGENTE</sub> você está lendo um manuscrito  
[do colecionador]<sub>POSSUIDOR</sub>?

- (56) a. Você viu o carro novo [de Maria] lá fora  
b. [De quem] você viu o carro novo lá fora?

As sentenças (57)-(59) ilustram o mesmo fenômeno para a relativização. As sentenças em (a) relativizam os três tipos de genitivos e as sentenças em (b) ilustram novamente o fato de que a presença de um argumento mais externo bloqueia a possibilidade de relativização.

- (57) a. Eu conheci a modelo cuja foto eu tinha visto na  
Playboy  
b. \*Eu conheci [a modelo]<sub>TEMA</sub> cuja foto  
[de David Zing]<sub>AGENTE</sub> eu tinha visto na Playboy

- (58) a. Eu conheci [o autor]<sub>AGENTE</sub> cujo manuscrito [da  
novela]<sub>TEMA</sub> foi vendido ilegalmente por um editor  
sem escrúpulos  
b. \*Eu conheci [o autor]<sub>AGENTE</sub> cujo manuscrito  
[do editor]<sub>POSSUIDOR</sub> foi vendido ilegalmente

- (59) a. Eu compreendi [o teorema]<sub>TEMA</sub> cuja demonstração  
tanto me impressionara  
b. \*Eu compreendi o teorema cuja demonstração  
[do Pablo] tanto me impressionara

A maioria de nossos exemplos de movimento são com genitivos de nomes não deverbais. Os genitivos de nomes deverbais comportam-se da mesma forma, como ilustra rapidamente a gramaticalidade de (60), (61) e (62).

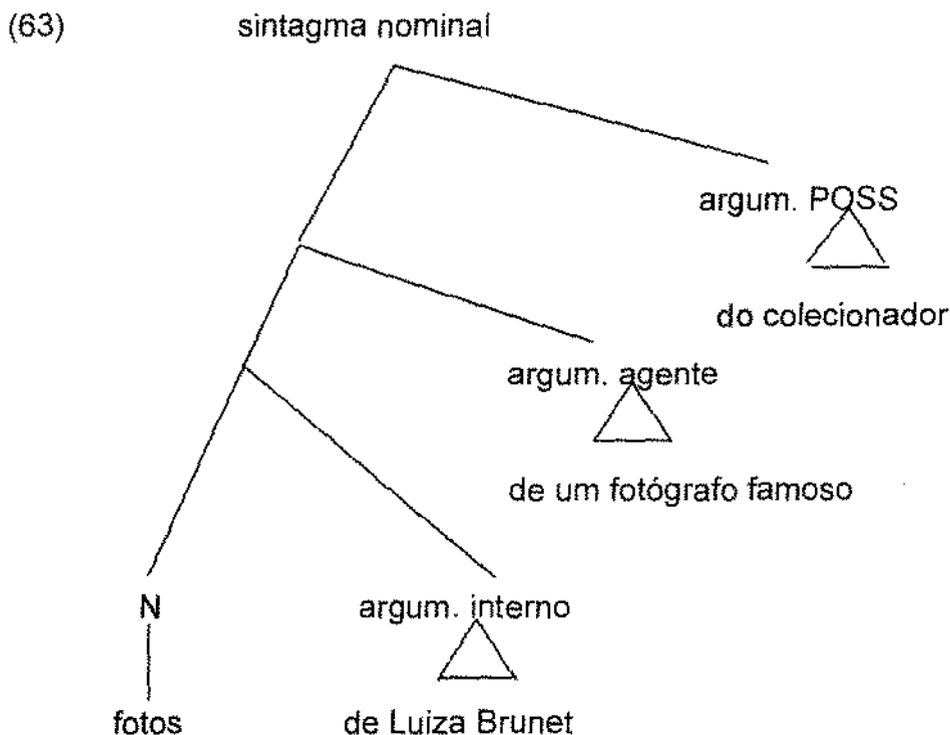
- (60) \*Foi d[o teorema de Goedel] a demonstração [do Pablo]  
que durou 3 horas

(61) \*[De que teorema] você assistiu à demonstração [do Pablo]?

(62) \*O teorema cuja demonstração [do Pablo] foi brilhante

## 5. A estrutura do sintagma de determinante

Os dados das seções anteriores confirmam que os argumentos genitivos de um sintagma nominal no português do Brasil se estruturam como expresso pela estrutura (38), repetida (sem os "labels" de cada nó) em (63) abaixo. O sintagma *fotos [de Luiza Brunet] [de um fotógrafo famoso] [do colecionador]* ilustra a estrutura que se baseia no comportamento sintático e semântico de seus constituintes e independe dos rótulos adotados para cada constituinte. Enfim, os rótulos a serem atribuídos aos nós dependem de questões intra-teóricas e podem não ser exatamente os mais adequados, mas a hierarquia é real.



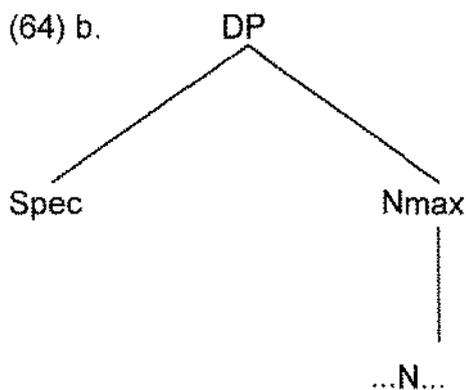
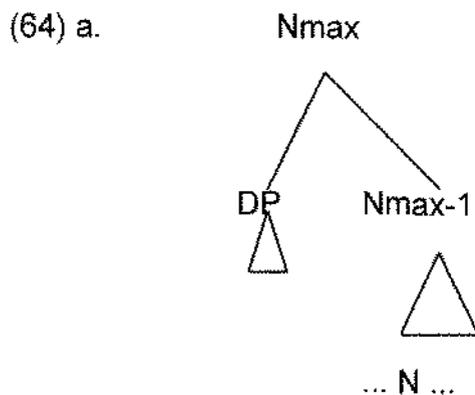
Uma estrutura nominal como (63) pressupõe um N<sup>o</sup> e isto é problemático dentro do que é tradicionalmente assumido pela Teoria X-barras. Como minha preocupação é mais uma adequação empírica do que teórica, esta é a estrutura que me parece mais fiel aos fatos. Nesta estrutura teríamos dois 'sujeitos', i.e., tanto o argumento externo quanto o argumento possuidor ocupariam a posição de especificadores do núcleo.

Minha conclusão é semelhante à de Giorgi & Longobardi (1991), os quais após uma extensa investigação empírica sobre o sintagma nominal, mais particularmente do italiano, mas também das línguas românicas e germânicas em geral, concluem que a estrutura dos argumentos genitivos em um sintagma nominal nas línguas românicas pode ser expressa por uma estrutura semelhante a (63).

Na parte final de seu trabalho (cap. 4.7) Giorgi & Longobardi se questionam sobre a maneira de compatibilizar uma estrutura como (63) com a análise sugerida em Chomsky (1986b) de que cada palavra deve ser núcleo de um constituinte frasal e, portanto, o determinante deve projetar um sintagma de determinante<sup>31</sup> (DP). Afirmando que a escolha entre as estruturas (64) (a) e (b) não é óbvia nem para as línguas românicas nem para as línguas germânicas, apresentam algumas evidências, que não vou retomar aqui, de línguas semíticas e escandinavas a favor da estrutura (b).

---

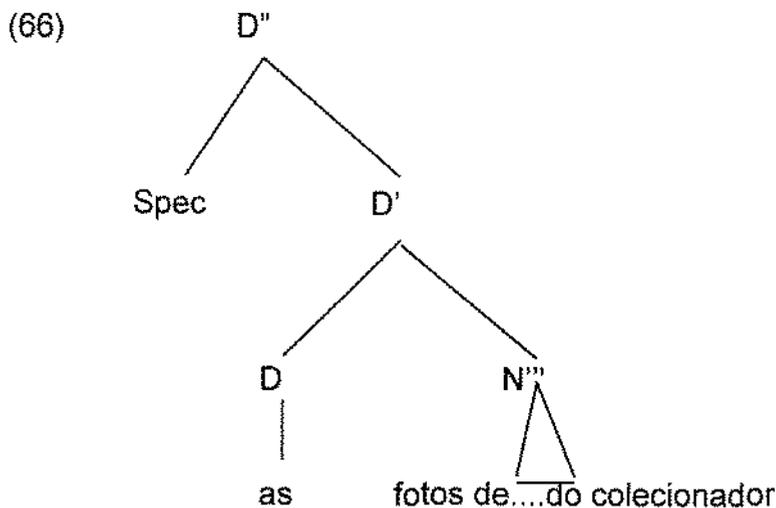
<sup>31</sup> Vou manter a abreviação DP ("determiner phrase") do inglês para o sintagma cujo núcleo é um determinante.



Voltemos então à estrutura para o sintagma nominal com genitivo no português do Brasil. Vou assumir que N' é o domínio dos argumentos internos, i.e., os argumentos estritamente subcategorizados pelo núcleo nominal, e que todas as outras funções semânticas licenciadas pelo núcleo são definidas fora de N'. Por outro lado, temos que o artigo definido é necessariamente o núcleo do sintagma de determinante (DP). Uma evidência empírica a ser adicionada para justificar a posição mais externa do determinante é seu comportamento em relação à coordenação. O exemplo em (65) mostra que o artigo definido é externo ao constituinte formado pelo núcleo e seus argumentos genitivos (exemplos (a) e (b)).

(65) a [[filha do prefeito] e [mulher de um lingüista famoso]]

Esta análise é interessante porque expressa que todos os papéis semânticos licenciados pelo núcleo nominal se originam dentro da projeção máxima deste núcleo. A estrutura do sintagma de determinante seria então representada pela estrutura (66) abaixo. Para concretizar a estrutura, exemplifico-a com o sintagma *as fotos de Luiza Brunet de um fotógrafo famoso do colecionador*.



## Conclusão

O capítulo caracteriza a noção de argumento genitivo de um sintagma nominal e demonstra a existência da seguinte organização hierárquica entre os diferentes argumentos genitivos de um núcleo nominal: argumento interno>argumento externo>argumento possuidor (tema > agente/experienciador > possuidor). Essa estrutura sintática é uma maneira de explicar ou de descrever

a hierarquia de acesso aos diferentes argumentos genitivos cuja existência foi demonstrada ao longo do capítulo.

A maneira como foi representada a estrutura de um sintagma nominal com argumentos genitivos implica a possibilidade estrutural de existência de dois sujeitos no sintagma nominal: um, mais interno, o agente/experienciador e outro, mais externo, o possuidor. Evidentemente, este ponto envolve questões teóricas que estão além do escopo deste capítulo e desta tese. A idéia é plausível. Galves (1984), para explicar estruturas em que o tópico determina a interpretação do objeto direto vazio, propõe uma estrutura sentencial com duas posições de "sujeito", uma para o sujeito propriamente dito e outra para o tópico. Dito de outra forma, do mesmo modo que existe um tipo de predicação entre a sentença e seu tópico, parece existir um tipo de predicação entre um sintagma nominal e seu possuidor.

A existência dessa hierarquia se mostrará essencial para a compreensão do comportamento dos pronomes possessivos no sintagma nominal - assunto que será tratado no próximo capítulo.

## CAPÍTULO VI

# O PRONOME POSSESSIVO E A ESTRUTURA DO SINTAGMA NOMINAL COM ARGUMENTOS GENITIVOS

### Introdução

Este capítulo investiga a posição do pronome possessivo anteposto na estrutura do sintagma nominal. Investiga também a relação estrutural entre o pronome possessivo anteposto e os argumentos genitivos de um nome-núcleo estudados no capítulo anterior.

### 1. A relação entre os argumentos genitivos e os pronomes possessivos

Vamos agora examinar o comportamento de nossos pronomes possessivos em relação aos genitivos pós-nominais. Os pronomes possessivos podem pronominalizar qualquer um dos três argumentos genitivos: o *tema*, o *agente/experienciador* e o *possuidor*<sup>1</sup>. O referente do pronome *minha*, por exemplo, no sintagma *minha foto* pode ser tanto o *tema* ou o *agente* quanto o *possuidor* da foto. O pronome *sua* em *sua demonstração* é ambíguo entre uma interpretação de argumento externo (*agente*) ou de argumento interno (*tema*). As ocorrências em (1)-(6) retiradas do *corpus* do Projeto NURC ilustram algumas dessas possibilidades.

(1) você pode pegar o seu<sub>POSSUIDOR</sub> carro (NURC/SP-D2  
62)

---

<sup>1</sup> Lembrar que os termos *possessivo*, *agente*, *experienciador* e *tema* estão sendo usados como 'labels' para as posições estruturais dos diferentes tipos de argumentos genitivos de um núcleo nominal. O termo *possessivo* é também usado em toda a tese de forma mais usual e ampla, como em "pronome possessivo", "forma possessiva", etc. .

(2) **cada um** pegar **sua**<sub>POSSUIDOR</sub> lancheira(NURC/SP-D2 329:329) - encontrar exemplo melhor

(3) vou fazer **minhas**<sub>AGENTE</sub> **criações** (NURC/SP-EF 405:51)

(4) Celso Furtado escreve livros, o Delfim Neto faz pronunciamentos, o Roberto Campos tem lá **os seus**<sub>AGENTE</sub> **artigos** (NURC/PA-D2 120)

(5) vou fazer **minha**<sub>TEMA</sub> **propaganda** (NURC/RE-D2 05:27)

(6) nós estamos vivendo ainda o problema então torna-se um pouco difícil **a sua**<sub>TEMA</sub> **análise** (NURC/SSA-EF 49:1)

Há, entretanto, um princípio que rege a pronominalização de um argumento genitivo: apenas um argumento pode ser pronominalizado por um pronome possessivo anteposto e este é, necessariamente, o argumento que ocupa a posição hierarquicamente mais alta no sintagma nominal. O uso de um pronome possessivo, portanto, bloqueia qualquer interpretação possessiva de um outro genitivo pós-nominal ou, dito de outra forma, um argumento *possuidor* não pode co-ocorrer com um pronome possessivo, qualquer que seja sua interpretação, como se pode ver em (7). Já a presença de um *agente* impede a possessivização de um *tema*, como se pode ver em (8), onde a interpretação de *tema* para o pronome possessivo e de agente para *dele* é impossível. Sintagmas como *meu medo dos inimigos* e *minhas saudades dos amigos* são obrigatoriamente interpretados com *meu* possuindo o papel argumento externo - o *experienciador*.

(7) \***na minha**<sub>POSSUIDOR</sub> **cidade** [<sub>POSSUIDOR</sub> **de Jorge**] um par de sapato de homem ...

(8) nós estamos vivendo ainda o problema então torna-se um pouco difícil **a sua**<sub>AGENTE/\*TEMA</sub> **análise dele**<sup>2</sup>

A hierarquia à qual está subordinada a possessivização de um argumento genitivo está ilustrada em (9). Em (9), qualquer interpretação do pronome que desrespeite a hierarquia *possuidor*>*agente/experienciador*>*tema* torna o sintagma agramatical. Já (10) (a) mostra que, na ausência de outros argumentos, tanto a interpretação de *agente* quanto a de *tema* são possíveis para o pronome possessivo *seu*. No entanto, quando da presença dos dois argumentos, o pronome possessivo deve ser obrigatoriamente interpretado como *agente* - o argumento externo, como ilustram a gramaticalidade de (10) (b) e a agramaticalidade de (10) (c). (11) ilustra a hierarquia entre *possuidor* e *agente*, pois enquanto em (a) *meu* pode ser interpretado como *possuidor* ou *agente*, quando *de Chomsky* é acrescentado, este não pode ser interpretado como *possuidor*, o que é demonstrado pela gramaticalidade de (a) e pela agramaticalidade de (b).

(9) minha	foto	de Paulo
*agente		possuidor
*tema		possuidor
possuidor		agente
possuidor		tema
agente		tema
*tema		agente

- (10) a. Sua<sub>AGENTE/TEMA</sub> apresentação foi brilhante  
 b. Sua<sub>AGENTE</sub> apresentação [<sub>TEMA</sub> do teorema] foi brilhante

<sup>2</sup> As gramáticas normativas consideram a forma pleonástica *seu ... dele* gramatical, como exemplificado em (l). Isto é falso para o português coloquial atual e, mesmo de uma perspectiva diacrônica, esta construção parece ter sido bastante rara (cf. Silva, 1982, 1984).

(l) Montaigne explica pelo *seu* modelo *dele* a variedade deste livro (Machado de Assis, *apud* Celso Cunha, 1985, p. 313)

c.\*Sua<sub>TEMA</sub> apresentação [<sub>AGENTE</sub> do Pablo] foi  
brilhante

- (11) a. meu<sub>POSSUIDOR</sub> livro [<sub>AGENTE</sub> de Chomsky]  
b. \*meu<sub>AGENTE</sub> livro [<sub>POSSUIDOR</sub> de Chomsky]

Longobardi (Giorgi & Longobardi, 1991, cap.2 ) faz um levantamento das condições que governam a aparição de um argumento do nome como pronome possessivo e que parecem valer para as línguas românicas e também para o inglês. Essas condições são apropriadas para descrever o comportamento dos pronomes possessivos no português do Brasil. Vou, portanto, descrevê-las com detalhe<sup>3</sup>. É importante lembrar, como foi estabelecido no capítulo anterior, que o constituinte a que chamamos de "argumento genitivo de um nome" pode ser empiricamente delimitado por sua introdução por *de*, possibilidade de paráfrase com *cujo*, não aceitação do pronome oblíquo, obediência à hierarquia temática tema>agente/experienciador>possuidor, entre outras características.

*(a) Apenas argumentos genitivos podem ser expressos pelo pronome possessivo.*

Esta condição está ilustrada em (12), (13) e (14) abaixo. Em (12) ilustra-se a pronominalização por um pronome possessivo de um argumento genitivo (o que na realidade é também ilustrado pelos exemplos (1)-(11) acima). (13) mostra a impossibilidade de possessivização de um adjunto, aparentemente introduzido pela mesma preposição *de*. Já (14) mostra que apenas argumentos genitivos podem ser substituídos por um pronome possessivo, pois o argumento introduzido pela preposição *a* não consegue ser possessivizado.

- (12) a. Em que cinema se podem ver filmes [do famoso  
diretor brasileiro]?

---

<sup>3</sup> Alguns dos exemplos desta seção foram adaptados de Longobardi , cap. 2 (*op.cit.*).

b. Em que cinema se podem ver seus filmes?

(13) a. Em que cinema podemos ver filmes [de mais de 50 anos]?

b. \*Em que cinema podemos ver seus filmes?

(14) a. a restituição [de Maria] [à família]

b. a sua restituição [à família]

c. \*a sua restituição [de Maria]

*(b) Um argumento genitivo possuidor pode ser expresso por um pronome possessivo.*

*(c) Um argumento genitivo agente pode ser expresso por um pronome possessivo apenas se não houver um argumento possuidor presente.*

*(d) Um argumento genitivo tema pode ser expresso por um pronome possessivo se não estiverem presentes nem o argumento possuidor nem o argumento externo.*

As condições (b), (c) e (d) já foram ilustradas acima (ver exemplos (9)- (11) e sua discussão). A possibilidade de se pronominalizar um argumento interno (o *tema*) através do pronome possessivo é usualmente considerada como um processo de passivização do nome (cf. Giorgi & Longobardi, 1991 cap. 2). Esta análise explica, por exemplo, o contraste entre a agramaticalidade de (15) (b) e a gramaticalidade de (16) (a). O sintagma *por Pablo* em (16) (a) não é um argumento genitivo (além de não ser introduzido por *de*, aceita o pronome oblíquo, como mostra (16) (b), e, portanto, não participa da hierarquia definida para os genitivos.

(15) a. a demonstração [TEMA do teorema] [AGENTE do Pablo]

b. \*a sua<sub>TEMA</sub> demonstração [AGENTE do Pablo]

c. a sua<sub>AGENTE</sub> demonstração [TEMA do teorema]

- (16) a. a sua<sub>TEMA</sub> demonstração [AGENTE por Pablo]  
b. a sua demonstração [AGENTE por mim]

(e) *Não mais de um argumento pode aparecer como pronome possessivo*<sup>4</sup>.

A ocorrência de mais de um pronome possessivo anteposto ao nome   causa de agramaticalidade em qualquer uma de suas interpreta es, como ilustrado pelo sintagma nominal em (17), cujo núcleo *foto* admite os três genitivos e as respectivas pronominaliza es.

- (17) a. a foto [TEMA de Luiza Brunet] [AGENTE de David Zing]  
[POSSUIDOR do colecionador]  
b. a sua foto [TEMA de Luiza Brunet]  
c. \*a sua minha foto [TEMA de Luiza Brunet]  
d. \*a sua minha foto

(f) *Alguns nomes não permitem a possessiviza o de seu argumento genitivo interno, mesmo na ausência de outro argumento genitivo mais externo.*

A impossibilidade de substitui o do argumento interno de certos nomes por um pronome possessivo está vinculada   impossibilidade de sua passiviza o, como   o caso de nomes como *medo*, * dio*, *temor*. Indícios de que temos aí um outro tipo de constituinte são dados pelo fato de que esses nomes aceitam o pronome oblíquo para expressar seu papel temático interno (*medo de mim*) e este mesmo argumento não pode ser passivizado, como mostra o exemplo em (18).

- (18) a. O medo [EXPERIENCIADOR/TEMA de Maria] (exemplo de R. Ilari)

---

<sup>4</sup> Esta afirma o vale apenas para o comportamento dos possessivos antepostos ao núcleo nominal, pois a ocorrência de mais de um pronome possessivo parece possível no caso de termos um pronome posposto e outro anteposto como em *a sua foto minha*.

## b. o seu<sub>EXPERIENCIADOR/\*TEMA</sub> medo

As condições de substituição por um pronome possessivo expressas em (a)-(f) podem ser descritivamente generalizadas pelo Princípio da Possessivização (cf. Giorgi & Longobardi, 1991, cap. 2, p. 68): "O único sintagma que pode aparecer como possuidor é o argumento genitivo mais alto de um sintagma nominal".

## 2. A posição do pronome possessivo na estrutura do sintagma nominal

Os mesmos fenômenos utilizados no capítulo V, seção 4, para evidenciar a hierarquia existente entre os argumentos genitivos podem ser utilizados para evidenciar a posição mais externa do pronome possessivo anteposto em relação aos outros argumentos do sintagma nominal.

A presença de um pronome possessivo anteposto bloqueia a extração de qualquer argumento nominal. Esse comportamento está ilustrado em (19) e (20), para *tema* e *agente*, e em (21), para argumentos não genitivos, em relação às clivadas<sup>5</sup>.

- (19) a. Você viu os meus<sub>POSS</sub> quadros [<sub>TEMA</sub>de Picasso]  
b. \*Foi de Picasso que você viu os meus quadros

- (20) a. Você leu a minha<sub>AGENTE</sub> biografia [<sub>TEMA</sub>do Antonio Cândia]  
b. \*Foi do Antonio Cândia que você leu a minha biografia

- (21) a. Maria comprou a minha<sub>AGENTE</sub> tese [sobre os primatas]

---

<sup>5</sup> Lembre-se que a aceitabilidade da clivagem dos genitivos pós-nominais varia entre os falantes. No entanto, as clivagens correspondentes quando da presença do pronome possessivo têm certamente um grau de aceitabilidade menor.

b. \*Foi sobre os primatas que Maria comprou a minha tese

As sentenças (22)-(24), mostram o comportamento dos pronomes possessivos em relação ao movimento-QU. As sentenças em (b), mostram que a interrogação não é possível quando da presença de um pronome possessivo. O exemplo (25) ilustra o mesmo fenômeno em relação à relativização<sup>6</sup>.

(22) a. Você viu minha<sub>POSS/AGENTE</sub> foto [<sub>TEMA</sub> da Luiza Brunet]  
b. \*[De quem] você viu minha foto?

(23) a. Você está lendo o meu<sub>POSS</sub> livro [<sub>AGENTE</sub> de Chomsky]  
b. \*[De quem] você está lendo o meu livro?

(24) a. Você leu minha<sub>AGENTE</sub> carta [sobre Maria]  
b. \*[Sobre quem] você leu minha carta?

(25) \*Eu conheci o autor cujo teu<sub>POSS</sub> livro é um sucesso entre nós lingüístas

Evidências da posição ocupada pelo pronome possessivo anteposto também são encontradas em seu comportamento em relação à Teoria da Ligação. Em (26) a ligação entre *Picasso* e *si mesmo*, possível em (a), é bloqueada pelo pronome possessivo em (b), indicando que este ocupa a posição mais externa no sintagma nominal, completando um Complexo Funcional Completo, o qual é a categoria mínima de regência da anáfora *si mesmo*.

---

<sup>6</sup> O teste com as relativas funciona apenas para os casos em que há movimento, como na relativização por *cujo*, ou mesmo, por *que* como no exemplo em (i). Já para as relativas em que não parece haver movimento, como em (ii), o teste não se aplica, pois não se trata de um constituinte que é movido através de um domínio de um sujeito especificado.

(i) \*O pintor<sub>i</sub> que<sub>j</sub> o meu quadro t<sub>j</sub> é um sucesso ...

(ii) ?O pintor<sub>i</sub> que<sub>j</sub> o meu quadro dele<sub>j</sub> é um sucesso ...

- (26) a. Picasso<sub>1</sub> pintou o famoso retrato de si mesmo<sub>1</sub>  
b. \*Picasso<sub>1</sub> pintou o meu famoso retrato de si mesmo<sub>1</sub>

Uma evidência empírica a ser adicionada para justificar a posição mais externa do pronome possessivo é seu comportamento em relação à coordenação. Os exemplos em (27) mostram que o pronome possessivo é externo ao constituinte formado pelo núcleo nominal, seus argumentos e adjuntos. Como se pode perceber pela representação em chaves, o pronome possessivo se aplica ao constituinte formado pela coordenação dos dois constituintes nominais mais internos.

- (27) a. Jorge detesta [meus [ [artigos na revista Veja] e  
[livros da coleção Princípios] ] ]  
b. O ladrão levou todos os [meus [ [vestidos de saias  
longas] e sapatos [de salto alto] ] ]

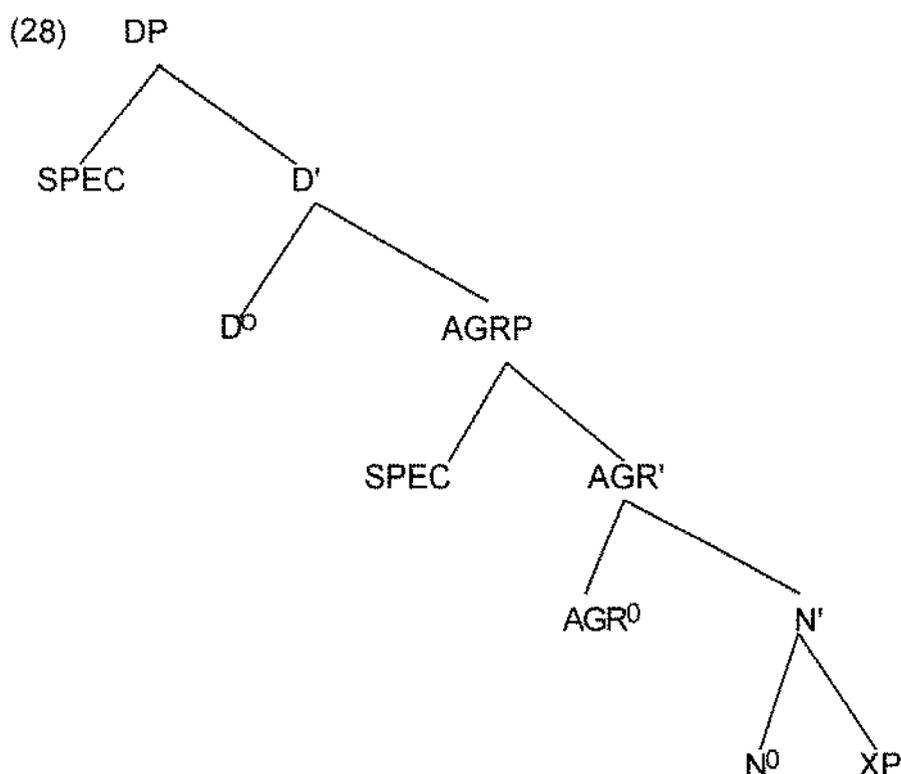
### **3. Discussão de algumas análises correntes do sintagma nominal com argumentos genitivos**

Não pretendo aqui encontrar a solução definitiva para a representação do sintagma de determinante com argumentos genitivos e/ou pronome possessivo na Teoria Gerativa, pois os sintagmas funcionais são ainda objeto de intenso debate<sup>7</sup>. Pretendo apenas apresentar algumas propostas já existentes e discutir como elas poderiam ser relacionadas às conclusões empíricas a que chegamos neste capítulo e no capítulo anterior sobre a estrutura do sintagma nominal com argumentos genitivos.

---

<sup>7</sup> Sintagmas funcionais são os constituintes cujos núcleos são considerados categorias funcionais, como gênero, número e pessoa no sintagma de determinante (DP).

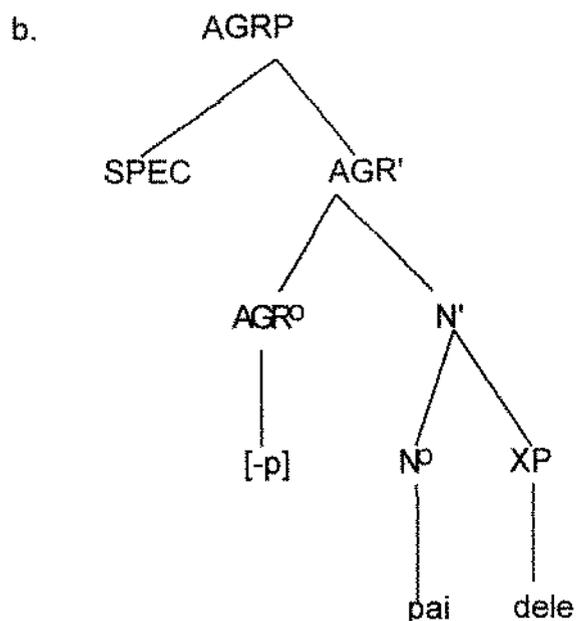
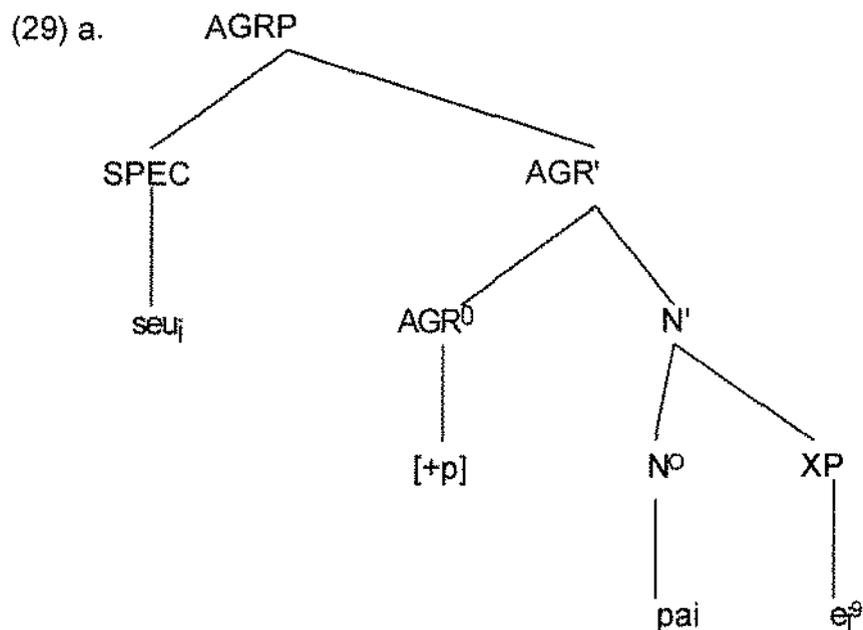
Cerqueira (1993) propõe a estrutura em (28) para o sintagma nominal do português do Brasil. Esta estrutura é paralela à estrutura da sentença, onde DP ("determiner phrase") corresponde a C' ("complementizer phrase") e AGRP ("agreement phrase") corresponde a I' ("inflection phrase") e AGR<sup>0</sup> é o elemento de concordância nominal construído de maneira análoga a I' na estrutura sentencial.



Como o autor parte de uma hipótese de substituição de *seu* por *dele*, a qual tem como causa o enfraquecimento da concordância nominal<sup>8</sup>, propõe, então, as estruturas (29) (a) e (b) para os sintagmas nominais possessivizados: na estrutura (a), AGR<sup>0</sup> possui o traço [+pessoa], e este traço torna AGR<sup>0</sup> capaz de atribuir caso ao pronome possessivo - a presença de *seu* é assim licenciada. Na estrutura (b), AGR<sup>0</sup> possui o traço [-pessoa], e é, por esta razão, incapaz de atribuir caso ao pronome possessivo, tornando a forma *dele* a única forma

<sup>8</sup> Ver capítulo II sobre esta questão.

possessiva estruturalmente possível. A estrutura (a) estaria, então, sendo substituída pela estrutura (b) no português coloquial atual justamente pelo fenômeno mais geral de enfraquecimento da concordância, e, em particular, da perda do traço [+pessoa] da flexão nominal.



<sup>9</sup> e: do inglês 'empty', no caso, uma categoria vazia.

A proposta de Cerqueira padece, a meu ver, de dois problemas. O primeiro é a postulação de que AGR<sup>0</sup> atribui caso ao pronome possessivo através do traço [+pessoa]. Como já comentei no capítulo IV, seção 3, a flexão do sintagma nominal no português brasileiro não parece ser especificada para pessoa, possuindo apenas gênero e número<sup>10</sup>. O pronome possessivo "concorda" com a pessoa de seu antecedente e, certamente, esta não é uma "concordância" do mesmo tipo que a concordância de gênero e número, a concordância interna que expressa os traços- $\phi$  do sintagma nominal.

No caso de uma relação anafórica entre o pronome possessivo e sintagmas nominais antecedentes, não existe uma relação estrutural de concordância, mas sim uma relação de recuperação de antecedente que envolve coisas mais complexas que a simples reprodução de um traço [+pessoa], como se discutiu nos capítulos III e IV. Aí a "concordância" acontece pela própria necessidade de expressar esta relação, e é viabilizada estruturalmente, dependendo do tipo de relação que se deseja estabelecer, através dos princípios da Teoria da Ligação.

Mais ainda, existem inúmeras evidências empíricas de que o pronome possessivo nas línguas românicas se comporta como um adjetivo. Estas evidências são: o uso predicativo, a concordância de gênero e número com o núcleo nominal, a co-ocorrência com determinantes e a ocorrência em posição pós-nominal, como ilustrado em (30) (a)-(d). O pronome possessivo, portanto, parece possuir uma marca inerente de pessoa e realizar caso concordando em gênero e número com o núcleo nominal.

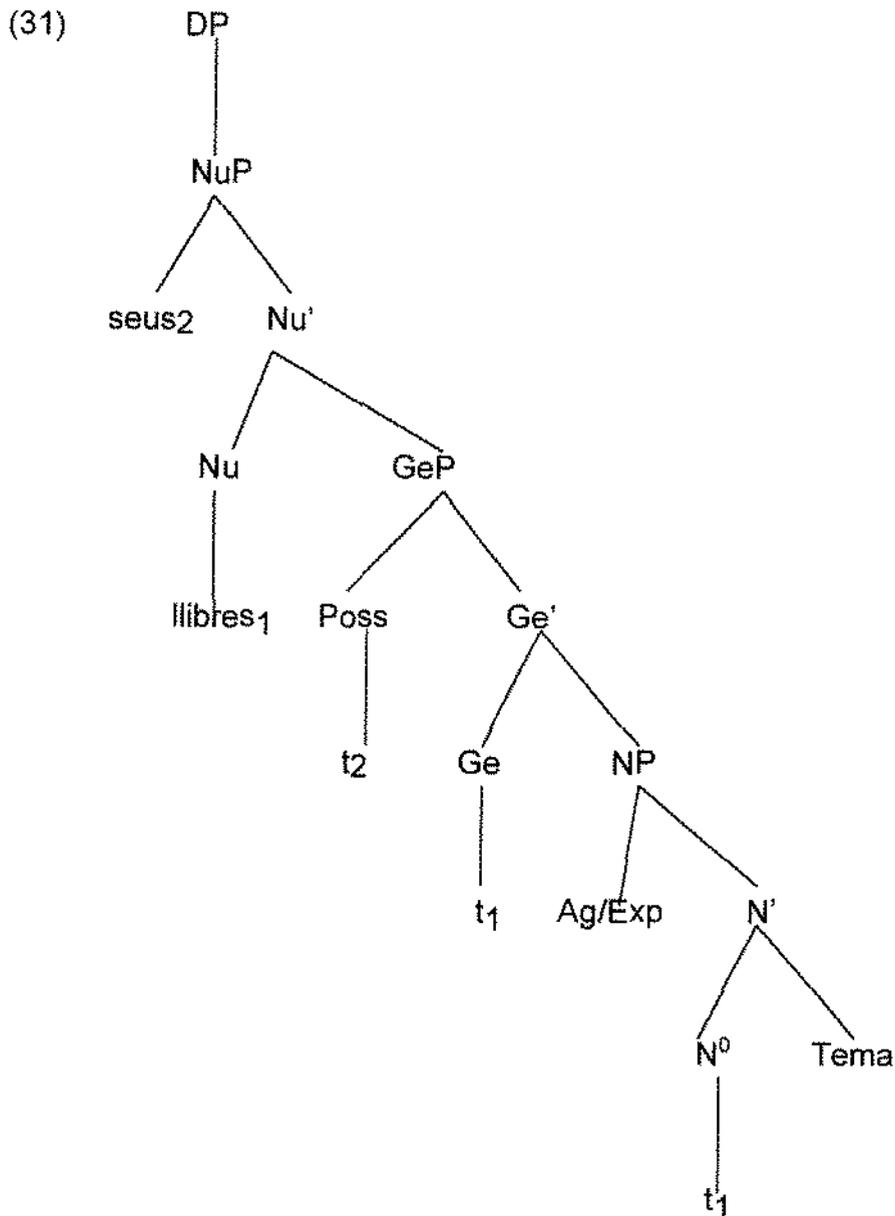
- (30) a. este livro é meu  
      b. minhas filhas  
      c. o meu artigo  
      d. um amigo meu

---

<sup>10</sup> Ver Picallo (1994) para a defesa de posição semelhante.

Outro problema da estrutura proposta por Cerqueira é que ela não mostra como analisar os diferentes tipos de argumentos genitivos. Todos os genitivos, dos quais um argumento nuclear é apenas uma das possibilidades, são aparentemente analisados como complementos nominais, ou seja, como ocupando no sintagma nominal uma posição em relação ao nome correspondente à que o objeto direto ocupa em relação ao verbo - o que não retrata apropriadamente a hierarquia existente entre os diferentes genitivos, nem suas relações temáticas com o núcleo nominal. A estrutura proposta pelo autor não apresenta posições possíveis para mais dois argumentos genitivos potenciais, os quais deveriam necessariamente ser c-comandados pelo pronome possessivo em SPEC(ifier) de AGR(ement) P(hrase) para que as relações temáticas fossem mantidas.

Picallo (1994) propõe a estrutura em (31) para o sintagma nominal com genitivo no catalão, onde NuP é "Number Phrase" e GeP é "Gender Phrase". Na análise de Picallo, a ordem superficial é obtida pelo movimento de  $N^0$ , o qual se move para incorporar gênero e número. Este movimento está marcado pelo traço  $t_i$  em (31). O pronome possessivo é analisado como referencialmente defectivo, contendo apenas o traço [+pessoa]. Pronomes defectivos são pronomes cujos traços- $\phi$  - traços de pessoa, gênero e número - não são especificados. Esses pronomes devem ter seus traços identificados por uma relação especificador-núcleo e essa identificação tem a concordância como sua manifestação. O pronome possessivo deve então mover-se para Spec(ifier) Nu(mber) P(hrase) (a posição de especificador em que *seus* está representado em (31)) para ser identificado, obtendo-se assim a ordem superficial do sintagma nominal do catalão. É deste processo de identificação que resulta a concordância morfológica.



A estrutura (31) representa o resultado do movimento de um pronome possessivo com interpretação *possessiva* para o especificador de Nu(mber) P(hrase). As outras interpretações seriam geradas em suas respectivas posições - o *agente* no especificador do sintagma nominal e o *tema* na posição de complemento do núcleo nominal e se moveriam para Spec(ifier) Gen(der) P(hrase) e Spec Num P para incorporar gênero e número.

A estrutura (31) que Picallo propõe para o catalão é compatível com minha análise empírica do sintagma nominal com argumentos genitivos para o

português do Brasil. A estrutura de Picallo, no entanto, abre mão da idéia de que os argumentos de um núcleo lexical devem ser licenciados dentro da projeção máxima desse mesmo núcleo, pois o genitivo *possuidor* é gerado fora do NP. A autora também não esclarece as motivações para gerar o *possuidor* no especificador do sintagma de gênero, justificando apenas que o *possuidor* não é um papel temático atribuído pelo núcleo N<sup>0</sup>, mas sim um papel temático "estrutural" do sintagma de determinante. O conceito de "papel temático 'estrutural'" não é explicitado, mas penso que a intuição seria a de que o conteúdo semântico da relação entre um genitivo possuidor e seu núcleo nominal independe da estrutura argumental do nome-núcleo.

Note que tanto Cerqueira quanto Picallo analisam o pronome possessivo como um *pronome*, o que em termos de Teoria da Ligação significa independência referencial e impossibilidade de ligação dentro do menor domínio de um sujeito (o princípio B). Como já mostrei, esta análise não é coerente com o comportamento de variável do pronome possessivo de terceira pessoa no português do Brasil. A análise de Picallo padece também de coerência interna, como apontado por Negrão (1996). Negrão chama a atenção para o fato de que a ausência de traços- $\phi$  é utilizada para justificar a preferência do catalão pelo pronome possessivo ao invés da forma genitiva nos casos em que o antecedente do pronome possessivo encontra-se na mesma sentença - os pronomes possessivos dependem, portanto, de um antecedente - e se pergunta:

"However, as soon as those features are identified through agreement with a functional head, why are those elements still unable to behave like pronouns, that is, why do they still have to look for an antecedent?"(p.6)

## **Conclusão**

Este capítulo estabelece que o pronome possessivo ocupa uma posição hierarquicamente mais alta que a posição ocupada pelo núcleo, seus argumentos e adjuntos no sintagma de determinante. Estabelece também a existência de uma relação estrutural entre o pronome possessivo e os argumentos genitivos de um nome. Somente argumentos genitivos podem ser pronominalizados por um pronome possessivo e essa pronominalização respeita a ordem da hierarquia estrutural existente para os argumentos genitivos.

## CAPÍTULO VII

# O SIGNIFICADO DA ORDEM DOS PRONOMES POSSESSIVOS NO SINTAGMA NOMINAL

### Introdução

Este capítulo discute a relação entre as diferenças semânticas causadas pela anteposição ou posposição do pronome possessivo em relação ao núcleo nominal e o papel sintático e semântico do pronome nestas posições. A hipótese é que as diferentes posições do pronome possessivo estão correlacionadas a diferentes funções sintáticas e semânticas: o pronome possessivo anteposto ao núcleo é argumental (sintaticamente, um sujeito ou um complemento), como se viu nos capítulos anteriores, ocupando uma posição típica de operadores; já o pronome possessivo posposto ao núcleo é um predicado com a função sintática de adjunto.

### 1. Os tipos de sintagmas nominais possessivizados no português brasileiro

Nesta seção, vou examinar e trazer a tona dados empíricos sobre a anteposição e a posposição do pronome possessivo ao núcleo nominal, apresentando e discutindo dados de dois *corpora* formados a partir das gravações do Projeto NURC. O primeiro é o *corpus* mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado<sup>1</sup> examinado por Neves (1993) que se compõe das seguintes gravações do projeto NURC: SP 234, 360, 405; BA 049, 098, 231; RS 045, 278, 291; RJ 328, 355, 379; PE 005, 131, 337. O segundo é o *corpus* levantado por Franchi (1996b) que se compõe das seguintes gravações do projeto NURC: BA 95; PA 6, 120, 291, 266, 365; PE 4, 79, 151, 266, 279, 340, 782; RJ 158, 328 e SP 62, 137, 161, 208, 234, 242, 250, 251, 255, 333, 343, 360, 396. Os *corpora* se sobrepõem em quatro inquéritos, como se pode verificar.

---

<sup>1</sup> Ver nota 14, cap. III.

O número de ocorrências de cada tipo de possessivo para os dois *corpora* está expresso na tabela 1. A frequência da ocorrência do pronome possessivo posposto ao núcleo nominal é baixa - 5,19% e 6,33% - nos respectivos *corpora*.

<b>Tabela 1</b>			
Ocorrências do pronome possessivo anteposto <i>versus</i> ocorrências do pronome possessivo posposto ao núcleo nominal.			
	possessivo anteposto	possessivo posposto	total
Ocorrências no <i>corpus</i> de Neves	385 94.81%	21 5.19%	406 100%
Ocorrências no <i>corpus</i> de Franchi	1064 93.66%	72 6.33%	1136 100%

Fonte: Neves (1993) e Franchi (1996).

### **1.1.O pronome possessivo anteposto ao núcleo nominal**

Neves (1993) estabelece um quadro empírico geral da ordem dos elementos do sintagma nominal possessivizado encontrado no *corpus* mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado, tanto para o pronome possessivo anteposto ao nome quanto para o pronome possessivo posposto ao nome. Na tabela 2, reproduzo seus resultados para o possessivo anteposto e de (1)-(6) exemplifico os tipos de determinantes que ocorrem neste caso<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Estou usando o termo determinante como na Teoria dos Quantificadores Generalizados para todos os elementos com função delimitadora no sintagma nominal (cf. Barwise & Cooper, 1981). As ocorrências (1)-(6) foram retiradas de Neves (1993).

Tabela 2				
Ordem dos elementos do SN possessivizado com o possessivo anteposto ao substantivo.				
1	2	3	4	5
todo/ ϕ	artigo definido/ art. indefini- do/ ϕ	POSSES- SIVO	numeral/ ordinal/ quantifica dor indefinido/ <i>outro</i> / <i>próprio</i> / ϕ	NOME

Fonte: Neves (1993), p.170.

(1) ela faz a feira junto com **a minha tia** (DID-RJ-328)

(2) **esse nosso cineminha... artesanal...** foi liquidado (EF-SP-153)

(3) você vai resolve o que tem de resolver... e volta pra **sua família** (D2-RE-05)

(4) um filho de **uma minha amiga** entrou ... na Politécnica (DID-SP-242)

(5) ele deve procurar o seu sindicato ... a fim de que possa... ver: **todos os seus problemas** resolvidos (DID-RE-131)

(6) eu... fui para um colégio ... fiz **meu primeiro ano** (DID-SP-242)

Franchi (1996b) encontra os mesmos tipos de determinante com os possessivos antepostos ao núcleo em um *corpus* mais extenso. Seus resultados estão expostos na tabela 3 que, além de mostrar o tipo de determinante que ocorre com o pronome anteposto, indica também a percentagem de ocorrência de cada um desses tipos.

<b>Tabela 3</b>						
Ocorrência de determinante antes do grupo <i>pronome adjetivo possessivo + nome</i>						
	φ	artigo definido	demons -trativo	todo(s)	um	Total
Ocorrên -cias	361	685	14	3	1	1 064
Perce-ntual	33.89%	64.37%	1.31%	0.28%	0.09%	100%

Fonte: Franchi (1996b).

As percentagens de Neves (1993) são bastantes próximas às de Franchi (1996b) e estão apresentadas na tabela 4.

<b>Tabela 4</b>			
Ocorrência de determinante antes do grupo <i>pronome adjetivo possessivo + nome no corpus mínimo.</i>			
	artigo definido	φ	outros
TOTAL	251	130	4
PERCENTAGEM	65.19%	33.77%	1.04%

Fonte: Quadro 7, Neves (1993), anexo.

Como se vê os resultados dos dois levantamentos são extremamente próximos. No caso dos pronomes possessivos antepostos, predominam

amplamente as construções [ART. DEFINIDO + POSS. + N] e [ $\phi$ + POSS. + N]: mais de 98% das ocorrências em ambos os *corpora*. Se considerarmos, como Franchi (1996b), ocorrências de [todo + artigo definido + N] como incluídas no caso do pronome precedido pelo artigo definido, há uma baixíssima percentagem de ocorrências<sup>3</sup> de construções com o quantificador *todo* (as ocorrências (7) e (8) abaixo) e mesmo estas poderiam ser casos de contração do quantificador como ao artigo definido.

(7) Nós moramos quase **toda nossa vida** no bairro de Vila Mariana (NURC-SP-208)

(8) Nós gostaríamos que o senhor contasse pra gente **todo seu ciclo de vida** (NURC-SP-208)

Os dados das tabelas 3 e 4 mostram que a anteposição do pronome ao núcleo nominal é de alguma forma incompatível com a indefinidade. Na verdade, (4) é a única ocorrência de determinante indefinido com o pronome anteposto em ambos os *corpora*. Por outro lado, ocorrências como (2) acima e (9) e (10) abaixo, onde temos um demonstrativo precedendo o possessivo indicam, entretanto, que o pronome possessivo anteposto não é exatamente equivalente a uma “relação de posse + artigo definido”, pois o artigo alterna com demonstrativos (além, evidentemente, de alternar com o vazio).

(9) Esse fato, a ânsia de lucro por causa **daquela nossa distorsão econômica**, os pulos que a nossa economia deu, não tem feito com que prospere (NURC-PA-06)

(10) **Este meu sítio** representa para mim, se outras coisas não houvessem, uma razão a mais para viver (NURC-SP-255)

---

<sup>3</sup> As ocorrências (7)-(11) foram retiradas de Franchi (1996).

Por outro lado, uma sentença como (3) acima nos mostra que, nem sempre, a anteposição implica em (ou pressupõe) a existência ou referencialidade do sintagma nominal possessivizado, pelo menos num sentido estrito, pois essa sentença pode ser entendida como uma sentença hipotética: "no caso de você ter família, você vai resolve... e volta... ". O mesmo fato se coloca para (11) na qual *minhas amizades* não aponta necessariamente para amigos determinados, mas possui um significado abstrato do tipo *fazer amizades*.

(11) [Passei meus anos todos naquele ambiente escolar.] Fiz **minhas amizades**, conheci professores (NURC-BA-231)

## 1.2. O pronome possessivo posposto ao núcleo nominal

Na tabela 5, apresento os dados de Neves (1993) para a ordem dos elementos no SN com o possessivo posposto e os enunciados entre (12) e (17)<sup>4</sup> ilustram os tipos de modificadores que ocorrem com o pronome possessivo posposto.

Tabela 5			
Ordem dos elementos do SN com o possessivo posposto ao substantivo			
1	2	3	4
definidores/ artigo indefinido/ <i>qualquer</i> /φ	φ	NOME	POSSESI- VO
φ	numeral cardinal		

Fonte: Neves, 1993, p.171.

<sup>4</sup> As ocorrências (12)-(17) foram retiradas de Neves (1993).

(12) **a televisão nossa** está se fazendo na medida ... ah  
justamente do que é a nossa sociedade (D2-SP-333)

(13) L2 eu estou sempre correndo estou sempre falando tudo  
depressa porque não dá tempo...

L1 é... se impôs

L2 [se a gente for parar...

L1 **essa atitude sua**...

L2 é ... (risos) exatamente se a gente for parar para fazer as  
coisas (D2-SP-360)

(14) **uma tia minha** lá ... que matou a cobra (DID-POA-45)

(15) você precisa sair um pouquinho para ir fazer **qualquer  
negócio seu particular** (DID-SP-62))

(16) eu acho que primeiro por **incapacidade minha** (D2-RJ-  
355)

(17) eu não me lembro quem era o escritor eram **três  
escritores nossos** (D2-SP-333)

Os dados relativos à percentagem de ocorrências dos tipos de determinantes nos sintagmas nominais com possessivos pospostos apresentam uma maior variação. Na tabela 6, mostro a distribuição obtida por Neves (1993) dos possessivos pospostos em relação à presença de outros determinantes no sintagma nominal.

<b>Tabela 6</b>				
Ocorrência de determinante antes do grupo <i>nome + pronome adjetivo possessivo</i> no <i>corpus</i> mínimo.				
DEFINIDORES		NÃO-DEFINIDORES		$\phi$
artigo definido	demonstrativos	um (numeral ou indefinido)	<i>qualquer</i>	
2	1	8	1	1
15.38%	7.69%	61.54%	7.69%	7.69%

Fonte: Quadro 9, Neves (1993), p.176.

E na tabela 7, apresento a distribuição obtida por Franchi (1996b). As percentagens obtidas por ambos são novamente bastante próximas e os dados de Franchi (1996b) legitimam as percentagens obtidas por Neves (1993), cujo *corpus* era extremamente restrito no caso dos pronomes possessivos pospostos.

<b>Tabela 7</b>				
Ocorrência de determinante antes do grupo <i>nome + pronome adjetivo possessivo</i> no <i>corpus</i> de Franchi (1993b).				
	Indef.+N+ Poss	$\phi$ + N+Poss.	Defin.+N+ Poss	Total
Ocorrências	44	8	20	72
Percentual	61.11%	11.11%	27.77%	100%

Fonte: Franchi (1996b).

A quase total ausência de indefinidos com o pronome anteposto é aqui complementada pela alta percentagem de ocorrências de indefinidos (mais de 60%) com o pronome possessivo posposto ao núcleo nominal. Não há, entretanto, uma complementariedade completa do tipo: anteposição e definitude *versus* posposição e indefinitude. Uma percentagem significativa - 23,07% e 27.77% - de

definidores ocorre com o pronome possessivo posposto, como na ocorrência (12) acima e nas ocorrências (18) e (19) abaixo<sup>5</sup>.

(18) [falando do filho do destinatário] Você trata bem o **menino seu que tem sarampo** enquanto que os outros não são bem tratados (NURC-PE-151)

(19) Eu acho que a Marília tem uma força dramática muito grande o que faz (com) que se suponha nela uma atriz dramática que não foi aproveitada. É tão raro que o **ator nosso** tenha esses dois predicados (NURC-SP-333)

Os dados empíricos desta seção mostram que existem questões intrigantes sobre as diferenças entre os pronome possessivo quando anteposto ao nome e o pronome possessivo quando posposto ao nome: (i) a existência de algum tipo de “incompatibilidade” entre a anteposição do pronome e a indefinidade; (ii) a preferência esmagadora pela definitude do pronome possessivo anteposto que, no entanto, não corresponde a uma incompatibilidade entre posposição e definitude.

## 2. A semântica da ordem dos pronomes possessivos no sintagma nominal

Esta seção tem por objetivo discutir a diferença semântica entre o pronome possessivo anteposto ao núcleo nominal e o pronome possessivo posposto a esse núcleo. Borges Neto (1978) parte de uma comparação entre sintagmas nominais contendo formas genitivas como nas sentenças em (20) e sintagmas nominais contendo pronomes possessivos como nas sentenças em (21). O autor faz notar que existem duas quebras no paralelismo existente entre os grupos de sentenças em (20) e (21). Estas podem ser percebidas imediatamente pela própria forma como foram alinhadas as sentenças<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Ocorrências retiradas de Franchi (1996).

<sup>6</sup> As sentenças em (20) e (21) são de Borges Neto (1978).

- (20) a. O livro de Pedro é encadernado  
b. Um livro de Pedro é encadernado  
c. Livro de Pedro é encadernado

- (21) a. O meu livro é encadernado  
b. Um livro meu é encadernado  
c. Livro meu é encadernado

A primeira é uma quebra no paralelismo formal entre as sentenças (a). Os sintagmas nominais "o livro de Pedro" e "o meu livro" possuem significados paralelos, ambos, numa situação de uso, tem a capacidade de apontar para um determinado livro, de realizar uma referência. Suas formas, entretanto, divergem, pois em (20) (a) a forma genitiva possessiva *de Pedro* encontra-se posposta ao nome, ao passo que em (21) (a) o pronome possessivo encontra-se anteposto ao nome. Todos os outros casos são paralelos: a forma indicadora de posse, genitiva ou pronominal, encontra-se posposta ao nome<sup>7</sup>.

A segunda quebra no paralelismo entre os grupos de sentenças (20) e (21) é uma assimetria no comportamento de seus significados. A um paralelismo formal criado pela presença *versus* ausência do artigo definido entre os sintagmas nominais "o livro de Pedro" e "o meu livro", e os sintagmas nominais "livro de Pedro" e "meu livro", não corresponde um paralelismo entre seus significados. A omissão do artigo no sintagma nominal com pronome possessivo anteposto não causa qualquer alteração perceptível em seu significado (*o meu livro x meu livro*). Já a omissão do artigo no sintagma nominal com a forma genitiva não pronominal posposta, causa uma mudança radical em seu significado. Segundo o autor, em (20) (a) e (b) e (21) (a) e (b) o predicado "ser encadernado" é atribuído a uma entidade - algum livro determinado - o mesmo ocorrendo se o artigo é omitido em (21) (a). Já em (20) e (21) (c) este predicado é atribuído à classe não contextual "livro de Pedro"<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> O autor considera agramaticais ou, no mínimo, pedantes as sentenças "o livro meu é encadernado" e "um meu livro é encadernado".

<sup>8</sup> Borges Neto define rapidamente como "não contextual" uma classe genérica, não enumerável.

O autor aponta para o fato de que quando anteposto ao nome o possessivo funciona equivalentemente ao artigo definido, delimitando, além de predicar, a classe determinada por este nome. Por outro lado, o pronome possessivo posposto ao nome possui um valor apenas predicativo, sendo a delimitação realizada pela presença de quantificadores ou do artigo indefinido. Daí a agramaticalidade das sentenças em (22), onde se tenta delimitar uma classe já previamente delimitada pela anteposição do possessivo. O autor conclui propondo a hipótese de que **o possessivo anteposto ao nome tem um valor delimitativo** (semelhante ao dos artigos, quantificadores e demonstrativos) e que **o possessivo posposto tem o valor de um predicado** aplicado ao nome (semelhante ao dos adjetivos).

(22) \*Todo/qualquer/cada meu filho praticará esporte

As conclusões de Borges Neto são coerentes com a incompatibilidade encontrada nos dados empíricos entre a indefinidade e a anteposição do pronome possessivo. No entanto, a questão precisa ser melhor compreendida. De que maneira seriam causados os efeitos de sentido para os quais Borges Neto chama a atenção? A linha sugerida pelo artigo é a de que as diferenças de interpretação resultantes da anteposição e da posposição do pronome possessivo seriam causadas pelo fato de que o pronome possessivo anteposto ao núcleo nominal incorpora, de alguma maneira, um papel delimitador semelhante ao do artigo definido. Vou examinar essa questão mais de perto.

Um primeiro passo dentro da discussão mais geral é caracterizar o que se quer dizer ao se opor o caráter delimitativo ao caráter predicativo do pronome possessivo. Vou iniciar a discussão sobre o que seria uma operação de delimitação e uma operação de predicção citando Franchi (1996b):

"No primeiro texto em (que vi) que se utiliza a contraposição entre esses dois termos é o de Manfred Bierwisch (1970). Embora em termos ainda muito gerais, Bierwisch contrapõe os dois "tipos de elementos semânticos" da seguinte forma: Em relação a uma variável referencial  $X_i$ ,

*(...) o primeiro [delimitativo: artigos, quantificadores e outros formativos] delimita o conjunto a que tal variável seja capaz de substituir, e o segundo representa as propriedades e relações que se prediquem dos elementos de conjunto delimitado. (...)*

*Os traços delimitativos possuem estatuto completamente distinto dos traços predicantes: enquanto estes especificam condições que devem satisfazer os objetos do conjunto a que se faça referência, os delimitantes não se aplicam aos objetos como tais, mas ao conjunto tomado globalmente, especificando seu tamanho (relativo ou absoluto), seu papel no discurso, etc. (Bierwish, op. cit.)*

Para recuperar a intuição que está por trás disso, poderíamos dizer que se contrapõe dois distintos modos de fixar o "universo do discurso" sobre que deve operar a interpretação na identificação das denotações: os traços predicativo-descritivos funcionam como propriedades características (condições de pertinência que devem satisfazer quaisquer objetos para que sejam tomados como objetos do conjunto); os traços delimitativos como operações que associam conjuntos predicativamente caracterizados a sub-conjuntos relevantes (discursivamente?) para outras predicções."

Recolocando a questão em termos de nossos pronomes possessivos, penso que se poderia dizer que o caráter delimitativo que se percebe no funcionamento do pronome possessivo anteposto ao núcleo nominal reflete o fato de que a anteposição de um pronome possessivo a um núcleo nominal parece

realizar uma operação sintática que, de alguma forma, transforma este nome em um sintagma nominal pleno e uma operação semântica que transforma um predicado (o nome) em um argumento (o sintagma nominal)<sup>9</sup>. Ou, dito de uma outra maneira, o constituinte [Poss [N]] é passível de ser tomado como argumento de um outro predicado. Vou tentar concretizar a questão, discutindo uma sentença extremamente simples como *meu gato dorme*, cuja estrutura sintática está esquematizada em (23).

(23) [<sub>S</sub> [<sub>SN</sub> meu [<sub>NG</sub> gato] ] [<sub>SV</sub> dorme] ]

Sintaticamente, temos o nome comum *gato* que ao se unir ao pronome possessivo *meu* forma um sintagma nominal o qual é passível de ser tomado como sujeito (um argumento, agora, no sentido sintático) do sintagma verbal (ou, mais precisamente, do sintagma flexional) *dorme*. Semanticamente, temos que o predicado *gato* é, de alguma forma, "delimitado" pelo pronome *meu*: a expressão *meu gato* denotaria não mais um conjunto, mas a entidade "meu gato", a qual pode ser tomada como argumento de um novo predicado, no caso, "dormir". Pensando em uma interpretação na qual sintagmas como *gato* e *dormir* denotam conjuntos de entidades, ao formar o constituinte *meu gato*, estaríamos "delimitando" - determinando - uma entidade que pertence ao conjunto dos gatos, da qual, por sua vez, é afirmado o fato de pertencer ao conjunto das entidades que dormem.

Penso que essa descrição do caráter delimitativo do possessivo anteposto é fiel ao artigo de Borges Neto. No entanto, ao se descrever o possessivo anteposto dessa forma, perde-se o fato de que, mesmo quando anteposto, o possessivo também possui um caráter predicativo, indicando algum tipo de relação entre a denotação do nome e a denotação do pronome pessoal<sup>10</sup>. No caso da sentença (23), essa relação seria a relação de posse entre [[o gato]] e

---

<sup>9</sup> Estou usando muitas vezes o termo sintagma nominal para significar todo o sintagma de determinante, por ser aquele o termo mais usual.

<sup>10</sup> R. Ilari (*comunicação pessoal*) me chamou atenção para esta questão. Deve-se observar também que nem Borges Neto, nem Franchi negam que o possessivo anteposto possui um caráter predicativo.

[[*eu*]]<sup>11</sup>. Perde-se também a possibilidade de explicar por que nem sempre [Poss [N]] equivale a [art. def. [Poss [N]]]<sup>12</sup>.

A limitação de uma caracterização do pronome possessivo apenas como um 'delimitador' fica patente quando se tenta explicitar o tipo de delimitador que ele seria, pois, se é verdadeira a análise de Borges Neto, o pronome possessivo quando anteposto ao nome, de alguma forma, incorpora o artigo definido. No entanto, é evidente que *meu gato* não equivale a *o gato*, mas sim a *o meu gato*.

Vamos examinar essa questão sob a luz de uma teoria semântica mais sofisticada como a Teoria dos Quantificadores Generalizados<sup>13</sup> (cf. Barwise & Cooper, 1981). Um determinante - um "delimitador", como *o*, *um*, *todo*, ... - é uma função que toma predicados (nomes) como argumentos e gera quantificadores generalizados (sintagmas nominais) como seus valores. Em outros termos, um determinante é uma função que toma conjuntos (a denotação dos nomes) como argumentos e gera conjuntos de conjuntos (a denotação dos sintagmas nominais) como valores. Um quantificador generalizado (cuja denotação é um conjunto de conjuntos), por sua vez, é uma função que toma conjuntos (denotações de sintagmas verbais) como argumentos e gera valores de verdade (denotações de sentenças). Esquemáticamente em (24)<sup>14</sup>:

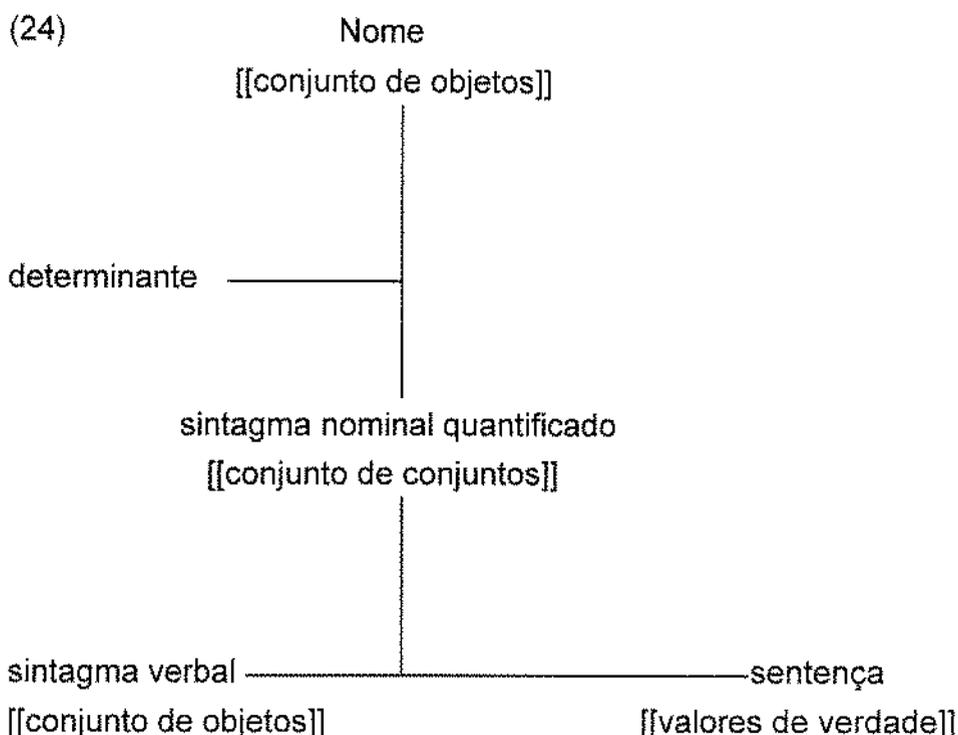
---

<sup>11</sup> Estou usando a notação [[ ]], como tradicionalmente em semântica formal, para significar a denotação do item lingüístico contido nos colchetes duplos

<sup>12</sup> Esta questão será discutida mais adiante.

<sup>13</sup> Minha descrição do funcionamento da Teoria dos Quantificadores Generalizados baseia-se principalmente em Franchi (1996), Peres (1991) e Bach (1989).

<sup>14</sup> O esquema em (24) me foi sugerido por Rodolfo Ilari (c.p.).



Vou ilustrar o funcionamento desta teoria com a sentença *todo gato dorme*. *Gato* e *dormir* denotam respectivamente o conjunto das entidades que são gatos e o conjunto das entidades que dormem. *Todo* denota uma função que toma o predicado 'gato' como argumento e tem como valor o quantificador generalizado 'todo gato' que denota o conjunto de todos os conjuntos que contêm o conjunto dos gatos, ou seja,  $[[\text{todo gato}]]$  contém o conjunto dos mamíferos, o conjunto dos animais domésticos, o conjunto dos mortais, o conjunto das entidades que gostam de peixe, ... . *Todo gato*, por sua vez, é uma função que toma o predicado 'dormir' como argumento e gera o valor de verdade  $V$ . Uma sentença como *todo gato dorme* é analisada como afirmando que a denotação de *dormir*, i.e., o conjunto das entidades que dormem, pertence à denotação de *todo gato*, i.e., ao conjunto de todos conjuntos que têm o conjunto dos gatos como membro. Em outras palavras, o conjunto das entidades que dormem é um dos conjuntos contido no conjunto de conjuntos  $[[\text{todo gato}]]$ . Note-se que toda esta seqüência de operações semânticas respeita a estrutura sintática da sentença: Determinante + Nome = Sintagma Nominal e Sintagma Nominal + Sintagma Flexional = Sentença.

Mas o determinante que nos interessa discutir é o artigo definido, pois é esse determinante que está aparentemente incluso na anteposição de um pronome possessivo singular. O artigo definido é analisado por Barwise & Cooper na linha strawsoniana, como pressupondo, não afirmando, a existência e a unicidade do referente: a unicidade não é tomada como uma parte das condições de verdade da sentença da qual faz parte a descrição definida, mas sim como uma pré-condição para o uso dessa descrição. A denotação de *o* é, então, definida de tal forma a não possuir valor - ser indefinida - quando a pressuposição de unicidade e de existência não se cumpre. A formalização desta idéia está expressa em (25) (a) que é equivalente a (25) (b) (cf. Peres, 1991).

(25) a.  $[[o]](A) = [[\text{todo}]](A)$  se  $\#A=1$ ; indefinido nos outros casos.<sup>15</sup>

b.  $[[o]](A) = \{X \subseteq E : A \subseteq X\}$  se  $\#A=1$ ; indefinido nos outros casos; onde  $E$  é o conjunto de indivíduos do universo e  $A$  é um Nome qualquer.

A equação em (25) (b) diz que a aplicação do Determinante *o* a um Nome  $A$  resulta num conjunto  $X$  e este  $X$  é um conjunto formado por todos os conjuntos que contêm  $A$ . Note que a intersecção de todos os conjuntos contêm  $A$  é obrigatoriamente um conjunto unitário porque  $[[o]](A)$  é indefinida para os casos em que  $A$  tenha um número de membros diferente da unidade. O artigo definido no sintagma *o gato*, por exemplo, é interpretado então como uma função que toma o conjunto dos gatos, no caso um conjunto unitário, como argumento, e tem como valor o conjunto de todos os conjuntos que contêm esse conjunto unitário. A denotação de *o gato* está formalmente expressa em (26).

(26)  $[[o]]([[gato]]) = \{X \subseteq E : G \subseteq X\}$  se  $\#G=1$ ; indefinido nos outros casos; onde  $G$  é o conjunto dos gatos.

<sup>15</sup> O símbolo  $\#A$  significa "o cardinal de  $A$ ", ou seja, o número das entidades contidas no conjunto  $A$ .

Como ficaria uma análise do sintagma nominal possessivizado na Teoria dos Quantificadores Generalizados? Franchi (1996b) esboça uma proposta na qual considera o pronome como cumprindo um papel de elemento delimitador. Tento explicitar seu funcionamento na interpretação do sintagma *meu gato* em (27).

$$(27) \llbracket \text{meu} \rrbracket (\llbracket \text{gato} \rrbracket) = \{X \subseteq E: \llbracket \text{gato} \rrbracket \cap \llbracket \text{meu} \rrbracket \subseteq X\}; \#(\text{gato} \cap \text{meu}) = 1, \text{ indefinido nos outros casos.}$$

A equação em (27) diz literalmente que a denotação de *meu gato* é um conjunto  $X$  contido no conjunto de indivíduos do universo  $E$ , formado pelos conjuntos que contêm a intersecção entre o conjunto dos gatos e o conjunto das coisas que são minhas e o conjunto determinado pela intersecção entre  $\llbracket \text{gato} \rrbracket$  e  $\llbracket \text{meu} \rrbracket$  só está definido para o caso desta intersecção determinar um conjunto unitário.

Já o pronome possessivo posposto é interpretado como tendo apenas um carácter predicativo. *Gato meu* é um nome comum que denota o conjunto intersecção entre  $\llbracket \text{gato} \rrbracket$  e  $\llbracket \text{meu} \rrbracket$ . Citando novamente Franchi (1996b):

“O que é interessante notar é que o procedimento explicativo leva a distinguir claramente o papel delimitativo do possessivo (que incorpora precondições pressuposicionais) da propriedade que o possessivo expressa (sua "face" predicativa) caracterizada como a intersecção  $A \cap B$ , em que  $A$  corresponde à propriedade expressa pelo nome comum e  $B$  à propriedade expressa pelo possessivo.

Nesse sentido, a interpretação da expressão *gato meu* em (28) seria bem distinta da denotação de *meu gato* e não se pode falar de pressuposição de unicidade e de existência. Sintaticamente *gato meu* é ainda um Nome que pode ser determinado, não um quantificador generalizado como, por exemplo, *um gato meu*.

$$(28) \llbracket \text{gato meu} \rrbracket = \{ X: X = \llbracket \text{gato} \rrbracket \cap \llbracket \text{meu} \rrbracket \}$$

O fato de que sintagmas como *gato meu* podem funcionar como argumentos em certos contextos sintáticos é uma questão complexa que envolve a denotação dos nomes sem determinantes - os "bare N's"- no português brasileiro.

As soluções formais apresentadas nesta seção explicam como funciona a interpretação de um possessivo anteposto e posposto, tornando explícitas as idéias de seu papel delimitativo e predicativo. Estas soluções ainda nos deixam com certos problemas a resolver: (i) como explicar a diferença de comportamento de um mesmo item lexical - o pronome possessivo - segundo sua posição no sintagma nominal, ou seja, como as diferentes posições sintáticas se relacionam às diferentes interpretações do pronome e (ii) como explicar a possibilidade de uso do artigo definido com o pronome possessivo anteposto, ou seja, porque neste caso o artigo definido seria "redundante" ou funcionaria como um mero expletivo.

### **3. A sintaxe da ordem dos pronomes possessivos no sintagma nominal**

Mas apesar de seu papel delimitador quando anteposto ao nome, não se pode dizer que sempre que temos uma estrutura [Poss[N]] ocorre uma incorporação do significado do artigo definido ao pronome possessivo.

O fato de que o pronome possessivo anteposto ao nome não absorve o artigo definido pode ser ilustrado por contextos que não aceitam descrições definidas, nos quais apenas o pronome possessivo sem artigo pode ocorrer no

sintagma nominal : o uso vocativo, o uso predicativo e em construções como...<sup>16</sup>. A ausência necessária do artigo no uso vocativo em (29) mostra que um sintagma nominal com o pronome possessivo anteposto, não é sempre equivalente a uma descrição definida. O contraste entre (30) (a) e (b), onde a presença do artigo impede a atribuição do mesmo predicado a duas entidades, mostra que o pronome possessivo anteposto não carrega a implicação de unicidade do artigo definido. (31) (a) e (32) (a) mostram também que o sintagma nominal com um pronome possessivo anteposto não possui necessariamente uma interpretação existencial. Veja que as sentenças correspondentes em (b) só seriam gramaticais sob uma interpretação referencial do predicado secundário.

(29) a. Meu filho! Venha cá!

b. \* O meu filho! Venha cá!

(30) a. Jorge é meu amigo e Carlos também

b. \*Jorge é o meu amigo e Carlos também

(31) a. Eu considero Carlos meu inimigo

b. ?Eu considero Carlos o meu inimigo

(32) a. Eu vim aqui como seu amigo

b. ?Eu vim aqui como o seu amigo

Nesse sentido, o comportamento de [Poss[N]] é semelhante ao dos nomes próprios, pois estes também podem ocorrer com ou sem artigo na maioria dos contextos. No entanto, em contextos semelhantes aos exemplificados acima - vocativo, predicativo e aposto - o nome próprio também não aceita o artigo, como ilustram (33)-(35).

(33) a. Jorge! Venha cá!

b. \*O Jorge! Venha cá!

---

<sup>16</sup> Os exemplos são adaptados de Declerck, 1986, onde o objetivo da autora é discutir o uso do artigo definido em construções predicativas.

- (34) a. Jorge pensa que é Napoleão  
b. \* Jorge pensa que é o Napoleão
- (35) a. O Presidente, nosso colega Fernando Henrique Cardoso, visitará a USP em 1997  
b. \* O Presidente, nosso colega o Fernando Henrique Cardoso, visitará a USP em 1997

Em ambos os casos, nesses contextos, tanto nomes próprios quanto [Poss [N]] comportam-se como se não incorporassem um determinante, o que parece indicar que sua categoria oscila entre Nome e Sintagma de Determinante. Em posições argumentais comportam-se como sintagmas de determinates plenos e, em posições predicativas, como simples nomes. Ou, em termos semânticos: às vezes funcionam como se denotassem propriedades e às vezes como se denotassem indivíduos.

Longobardi (1994) estuda o comportamento dos constituintes nominais do italiano nos quais um determinante não está fonologicamente presente - os "bare nouns". A primeira observação do autor, a qual parece valer também para o português, é a de que um constituinte nominal com um núcleo singular contável não pode, de maneira geral, ocorrer em posições como as de sujeito, objeto direto e objeto indireto, as quais são posições típicas de argumentos. Este ponto está ilustrado nos exemplos<sup>17</sup> em (36). A mesma restrição não se coloca para constituintes nominais em função não argumental, como as de vocativo, de predicativo e contextos de exclamação, como ilustrados em (37).

- (36) a. \* [Grande amigo de Maria] me telefonou ontem  
b. \*Ontem eu encontrei [grande amigo de Maria]  
c. \*Ontem conversei com [grande amigo de Maria]

- (37) a. Querido filho, que bom te ver!

---

<sup>17</sup> Os exemplos (36)-(38) são adaptados de Longobardi (1994).

- b. Carlos é professor
- c. Maldito prefeito!

Mais ainda, é a presença de dois determinantes que impõe uma denotação plural a (38) (b) e não o número de sintagmas nominais presentes, pois (38) (b) só pode ser semanticamente interpretada como afirmando a existência de dois indivíduos, ao contrário de (38) (a).

- (38) a. A minha secretária e tua colaboradora está/estão saindo
- b. A minha secretária e a tua colaboradora \*está/estão saindo

A primeira generalização empírica para descrever estes fatos seria a de que um constituinte nominal só pode ser um argumento se for introduzido por um determinante lexicalmente preenchido. Esta observação, no entanto, não é genérica o suficiente, uma vez que é empiricamente falsificada por sentenças como (39) (a) e (b), onde o constituinte nominal é um não-contável ou é um nome plural com uma interpretação de espécie.

- (39) a. A cozinheira vai fazer *carne* para o jantar
- b. Carlos come sempre *cerejas* na sobremesa

Longobardi explica estes fatos para o italiano através da hipótese de que, quando ocupam posições argumentais, constituintes nominais com determinantes lexicalmente não preenchidos, continuam sendo Sintagmas de Determinante, só que com determinantes expletivos. A ocorrência desse tipo de Sintagma de Determinante em estrutura-S é restrita a nomes com interpretação de espécie ou não-contáveis aos quais é atribuída uma interpretação existencial *default*<sup>18</sup>. O licenciamento desses sintagmas com o determinante vazio depende

---

<sup>18</sup> Para o italiano, esta interpretação existencial seria semelhante à do artigo indefinido, com a diferença de estar submetida sempre a um *narrow scope constraint* e ser indeterminada em relação ao número semântico do sintagma nominal. A determinação do quanto estas generalizações são válidas para o português exigiria um estudo mais aprofundado.

da existência de regência lexical, como o licenciamento de qualquer outra categoria vazia. Com estes "provisos" o autor vai propor que um constituinte nominal é um argumento apenas se introduzido pela categoria Determinante.

Longobardi conclui chamando a atenção para a natureza crucial da categoria Determinante para as posições argumentais. Não vou tentar solucionar essa questão que envolve um estudo dos *bare N's* no português brasileiro e envolve a explicação de por que o determinante é necessária em alguns casos para sintagmas nominais em posições argumentais, como em (40), e em outros não o é, como em (41).

- (40) a. Ontem eu encontrei um *grande amigo meu*  
b. \* Ontem eu encontrei *grande amigo meu*

- (41) a. Naquele supermercado encontrei *a carne de carneiro que procurava*  
b. Naquele supermercado encontrei *carne de carneiro*

No caso de [Poss [N]] e dos nomes próprios, a redundância com o artigo definido me parece ser derivada do fato de que, mesmo que consideremos que sua categoria sintática é inicialmente Nome e que, posteriormente, conforme a estrutura em que é inserido, pode funcionar como um Sintagma de Determinante, o conjunto denotado por um [Poss [N]] ou por um nome próprio contém um elemento dêitico, o que o torna indistinguível dos indivíduos membros desse conjunto e o faz cumprir o mesmo papel que um determinante - o de selecionar os membros de um conjunto sobre os quais se vai predicar.

Evidências sintáticas reforçam essa diferença de função entre o pronome anteposto e o pronome posposto ao núcleo nominal. Os exemplos (42) e (43) mostram que apenas o pronome posposto aceita a modificação por um advérbio.

- (42) a. Lá eu tinha um jardim gostosamente meu<sup>19</sup>  
b. \* Lá eu tinha um gostosamente meu jardim

- (43) a. Jorge fez uma daquelas intervenções bem suas  
b.\* Jorge fez uma daquelas bem suas intervenções

Nesse caso, o comportamento dos possessivos é mais uma vez semelhante ao dos adjetivos que só aceitam modificações de segunda ordem quando pospostos, como ilustrado em (44) e (45).

- (44) a. Lá eu tinha um jardim bem antigo  
b. \*Lá eu tinha um bem antigo jardim

- (45) a. Jorge fez uma daquelas intervenções bem divertidas  
b. \*Jorge fez aquela bem divertida intervenção

Mais uma evidência do caráter distinto das duas posições do pronome possessivo vem da possibilidade de coordenação de um adjetivo e um pronome possessivo que se restringe ao pronome possessivo posposto, como mostra o exemplo em (46) (a). O exemplo em (b) mostra a impossibilidade de coordenação entre um possessivo e um adjetivo antepostos.

- (46) a. Foi uma vitória gerativista e minha quando o grupo  
de  
Teoria Gramatical conseguiu as primeiras classificações  
no concurso de monografias  
b. \*Foi uma grande e minha vitória quando o grupo de  
Teoria Gramatical conseguiu as primeiras classificações

---

<sup>19</sup> Exemplos de Franchi (1996b). Casos como (l) não são contra-exemplos, porque, como mostra a possibilidade de posposição do possessivo em (l'), o modificador se aplica a todo o sintagma e não apenas ao possessivo.

(l) A Argélia, próxima e ainda nossa colônia.

(l') \*A Argélia, próxima e ainda colônia nossa.

no concurso de monografias

A hierarquia temático-estrutural estabelecida no capítulo anterior para a interpretação do pronome anteposto não se aplica ao pronome posposto. A interpretação do pronome possessivo posposto não obedece a qualquer hierarquia, como se pode ver em (47)-(49). (47) mostra que, como o possessivo anteposto, o pronome posposto pode receber todas as interpretações “genitivas”. Ao incluirmos um agente explícito em (48), as interpretações tanto de *tema* quanto de *posse* continuam disponíveis ao pronome, ao contrário do caso com o pronome anteposto, para o qual apenas a interpretação de *tema* seria possível. O mesmo tipo de fenômeno ocorre em (49), onde a ocorrência de um genitivo possuidor explícito não impede a interpretação do pronome como *tema* ou *agente*.

(47) uma foto minha<sub>AGENTE/TEMA/POSSUIDOR</sub>

(48) uma foto minha<sub>TEMA/POSSESSIVO</sub> [de David Zing]<sub>AGENTE</sub>

(49) uma foto minha [do colecionador]<sub>POSSUIDOR</sub>

Vemos então que, além de possuir um caráter semântico diferente, o pronome possessivo anteposto difere em seu comportamento sintático do possessivo posposto. O pronome posposto ocupa provavelmente a mesma posição estrutural dos adjetivos pospostos, ou seja, é um adjunto do núcleo nominal.

### **Conclusão**

O capítulo mostra que tanto as propriedades sintáticas quanto as propriedades semânticas do pronome possessivo são bastante distintas dependendo quando este se encontra anteposto ou posposto ao núcleo nominal. O capítulo anterior mostrou que, quando anteposto, o possessivo é um

argumento do nome com a função sintática de sujeito do sintagma nominal. Este capítulo mostra que, quando posposto, o pronome é um predicado sobre o núcleo nominal com a função sintática de adjunto.

Este capítulo também argumenta que o caráter delimitador do pronome possessivo anteposto não decorre de uma incorporação de um determinante definido. O fato de que o possessivo anteposto é um elemento dêitico em uma função argumental, faz com que a denotação do sintagma nominal ao qual pertence selecione um conjunto composto de elementos do contexto imediato e este conjunto é indistinguível dos elementos que o compõem. Essa ação delimitadora torna o artigo definido quase que redundante e os indefinidos quase que incompatíveis.

## CONCLUSÃO

Esta tese examinou a sintaxe e a semântica dos pronomes possessivos no português brasileiro, tratando das seguintes questões:

- (i) a relação anafórica entre o pronome possessivo e seu antecedente;
- (ii) a relação entre o pronome possessivo e os argumentos genitivos de um sintagma nominal;
- (iii) as diferentes funções sintáticas e semânticas do pronome possessivo conforme sua posição no sintagma nominal.

Em relação à recuperação de seu antecedente, estabeleceu-se, nos capítulos III e IV, que o possessivo de terceira pessoa - *seu* - é uma anáfora, no sentido de que não é capaz de funcionar como um dêitico, i. e., não possui independência referencial. O pronome *seu*, quando anteposto ao nome, realiza uma operação de reflexivização: exige identidade entre um argumento nominal e algum argumento antecedente.

Assim *seu* comporta-se como uma variável no sentido da lógica e, por essa razão, seus antecedentes são, na maioria dos casos, sintagmas quantificados ou sintagmas genéricos cuja interpretação pode ser traduzida por um quantificador universal. Os dados estatísticos apresentados no capítulo III confirmam a preferência de *seu* por antecedentes genéricos ou quantificados (94% e 100% respectivamente no corpus analisado por Almeida, 1993). Esse comportamento está ilustrado em (1) e (2).

- (1) a. [O ser humano] tem que conhecer *suas* limitações  
b. ?O ser humano tem que conhecer as limitações *dele*
- (2) a. [Cada cidadão] deve ser reponsável por *seus* atos

b. ?[Cada cidadão] deve ser responsável pelos atos dele

O capítulo V estabelece a existência de argumentos genitivos de um núcleo nominal - constituintes sintáticos caracterizados por serem introduzidos por *de*, aceitarem paráfrase com *cujo*, por não permitirem a substituição por um pronome oblíquo e, finalmente, por serem os únicos constituintes pronominalizáveis por um pronome possessivo. Essas propriedades estão ilustradas em (3).

- (3) o gato d[o menino]  
o menino *cujo* gato ...  
\*o gato de mim  
o *meu* gato

O constituintes genitivos de um sintagma nominal foram classificados como argumentos do núcleo nominal em dois sentidos: em um sentido sintático, usual na Teoria Gerativa, de saturarem uma posição temática do núcleo, e, em um sentido semântico, de saturarem posições argumentais de um predicado. A consequência dessa análise é que, tanto a operação sintática, quanto a operação semântica, que ocorre entre um núcleo nominal e um argumento genitivo são distintas das operações que ocorrem entre um núcleo e um adjunto "adnominal". Por exemplo, (4) pode ser interpretada como a intersecção do conjunto das fotos com o conjunto das coisas profissionais. Já (5) não tem essa interpretação, isto é, não pode ser descrita como denotando uma intersecção dos mesmos conjuntos. Interpretar [o profissional] como um argumento, implica em entender que sua adição ao predicado *gato* diminui a valência desse predicado, ou seja, diminui o número de posições argumentais disponíveis.

(4) uma foto [de profissional]

(5) uma foto [do profissional]

A transposição da relação predicado-argumento da lógica para fenômenos de língua natural não é simples, como já se poderia esperar. Os predicados da língua natural não tem uma valência definida e constante. Em particular, os sintagmas argumentais de um núcleo nominal são livremente reduzidos sem qualquer exigência de recuperabilidade<sup>1</sup>. No entanto, penso ser possível separar delimitadores, argumentos e predicados em uma língua natural através de seu comportamento sintático e semântico e foi isto que tentei realizar em relação aos pronomes possessivos.

O capítulo V também estabelece, através do comportamento sintático dos argumentos genitivos, a existência de uma hierarquia estrutural: (do argumento mais “externo” ao mais “interno”): possuidor > agente/experienciador > tema.

O capítulo VI mostra que essa hierarquia é respeitada quando do estabelecimento da interpretação de um pronome possessivo anteposto: o pronome é sempre interpretado como o argumento mais “externo”, como ilustrado em (6). Existe, portanto, uma relação estrutural entre o pronome possessivo anteposto e os argumentos genitivos de um núcleo nominal.

- (6) a. Está quase caindo no chão o *teu* retrato (*teu* = possuidor ou agente ou tema)  
b. Está quase caindo no chão o *teu* retrato [de Picasso] (se Picasso se interpreta como agente, então *teu* = possuidor; se Picasso se interpreta como tema, então *teu* = possuidor ou agente)  
c. Está quase caindo no chão o *teu* retrato [de Picasso] das crianças brincando na piscina (*teu* = possuidor)

O capítulo VII contrasta o papel delimitador/determinante do pronome possessivo anteposto ao núcleo nominal ao papel predicativo/atributivo do

---

<sup>1</sup> Carlos Franchi (*comunicação pessoal*) me chamou atenção para esse fato.

pronome posposto. O possessivo anteposto co-ocorre com determinantes e outros quantificadores definidos, mas não co-ocorre (salvo raríssimas exceções) com quantificadores indefinidos, como ilustram as sentenças em (7). Mostra também que o papel delimitador do pronome anteposto não decorre de uma incorporação de um determinante definido ao possessivo, pois existem posições, como ilustrado em (8), em que a presença *versus* a ausência do determinante definido não são equivalentes.

- (7) a. Os políticos cuidam somente dos seus interesses  
b. \*Os políticos cuidam somente de *alguns* seus interesses

- (8) a. Eu considero Jorge [meu amigo]  
b. ?Eu considero Jorge [o meu amigo]

O capítulo VII faz notar também que o pronome possessivo possui um caráter categorial de adjetivo e, quando posposto ao núcleo, o possessivo se comporta como um adjunto/atributo desse núcleo. (9) e (10) ilustram esse comportamento, pois tanto o pronome posposto, quanto o adjetivo se comportam como adjuntos do núcleo nominal, não sendo possível intercalar entre estes e o núcleo um argumento genitivo.

- (9) a. Eu não conheço um retrato *seu* [do David Zing]  
b. \*Eu não conheço um retrato [do David Zing] *seu*

- (10) a. A crítica inteligente [dos cientistas] à política econômica  
b. \*A crítica [dos cientistas] inteligente à política econômica

Finalmente, o capítulo mostra que o pronome possessivo posposto ao núcleo nominal, ao contrário do pronome anteposto, não respeita a hierarquia

temática estabelecida nos capítulos V e VI para a interpretação dos argumentos genitivos. Esse fato é ilustrado em (11).

- (11) a. João gostaria de comprar um retrato *seu*<sub>TEMA</sub> [de  
Picasso]<sub>AGENTE</sub>  
b. João quer destruir alguns quadros *seus*<sub>AGENTE</sub> [de seu  
empresário]<sub>POSSUIDOR</sub>

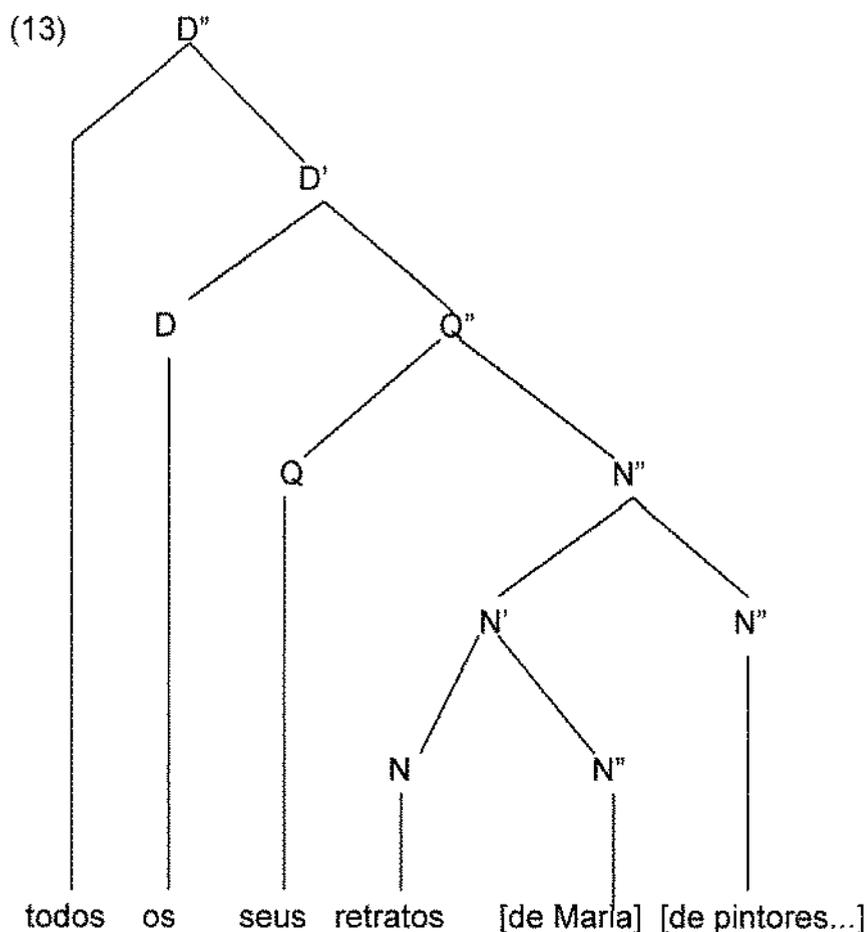
Em termos da estrutura sintática do sintagma nominal, temos então que o pronome possessivo anteposto é um argumento do sintagma nominal ocupando uma posição de especificador com escopo sobre o núcleo nominal, seus argumentos e adjuntos. Já o pronome possessivo posposto é um predicado do núcleo nominal, ocupando uma posição de adjunto do nome-núcleo.

Admitamos que a estrutura funcional do sintagma nominal seja, como propõe Carlos Franchi (1996a), com duas categorias funcionais - Determinante e Quantificador. Trata-se de uma particularização de sua proposta de uma caracterização semântica generalizada das categorias funcionais interpretáveis em termos de determinantes dêiticos (D) e quantificacionais (Q)<sup>2</sup>. Nessa estrutura, dado o caráter de operador do pronome possessivo anteposto, um sintagma como (12) - *todos os seus retratos de Maria de pintores barrocos* - teria uma descrição estrutural como em (13).

- (12) Os colecionadores sempre sonham em vender **todos os seus retratos [de Maria] [de pintores barrocos]** por um preço de seus retratos de Picasso

---

<sup>2</sup> Generalizado porque corresponderia, respectivamente, no caso da oração (como categorias funcionais dos verbos) ao Tempo e ao Aspecto.

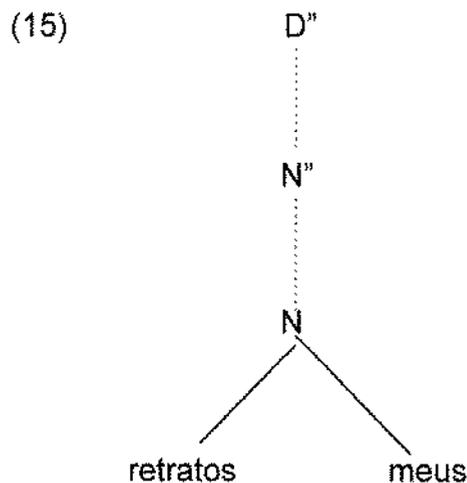


A estrutura em (13) explica a restrição ao possessivo anteposto em construções com quantificadores indefinidos (um, algum, nenhum, etc.), pois ambas ocupariam a mesma posição estrutural. Casos excepcionais como (14) se explicariam por termos aí um numeral e não um indefinido ou por um "scrambling" local pela adjunção do possessivo à direita do núcleo nominal. A estrutura (13) explica também a possibilidade no português do Brasil da coocorrência dos determinantes definidos (o, este, ...) e do possessivo, ambos funcionalmente distintos como se viu no cap. VII.

(14) uma minha tia

Já o pronome possessivo posposto, enquanto adjunto do núcleo, teria uma representação como em (15). Como se pode notar, o possessivo é um

constituente que se comporta ora como um adjetivo/adjunto, ora como um argumento/sujeito. Essa questão talvez necessitasse um aprofundamento maior, pois argumentos são usualmente nominais, mas, de qualquer forma, adjetivos e nomes não parecem formar categorias claramente distintas, o que é expresso pela caracterização gerativista da categoria [+adjetivo] como sendo igual a [[+nome], [+verbo]].



Muitas questões ainda devem ser respondidas. Por que o pronome possessivo anteposto respeitaria para sua interpretação a hierarquia possuidor>agente/experienciador>tema estabelecida para os argumentos genitivos de um sintagma nominal? Por outro lado, apesar de não respeitar esta hierarquia interpretativa e de ser um adjunto do nome, o pronome posposto, de alguma forma, também "absorve" de algum modo uma papel temático (uma posição argumental) do nome, pois este deixa de estar disponível para outros argumentos, como se vê em (16) que é agramatical por não haver maneira de se interpretar *meu* uma vez que as três posições argumentais estão preenchidas.

(15) \*João gostaria de comprar um retrato *meu* [de Maria] [de Picasso] [do colecionador]

Uma explicação intuitiva para o fato de que o possessivo anteposto respeita a hierarquia estrutural estabelecida para os argumentos genitivos me parece ser a de que um sujeito sempre respeita a hierarquia temático-estrutural de seu predicado para ser interpretado. Fenômenos desse tipo são comuns em sentenças como (17), onde o tema e o instrumento só podem ser sujeitos na ausência do agente.

(17) João abriu a porta com a chave

A chave abriu a porta

A porta abriu

A solução intuitiva para a questão de como poderia um adjunto “absorver” o papel temático de um predicado, ou, dito de outra forma, como pode um adjunto funcionar como argumento e diminuir a valência de um predicado seria a idéia de que o adjunto não “satura” um papel temático como o argumento. Na construção em adjunção (modificador/modificado), o adjunto toma um elemento da categoria  $\alpha$  e o deixa na categoria  $\alpha$ : constrói um constituinte da mesma categoria. Nesse processo, é possível pensar que um dos efeitos dessa “modificação” pode ser justamente o de reduzir a rede temática do elemento a que certos adjetivos se adjungem. Um fenômeno paralelo ao que acontece quando um advérbio torna possível a redução da rede argumental de um verbo como em (18).

(18) Joana comprou muitas roupas no Shopping

Joana comprou muito no Shopping

Até aqui a tese realizou uma tarefa essencialmente descritiva, beneficiando-se de análises distribucionais, de propriedades transformacionais, como fatos de extração e de propriedades semânticas com base em diferentes relações inferenciais. Essas análises fazem parte de um instrumental utilizado pela Teoria Gerativa e pela Semântica Formal. Seria então o momento de se tentar inserir a descrição do comportamento dos possessivos dentro de um modelo teórico.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A.B. (1993) "Pronomes possessivos de 3ª pessoa no Português Falado de São Paulo" (*manuscrito*).
- BACH, E. (1989) *Informal Lectures on Formal Semantics*. Albany, NY:State University of New York Press.
- BARWISE, J. & R. COOPER (1981) "Generalized Quantifiers and Natural Languages". *Linguistics and Philosophy* 4: 159-220.
- BASSELAAR, José van den (1960) *Propylaeum Latinum*. São Paulo:Herder.
- BIERWISCH, M. [1970] (1971) "On classifying semantic features". IN: D.D. Steinberg & L. A. Jakobovits (eds.) *Semantics: an Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge:Cambridge University Press. pags. 410-435.
- BORGES NETO, J. (1978) "Os papéis do possessivo no sintagma nominal". *Estudos Lingüísticos: Anais de Seminários do GEL* 2: 62-69.
- CARLSON, G.N. (1977) "A Unified Analysis of the English Bare Plural". *Linguistics and Philosophy* 1:413-457.
- \_\_\_\_\_ (1982) "Generic Terms and Generic Sentences". *Journal of Philosophical Logic* 11:145-181.
- CASTILHO, A. (1990) (org.) *Gramática do Português Falado, vol. 1*. Campinas:Editora da UNICAMP/FAPESP.
- \_\_\_\_\_ (1992) "O Português do Brasil". IN: R. Ilari *Linguística Românica*. SP:Ática, (anexo) págs. 237-269.

- CASTILHO, A. & D. PRETI (1986) *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo: Elocuções Formais, vol 1*. SP:Queirós/FAPESP.
- CERQUEIRA, V.C. (1993) "A forma genitiva "dele" e a categoria de concordância (AGR) no português do Brasil". IN: I. Roberts & M. Kato (orgs.), págs. 129-161.
- \_\_\_\_\_ (1996) *A Sintaxe do Possessivo no Português Brasileiro*. Tese de doutorado. IEL/UNICAMP.
- CHIERCHIA, G. & S. MCCONNEL-GINETT (1990) *An Introduction to Semantics*. Cambridge, Mass.:The MIT Press.
- CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht:Foris.
- \_\_\_\_\_ (1986a) *Knowledge of Language: its Nature, Origin, and Use*. New York/London: Praeger.
- \_\_\_\_\_ (1986b) *Barriers*. Cambridge, Mass:MIT Press
- CUNHA, C. & L. CINTRA (1985) *Nova Gramática do português contemporâneo*. RJ:Nova Fronteira.
- CYRINO, S. (1990) "O objeto nulo no português do Brasil: uma mudança paramétrica?" UNICAMP, (*mimeo*). Publicado como parte da tese de doutorado *O objeto nulo no Português do Brasil. Um estudo sintático-diacrônico*. UNICAMP (1994).
- DECLERCK, R. (1986) "Two Notes on the Theory of Definiteness" *Journal of Linguistics* **22**: 25-39.
- DEMONTÉ, V. (1987) "Rección y Minimidad en el Sintagma Nominal". IN: V. Demonte y M. F. Lagunilla (eds.) *Sintaxis de las Lenguas Románicas*. Madrid:El Arquero, págs. 252-290.

- DONNELLAN, K. (1966) "Reference and Definite Descriptions" *Philosophical Review* 75:281-304.
- DUARTE, M.E.L. (1989) "Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil". IN: F. Tarallo (org.) *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, págs. 19-34.
- \_\_\_\_\_ (1993) "Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil". IN: I. Roberts & M. Kato (orgs.), págs. 107-128.
- DUCROT, O. (1972) *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann.
- \_\_\_\_\_ (1984) "Referente". IN: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 2. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, págs. 418-438.
- FOLTRAN, M.J. (1996) "Sobre Anáforas e Pronomes: ele mesmo/si mesmo" *Estudos Lingüísticos XXV. Anais de Seminários do GEL*: 289-299.
- FRANCHI, C. (1996a) Anotações de sala de aula do curso *Tópicos na Teoria Minimalista (manuscrito)*.
- \_\_\_\_\_ (1996b) "Anotações", (manuscrito).
- FRANCHI, C., E.V. NEGRÃO e E. VIOTTI (1995) "As construções existenciais em português". Depto. de Lingüística, USP (manuscrito).
- FREGE, G. [1892] "Über Sinn und Bedeutung" *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*. Tradução inglesa em P. Geach & M. Black (eds.) (1960) *Translations from the philosophical writings of Gotlob Frege*. Oxford: Blackwell.
- GALVES, C.C. (1984) "Pronomes e categorias vazias em português do Brasil". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*: 7, 107-136.
- \_\_\_\_\_ (1986) "A interpretação reflexiva do pronome no português do Brasil". *D.E.L.T.A.*, 2(2): 249 - 264.

- (1993) "O enfraquecimento da concordância no português do Brasil". IN: I. Roberts & M. Kato (orgs.), págs.:387-408.
- GEACH, P.T. (1962) *Reference and Generality. An Examination of Some Medieval and Modern Theories*. Ithaca, N.York: Cornell University Press.
- GIORGI, A. & G.LONGBARDI (1991) *The syntax of noun phrases*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GRIMSHAW, J. (1990) *Argument Structure*. Cambridge: MIT Press.
- HAEGEMANN (1991) *Government & Binding Theory*. Oxford: Blackwell.
- HALVORSEN, P.K. & W.W. LADUSAW (1979) "Montague's 'Universal Grammar': an introduction for the linguist". *Linguistics and Philosophy* 3:185-223.
- HEIM, I. (1982) *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. Tese de doutorado: U.Mass., Amherst.
- HOFSTADTER, D.R. (1989) *Gödel, Escher, Bach: an Eternal Golden Braid*. New York: Vintage.
- ILARI, R. (1981) "Os reflexivos e a interpretação dos prossintagmas". *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 2: 56-156.
- (1993) "Conteúdo semântico da noção de correferência" (*manuscrito*).
- JAEGGLI, O. & K. SAFIR (1989) "The null subject parameter and parametric theory". In O. JAEGGLI & K. SAFIR (eds.) *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer, págs. 1-44.
- KATO, M. (1985) "A complementariedade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial: réplica a Perini". *D.E.L.T.A.* 1 (1 e 2): 107-120.

- LEBEAUX, D. (1984-1985) "Locality and Anaphoric Binding". *The Linguistic Review* 4: 343-363.
- LONGOBARDI, G.(1994)"Reference and Proper Names: A Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form". *Linguistic Inquiry*, 25(4): 609-665.
- LOPES, A.C.M. (1992) "Aspectos da Genericidade". *Cadernos de Semântica* 6. Lisboa:Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- LYONS (1977) *Semantics*, 2 vols. London & New York:Cambridge University Press.
- MENUZZI, S. (1995a) "1st person plural anaphora in Brazilian Portuguese and chains". A ser publicado em: M. der Dikken & k. Hengevald (eds) *Linguistics in the Netherlands*.
- \_\_\_\_\_ (1995b) "Binding into PP's: chains, indexing & feature-compatibility" (*manuscrito*).
- \_\_\_\_\_ (1995c) "Analogical chaining & optionality in binding" (*manuscrito*).
- \_\_\_\_\_ (1996) "3rd Person Possessives in Brazilian Portuguese: On the Syntax-Discourse Relation". (*manuscrito*).
- MILNER, J-C.(1982) *Ordres et raisons de langue*. Paris:Seuil.
- MONTAGUE, R. [1970] "The Proper Treatment of Quantification in Ordinary English". In: R. Montague (1974) *Formal Philosophy: Selected Papers of R. Montague*. R. Thomason (ed.). New Haven, Conn.:Yale University Press.
- MONTALBETTI, (1984) *After Binding, on the Interpretation of Pronouns*. Tese de doutorado. MIT.
- MÜLLER,A.L. (1989) *Um Estudo sobre a Gramática de Montague e sua Aplicação a um Fragmento do Português*. Dissertação de mestrado. UFPR.

- NAPOLI, D. (1989) *Predication Theory: a case study for indexing theory*. Cambridge:University Press.
- NEGRÃO, E. V. (1990) "A distribuição e a interpretação de pronomes na fala de crianças da Escola Pública". Relatório de pesquisa financiada pela FAPESP (*manuscrito*).
- \_\_\_\_\_ (1996) "Assymmetries in the distribution of overt pronouns and empty categories in Brazilian Portuguese" (*manuscrito*)
- NEGRÃO, E. & A.L. MÜLLER (1996) "As mudanças no Português Brasileiro: substituição ou especialização?" *D.E.L.T.A* 12 (1), págs. 125-152.
- NEVES, M.H.M. (1993) "Possessivos". IN: CASTILHO, A.T. (org.) *Gramática do Português Falado, vol.3*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, págs. 149-211.
- PERES, J.A. (1991) "Basic Aspects of the Theory of Generalized Quantifiers". In: Figueiras, M. et al. (orgs). *Natural Language Processing EAEA'90, 2nd Advanced School in Artificial Intelligence, Guarda Portugal, October 1990, Proceedings* Springer-Verlag, Berlim:141-157.
- PERINI, M. (1985) "O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional". *DELTA* 1 (1 e 2): 1-16.
- PICALLO, M.C. (1994) "Catalan Possessive Pronouns: the Avoid Pronoun Principle Revisited". *Natural Language and Linguistic Theory* 12: 259-299.
- RAPOSO, E.P. (1992) *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa:Caminho.
- REINHART, T. (1976) *The Syntactic Domain of Anaphora*. Tese doutorado. MIT.
- \_\_\_\_\_ (1983) *Anaphora and Semantic Interpretation*. Chicago:The University of Chicago Press.

- (1986) "Fundamental Issues in the Theory of Binding". In: B. Lust (ed.). *Studies in the Acquisition of Anaphora, vol. I*, 123-150. Dordrecht:Reidel.
- REINHART, T. & E. REULAND (1993). "Reflexivity". *Linguistic Inquiry* **24** (4): 657-720.
- ROBERTS, I. & M. KATO (orgs.) (1993) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- RUSSELL, B. [1905] "On denoting". *Mind* **14**: 479-93. Traduzido em B. Russel (1978), *Ensaio Escolhidos*, coleção "Os Pensadores", São Paulo:Abril Cultural.
- SANTOS, L.H.L.dos (1994) "A Essência da Proposição e a Essência do Mundo". IN: L. Wittgenstein *Tractatus Logico-Philosophicus*. SP:EDUSP, págs. 11-112.
- SILVA, G.M. de O. e (1982) *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. Tese de doutoramento. RJ:UFRJ.
- (1984) "Variação no sistema possessivo de terceira pessoa". *Tempo Brasileiro* **78/79**: 54-72.
- (1991) "Um caso de definitude". *Organon*, **18** (5): 90-108.
- (1996) "Estertores da forma seu de terceira pessoa na língua oral". IN: G.M. de O. e Silva & M.M.P. Scherre, págs.147-167.
- SILVA, G.M. de O. e & M.M.P. SCHERRE (1996) *Padrões Sociolingüísticos. análise de Fenômenos Variáveis do Português falado na cidade do Rio de Janeiro*. RJ: Tempo Brasileiro/Depto. de Lingüística e Filologia, UFRJ.
- STRAWSON, P. [1950] "On referring". *Mind* **59**: 320-44. Traduzido em G. Ryle, J.L. Austin, W.V.O. Quine, P.F. Strawson (1980), *Ensaio*, coleção "Os Pensadores", São Paulo:Abril Cultural.

VENDLER, Z. [1967] (1968) *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, N.Y.:Cornell University Press.

VERGNAUD, J-D & M.L. Zubizarreta (1992) "The Definite Determiner and the Inalienable Constructions in French and in English". *Linguistic Inquiry* 23 (4): 595-652.

## ABSTRACT

This thesis examines the syntax and semantics of possessive forms in Brazilian Portuguese focussing on the following questions: (i) the anaphoric relation between the possessive forms *seu/dele* and their antecedents; (ii) the relation between the possessive pronoun and the genitive arguments of a nominal phrase; (iii) the different syntactic and semantic functions of the possessive pronoun according to its position in the nominal phrase.

The thesis claims that the 3<sup>rd</sup> person possessive - *seu* - is an anaphor in the sense that it is not capable of behaving like a deictic, that is, it has no referential independence. *Seu* behaves as a variable, in the logical sense and, for this reason, takes quantified phrases or generics with a universal quantifier interpretation as antecedents. *Dele*, on the other hand, is a pronoun which takes referential antecedents.

The thesis argues for the existence of genitive arguments of a noun phrase - syntactic constituents that may be characterized by being introduced by *de*, being paraphrasable by *cujo*, not accepting substitution by a pronoun and, finally, by being the only constituents which can be pronominalized by a possessive pronoun. Genitive arguments obey a structural hierarchy (from the most "external" to the most "internal"): possessive > agent/experiencer > theme. This hierarchy is obeyed by an anteposed possessive pronoun: this pronoun is always interpreted as the most external argument. There is, therefore, a structural relation between the anteposed possessive pronoun and the genitive arguments of a nominal head.

Finally, the delimitative/determiner role of the anteposed possessive pronoun is contrasted with the predicative/attributive role of the postposed pronoun. The anteposed pronoun is analysed as an argument of the nominal head in a specifier position having scope over the nominal phrase. The postposed pronoun is analysed as a predicate in adjunction to the nominal head.